

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO**

OZIVAL BARBOSA DA SILVA

**O navegar da docência no contexto neoliberal: (im)possibilidades de análise, na
perspectiva da biopolítica**

Caxias do Sul

2023

OZIVAL BARBOSA DA SILVA

O navegar da docência no contexto neoliberal: (im)possibilidades de análise, na perspectiva da biopolítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antônio da Rosa.

Caxias do Sul

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S586n Silva, Ozival Barbosa da

O navegar da docência no contexto neoliberal [recurso eletrônico] :
(im)possibilidades de análise, na perspectiva da biopolítica / Ozival Barbosa
da Silva. – 2023.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2023.

Orientação: Geraldo Antônio da Rosa.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Neoliberalismo. 2. Biopolítica. 3. Professores. 4. Estudantes. 5.
Educação. I. Rosa, Geraldo Antônio da, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.014.12

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

OZIVAL BARBOSA DA SILVA

O navegar da docência no contexto neoliberal: (im)possibilidades de análise, na perspectiva da biopolítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antônio da Rosa.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Antônio da Rosa – Orientador
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof.º Dr. Amarildo Luiz Trevisan
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Prof.ª Dra. Andréia Mores
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Este trabalho é dedicado à minha esposa
Kácia Neto, aos meus pais Nivaldo
Barboza e Madalena Nogueira, a minha
avó Maria Clara e a todos que estiveram
comigo neste navegar em águas
desafiadoras!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador por ter me aceitado como seu orientando, me proporcionando um resgate, quando me encontrava à deriva, me direcionando com tamanha maestria, me motivando e acreditando em meu potencial, pelas palavras sábias no momento certo, pela humanidade, pela paciência e por sempre me deixar muito “tranquilo” nos nossos encontros e orientações.

Aos meus familiares, em especial a minha esposa, meus pais, irmãos, filhos e sobrinhos pelo apoio, pela compreensão e paciência durante esse navegar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), em especial aos doutores que tive o prazer de ter como professores.

À coordenação e à Secretaria do PPGEDU, que estiveram à disposição nas mais diversas demandas apresentadas nesse percurso, especialmente a professora Dra. Terciane Ângela Luchese e Andreia Mores pessoas incríveis e fundamentais para o meu processo formativo.

Aos colegas do curso, pelas trocas, pelos compartilhamentos e pelas motivações, especialmente ao Mestre Júnior França pelo seu companheirismo, reciprocidade e confiança sempre.

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização desta travessia.

A disciplina é um princípio de controle da
produção do discurso. Ela lhe fixa os
limites pelo jogo de uma identidade que
tem a forma de uma reatualização
permanente das regras.

Michel Foucault

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo bibliográfico acerca da “Atuação docente no contexto neoliberal: (im)possibilidades de análise na perspectiva da biopolítica”. A pesquisa está fundamentada no pensamento de Michel Foucault que trata sobre a funcionalidade, técnicas, práticas do poder, que em decorrência dos processos históricos constituem dispositivos biopolíticos. Tem como objetivo geral analisar a atuação docente no contexto neoliberal a partir da perspectiva biopolítica, buscando estabelecer possibilidades de avanços nesse processo. Além das formulações foucaultianas, outros fios condutores para o estabelecimento de reflexões acerca desta temática compreendem nos seguintes autores: Agamben (2004, 2007, 2009), Arendt (2001, 2004) e Freire (1976, 1979, 1996). Frisa-se a importância de inserir o pensamento de Paulo Freire, configurando um confronto de ideias no campo educacional, trazendo a emancipação como um novo caminho de transformação da realidade. A pesquisa debruça-se sobre análises qualitativas, tendo em Marconi e Lakatos (2003) a possibilidade de desenvolver pesquisa bibliográfica, sendo aplicado o método hermenêutico. Os resultados nos mostraram que o neoliberalismo tem atuado fortemente, sendo uma forma de atuação de governo; a biopolítica é uma aresta deste tão grande guarda-chuva em que a educação tem lugar de grande expansão para otimização dos dispositivos de poder e controle dos corpos. A biopolítica se dissemina, efetiva-se, às vezes, de forma sutil ou escancarada, mas a realidade é que não podemos fugir dessa atuação política. As concepções progressistas da educação apresentam-se como possibilidade de superação e emancipação, que nos levam a acreditar que, nesse contexto, o professor assume o papel transformador e emancipador dos seus alunos, desenvolvendo o seu fazer pedagógico voltado para o compartilhamento do conhecimento, indo em direção à dimensão crítica e reflexiva. Isso nos faz refletir sobre a atuação pedagógica no campo da resistência, liberdade e esperança, para não só incluir, mas promover o livre conhecimento, deixar livres os sujeitos, a fim de que se tornem capazes de decidir por si mesmos, transformando o mundo mais igualitário e humanizado.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Biopolítica; Docente; Aluno; Emancipação.

ABSTRACT

This dissertation presents a bibliographical study about “Teaching performance in the neoliberal context: (im)possibilities of analysis from the perspective of biopolitics”. The research is based on the thought of Michel Foucault, who deals with the functionality, techniques, practices of power, which, as a result of historical processes, constitute biopolitical devices. Its general objective is to analyze teaching activities in the neoliberal context from the biopolitical perspective, seeking to establish possibilities for advances in this process. In addition to Foucault's formulations, other guiding threads for the establishment of reflections on this theme include the following authors: Agamben (2004, 2007, 2009), Arendt (2001, 2004) and Freire (1976, 1979, 1996). It emphasizes the importance of inserting Paulo Freire's thought, configuring a confrontation of ideas in the educational field, bringing emancipation as a new way of transforming reality. The research focuses on qualitative analyses, having in Marconi and Lakatos (2003) the possibility of developing bibliographical research, applying the hermeneutic method. The results showed us that neoliberalism has acted strongly, being a form of government action; biopolitics is an edge of this huge umbrella in which education takes place in a great expansion for optimizing the devices of power and control of the bodies. Biopolitics spreads, it takes effect, sometimes in a subtle or overt way, but the reality is that we cannot escape this political action. The progressive conceptions of education are presented as a possibility of overcoming and emancipation, which lead us to believe that, in this context, the teacher assumes the transforming and emancipating role of his students, developing his pedagogical work aimed at sharing knowledge, going towards the critical and reflective dimension. This makes us reflect on the pedagogical action in the field of resistance, freedom and hope, not only to include, but to promote free knowledge, leaving subjects free, so that they become capable of deciding for themselves, transforming the world more egalitarian and humane.

Keywords: Neoliberalism; Biopolitics; Teacher; Student; Emancipation.

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ALEAM	Assembleia Legislativa do Amazonas
GSEAI	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão do Interior
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UCS	Universidade Caxias do Sul

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	13
INTRODUÇÃO, ESTADO DO CONHECIMENTO E PERCURSO METODOLÓGICO	13
1.1 Introdução – a foz do rio	13
1.2 O estado do conhecimento de um caminho percorrido por outros navegadores.....	19
1.3 Percurso Metodológico: a hermenêutica enquanto farol e método para navegação.....	41
CAPÍTULO II	44
BIOPOLÍTICA: O PERCURSO DAS ÁGUAS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS	44
2.1 Introdução ao poder em Foucault: a nascente das transformações das relações de poder	44
2.2 A biopolítica e as novas formas de compreender a sociedade: o curso das águas a caminho de outras margens	54
2.3 Biopolítica e seus afluentes: outras águas para se pensar o homem moderno.....	68
CAPÍTULO III	85
NEOLIBERALISMO, BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS REFLEXOS NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS	85
3.1 Aspectos conceituais do Neoliberalismo e suas relações com a biopolítica.....	85
3.2 Neoliberalismo e educação: possíveis reflexos no cenário educacional e da biopolítica	95
CAPÍTULO IV	108
A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MAIS BELO E HUMANO A PARTIR DE REFERENCIAIS FREIREANOS	108
4.1 Concepção progressista de educação: rios a serem buscados na atuação docente em luta por um mundo mais belo e humano.....	109
4.2 As possibilidades de avanços no campo educacional a partir de pressupostos emancipatórios de Paulo Freire	121
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

5 REFERÊNCIAS.....	141
---------------------------	------------

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO, ESTADO DO CONHECIMENTO E PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 Introdução – a foz do rio

*Lágrima que brota dos andes
Cordilheira cristalina de esperança
Eldorado do povo amazônida*

*Labirinto nativo de águas barrentas
Gigante de encantos e lendas
Santuário de peixes e mananciais
Fertilizador de igarapés, lagos, furos e paranás*

*Amazonas, das Amazonas
Do repiquete, da piracema
Do pasto novo da vazante
E vida nova na enchente
Amazonas, das Amazonas
Da pororoca
E bem nutridos afluentes*

*Negro magnífico e grandioso Juruá
Bravo Madeira, misterioso Xingú
Rico Trombetas, lendário Nhamundá
Imponente Purus, maravilhoso Tapajós
E deslumbrante Japurá*

Música: Inaldo Medeiros e Marcos Lima

A foz! O começo da caminhada! Trazemos a letra dessa música, indicando uma metáfora que busca exemplificar a vida de um ribeirinho. Como ribeirinho, recordo-me que o primeiro contato que tive com a educação escolar formal foi por meio da utilização das Cartilhas do ABC e da tabuada de matemática, que me foram apresentadas pelo meu avô Nery Liberato de Souza. Daí, recordo-me das vezes que via pela janela de um casebre, ainda na zona ribeirinha (rural) do município de Pauini-AM, na comunidade do Meteripuíá, os alunos da localidade que estudavam com a professora de 1º grau, que era minha prima.

Naquela ocasião, ainda não tinha idade para estudar e esperava ansioso pela oportunidade de experienciar os momentos escolares, descobrindo aquele mundo novo. Isso se deu por volta de 1985, tempos em que não tínhamos acesso à água

encanada, esgoto e energia; tempos em que minha mãe carregava lata d'água na cabeça, subindo barrancos para os afazeres domésticos, uma vida típica de ribeirinhos da Amazônia. Naquele tempo, não conhecia as palavras “sonhar” e “futuro”, por exemplo; foi aí a foz da minha vida.

Nos anos finais da década de 1980, meu pai juntou a família e levou para a sede do município de Pauini - AM, na perspectiva de oferecer condições melhores de vida e acesso à educação à nós, os “filhos”, pois o que sabíamos eram algumas letras que nosso pai nos repassava com a intenção de nos alfabetizar.

Meu avô era descendente de nordestinos e, por muitas vezes, meu pai cantava as músicas de Luiz Gonzaga, dentre as quais a que mais marcou foi “Asa Branca”. Não sei dizer de fato, porque analisando a letra, penso que tem muito a ver com a escassez de recursos e oportunidades, mas ele não ouvia como forma de lamentar-se, mas uma forma de esperar-se.

Naquele período, era comum os filhos mais velhos, como eu, serem orientados a ajudar os pais nos trabalhos domésticos e de subsistência, mas meu pai sempre fez questão de que eu estivesse na escola. Castigava-me fisicamente se não conseguisse obter as notas para passar de ano e, quando percebia que eu estava desinteressado, mandava-me para o trabalho na agricultura, com o cultivo da mandioca, para servir de exemplo e para que eu pudesse perceber que o estudar era o melhor caminho.

Meu pai sempre teve uma aptidão para os negócios de vendas e/ou comércio. Isso me fez, desde cedo, manifestar o interesse por esse caminho, deixando de lado a educação escolar, pois no comércio os resultados eram imediatos. Mas, mesmo com esse pensamento, não desisti totalmente dos estudos e concluí o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Quanto ao Ensino Superior, isso parecia algo bem longe da realidade Pauiniense. Com o passar dos anos, porém, a necessidade da qualificação dos professores atuantes nas escolas municipais emergiu e houve a necessidade de busca por parcerias para atender a essa demanda. Foi então que, no ano de 2004, a Secretaria Municipal de Educação de Pauini e a Universidade Federal do Amazonas, em celebração de convênio que instituiu a parceria, ofertou a Licenciatura Plena em Pedagogia para formar professores para atuar da 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental, sendo ofertadas 25 vagas para os concludentes do Ensino Médio das comunidades do município. Assim, foram formadas duas turmas para Licenciatura

em Pedagogia, mas, como não havia discentes suficientes para preenchimento das vagas, foi liberado um quantitativo de vagas para a sociedade de modo geral.

Resolvi me submeter ao processo seletivo, obtendo êxito na aprovação, iniciando minha formação em Nível Superior em 2004, logrando a conclusão em 2008. Nesse período, tive a oportunidade de conhecer vários professores que me ajudaram na orientação de minha carreira e atuação profissional, dentre os quais cito a Profa. Dra. Iolete Ribeiro.

Em 2008, motivado pelo Prof. Me. Francisco Parente Júnior, saí do município de Pauiní para residir na capital do Estado, Manaus, a fim de dar continuidade na minha formação acadêmica. Naquele mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Pauiní abriu concurso público para contratação de professores, fato esse que me motivou mais ainda a sair do município, pois, se concorresse e fosse aprovado, possivelmente marcaria minha permanência no município, como aconteceu com outros colegas.

No ano de 2008 cheguei a Manaus e me sobrevieram algumas frustrações ao tentar continuar nos estudos, pois as muitas responsabilidades familiares me fizeram ficar, por um longo tempo, parado. Mas, ao surgir a oportunidade, ingressei em uma Especialização de Gestão e Supervisão Escolar (2010), o que mais tarde me habilitou a assumir o meu primeiro Concurso Público pela Prefeitura Municipal de Manaus, no ano de 2011. No ano seguinte, ingressei, também através de Concurso Público, como professor na Rede Estadual de Educação do Amazonas.

Naquela altura, estava trabalhando 60 horas semanais, dividindo atribuições entre pedagogo e professor das séries iniciais, na Rede Municipal e Estadual. Seguindo a minha trajetória profissional, no ano de 2013, participei de uma série de entrevistas para assumir a Gestão Escolar pela primeira vez, permanecendo na função até 2015, período no qual obtive aprendizagens significativas na compreensão do macro funcionamento do sistema educacional do Estado.

Outro fato, considerado relevante, foi no momento em que fui agraciado com a medalha Inês de Vasconcelos, pela Assembleia Legislativa do Amazonas - ALEAM, que visava à homenagem dos educadores com relevante participação na educação do Estado do Amazonas. É importante ressaltar que não foi fácil gerenciar uma escola com quase dois mil alunos, divididos em três turnos de trabalho, mas com afinco desenvolvi a função e com grande êxito. Posteriormente, abracei um novo desafio: assumir a Coordenação Regional de Educação da SEDUC/AM no

Município de Rio Preto da Eva; nessa função, atuei como coordenador Regional de Educação até o ano de 2018.

No ano de 2018, por conta de composições políticas e greves trabalhistas, vi a necessidade de encerrar o ciclo no trabalho desenvolvido durante a coordenação regional e buscar uma nova recomposição. Nesse contexto, retornei para a capital do Estado, passando a assumir a gestão escolar na Rede de Educação Municipal de Manaus, permanecendo até 2019. Nesse ano, após a conclusão do processo de mudanças políticas feitas pelo novo governo que, na ocasião, assumiu Estado do Amazonas, retornei à Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC, desta vez para um cargo técnico, na supervisão de escolas estaduais na sede da SEDUC, vinculado à Secretaria Executiva Adjunta de Gestão do Interior - GSEAI.

Essa jornada de construção/desconstrução/reconstrução foi percorrida ao longo do tempo, exercendo atividades na docência, na supervisão pedagógica escolar, na supervisão educacional, na gestão escolar, na coordenação regional de educação, ora na sala de aula, ora nos serviços administrativos e pedagógicos. Essas experiências me levaram a inúmeras inquietações, vindo no Mestrado em Educação e utilizando-me da pesquisa, a possibilidade de respostas para algumas delas.

Iniciei o Programa de Mestrado em Educação, certo de que era preciso avançar na formação acadêmica e profissional. Os primeiros textos indicados para leitura no programa me levaram à reflexão sobre o papel do pesquisador e a responsabilidade com a escrita. Como elencou Nóvoa (2015), alguns conselhos para um pesquisador que foram essenciais para este processo de formação e aqui são retomados: conhecer a si mesmo, verificar o caminho que se pretende seguir, a aptidão para a investigação e a compreensão de que sempre se escreve para o outro e, quanto mais adquire-se conhecimento mais devemos nos colocar à disposição do outro. Esses são elementos julgados importantes para quem pretende ingressar na área da pesquisa, uma excelente reflexão sobre o trabalho do pesquisador e o papel por ele exercido.

Com esse pensamento, busquei a princípio me aprofundar na “conversação de um supervisor na sua área de atuação”, tendo em vista que esse era um campo de experiência e vivência diárias. Nesse processo, pesquisar sobre “o papel do supervisor educacional nas viagens aos municípios” foi selecionado como tema central da dissertação; porém, ao longo do percurso, percebi que o viés da

“conversação de um supervisor” não respondia às minhas inquietações. Então busquei outras fontes e refiz o caminho para algo ainda mais amplo, pois trazia à tona o desejo de compreender as complexidades, envolvendo políticas educacionais, a Filosofia e a História da Educação.

Nas leituras sobre biopolítica e neoliberalismo, vislumbrei as respostas para as inquietações acumuladas ao longo de minha trajetória. Na área da educação escolar, a biopolítica se efetiva no cotidiano das atividades escolares, no que tange à organização das salas de aulas: a busca por turmas com alunos com idades equiparadas, pois alunos em distorção idade/série fogem ao padrão estruturado pela organização do sistema educacional, gerando uma mazela ao sistema.

Outro ponto faz referência às salas de aula enfileiradas, controle da saída das crianças e adolescentes na ida ao banheiro, fila para merenda, fila para a entrada na escola, negação das vozes dos alunos. Ou seja, a disciplina dos corpos constitui-se, muitas vezes, como a principal função do professor que se constitui nesse processo como um insumo para efetivação da biopolítica, de forma que o modelo de sociedade que não questiona as estruturas impostas vai aos poucos se construindo dentro da escola, atendendo a uma ideologia neoliberal.

Nisso, o caminho que encontramos, que poderia nos trazer esclarecimentos, a princípio, fundamentava-se por compreender a estrutura do tecido social dentro do cenário do neoliberalismo. E, quando compreendemos a forma de organização neoliberal, não podemos deixar de mencionar a perspectiva da biopolítica, bem como esses processos impactam e se relacionam com a esfera educacional, sendo conceitos fundamentais que compõem o trilhar dessa pesquisa intitulada “O Navegar da docência no contexto neoliberal: (im)possibilidades de análise na perspectiva da biopolítica”, amparada pela a Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Traz-se, como problema da pesquisa: de que maneira a atuação docente emancipada pode ser refletida dentro de um contexto do neoliberalismo e da biopolítica na contemporaneidade?

Nesse sentido, a pesquisa trouxe, como objetivo geral: analisar a atuação docente no contexto neoliberal a partir da perspectiva biopolítica, buscando estabelecer possibilidades de avanços nesse processo. Nesse intuito, os seguintes objetivos específicos foram eleitos: caracterizar o contexto Neoliberal e os mecanismos que envolvem a educação; refletir sobre a perspectiva biopolítica

enquanto contexto para pensar a atuação docente na contemporaneidade; verificar processos relacionados à atuação docente no cenário neoliberal e na biopolítica; apresentar possibilidade de uma atuação docente emancipada frente ao neoliberalismo e à biopolítica.

A investigação traz relevância social e acadêmica traduzida na ampliação e divulgação de novos conhecimentos sobre a temática, fortalecendo novos conceitos, novas perspectivas de trabalhos que se direcionem para a biopolítica. Considera-se também que, ao pesquisar sobre a atuação docente na perspectiva da biopolítica, busca-se uma forma de descortinar ideologias, revelando as formas de atuação de uma educação pautada pelo neoliberalismo e sua efetivação nas salas de aulas, tendo no professor um instrumento para implementar suas estruturas.

Como conceitos principais foram eleitos: a biopolítica, o neoliberalismo e as concepções de educação emancipadoras. Para esse fim, foram convidados para a discussão teóricos que, ao longo dos anos, construíram pesquisas e um arcabouço teórico capaz de fornecer elementos significativos para a compreensão dessa organização social dentro desse sistema. Eles nos forneceram uma visão ampliada e crítica sobre o objeto pesquisado.

Nesse sentido, as discussões trazidas têm como pano de fundo o pensamento de Michel Foucault na perspectiva da biopolítica, do biopoder e do neoliberalismo, sendo o nosso ponto de apoio. Entende-se, porém, que o pensamento individualizado é um pensamento ocidentalizado e que precisamos desconstruí-lo; com isso, também foram trazidos para a composição desse rol de teóricos: Agamben (2004, 2007, 2009), Arendt (2001, 2004) e Freire (1976, 1979, 1996).

As categorias de análises vêm com uma abordagem qualitativa, dentro da pesquisa bibliográfica a qual abrange estudos científicos tornados públicos em relação ao tema abordado, podendo ser revistas, livros, boletins, monografias, teses, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato direto com uma gama de conhecimentos, fornecendo bases para constituir novas conclusões diante do fenômeno estudado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Diante disso, organizam-se os resultados em quatro capítulos fundamentais. No primeiro, discorreu-se acerca do início da jornada enquanto pesquisador e ainda o estado do conhecimento (ou os rios navegados pelos pesquisadores que construíram as reflexões), que nos mostraram horizontes relevantes para um pensar

crítico da forma de (in)governo adotado dentro do neoliberalismo, tendo na biopolítica mais um de seus mecanismos.

O segundo capítulo faz o percurso da biopolítica na sociedade, no qual é feita uma introdução ao poder a partir dos pensamentos de Michel Foucault. Isso servirá de base para compreendermos o delineamento do neoliberalismo e suas capilaridades na contemporaneidade. Nessa composição, inserem-se os principais apontamentos de Giorgio Agamben, sendo descritos os mecanismos e os paradigmas do biopoder. Para encerrar a configuração da biopolítica na modernidade, apresenta-se a visão de Hannah Arendt sobre o poder soberano e suas origens.

O terceiro capítulo expõe a relação do neoliberalismo e a educação, seus moldes e contextos educacionais. Para subsidiar essa abordagem, são apresentados os aspectos conceituais neoliberais que, por sua vez, ajudarão a compreender a constituição e funcionamento da educação dentro da estrutura do neoliberalismo e suas relações com o cenário político na contemporaneidade.

Posteriormente, no quarto capítulo, destaca-se a concepção progressista da educação a partir da visão de Paulo Freire e que culmina nas possibilidades de avanços no campo educacional. Nessa premissa, parte-se de pressupostos emancipatórios, visando à promoção da transformação do mundo para seguir os caminhos da liberdade e conscientização, desfazendo as amarras opressoras e dominantes dos ideais neoliberais vigentes, assim como dos mecanismos advindos do cenário biopolítico na contemporaneidade.

Assim, esperamos trazer elementos teóricos epistemológicos que possam fundamentar e caracterizar a construção da forma de governo dentro da biopolítica, oferecendo um olhar crítico da forma como se constroem seus argumentos ideológicos de manipulação, governo e controle dos corpos, em que se usa aparatos de poder e que julgamos compreendê-los, a princípios, para identificarmos a sua atuação dentro do espaço educativo do qual fazemos parte.

1.2 O estado do conhecimento de um caminho percorrido por outros navegadores

Na intenção de construir o estado do conhecimento acerca da temática, foi necessário traçarmos um caminho que nos levasse às pesquisas, às produções acadêmicas, aos artigos científicos, às dissertações e às teses que nos ampararam teoricamente nas respostas para as inquietações levantadas com esta pesquisa. Elencamos autores, pesquisadores que se apresentaram como relevantes para esta investigação, tendo em vista que, anteriormente, trilharam esse caminho e que puderam trazer contribuições significativas, fornecendo-nos elementos fundamentais que fizeram parte de toda reflexão que sustenta a construção desta dissertação.

Por outro lado, houve a necessidade de se fazer esse caminho, pois o pesquisador precisa ser autêntico e responsável por cada dado construído, devendo apresentá-lo com maior fidedignidade possível. Sobre isso, Andreolli (2019) afirma que antes de tentar responder a questões da ordem do conhecimento, o investigador deve navegar pelas águas já desbravadas, e somente depois disso, poderá partir para horizontes inexplorados. Sendo assim, realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) por meio das plataformas de bancos de dados da CAPES e do portal Diretor da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD.

Diversas pesquisas foram feitas, sendo abordadas as perspectivas da *biopolítica* ao longo do ano de 2021 nos catálogos e teses da CAPES. Definiu-se, como critério de inclusão para essa primeira rodada de buscas, o ano de 2021, porque, quando se ampliava o período, resultava-se numa infinidade de pesquisas realizadas sobre essa temática.

Em seguida, fez-se uma varredura nas produções que foram publicadas na plataforma *scielo.br*, na qual foram encontrados 32 (trinta e dois) artigos científicos que trouxeram alguma discussão e/ou reflexão de ideias, métodos, processos e resultados, sobre a perspectiva da *biopolítica*.

Nos catálogos e teses da Capes foram encontradas, no ano de 2021, 56 (Cinquenta e seis) dissertações derivadas de pesquisas desenvolvidas em Mestrado que discorreram acerca da *biopolítica*. As dissertações de Mestrado cumprem um papel no desenvolvimento de pesquisas com reflexões e análises a partir de um tema específico que, nesse caso, é a *biopolítica*, bem como sua atuação no campo da educação. Vale dizer que, na dissertação de Mestrado, não precisa ser algo inédito, contudo o pesquisador precisa empreender suas discussões de maneira a, diante de uma temática, suscitar novas discussões, novos olhares para um dado objeto.

Em se tratando das teses de doutorado, que trazem como características os estudos baseados em investigações, leituras, observações, análises e reflexões que apresentam um resultado inédito, ou seja, o ineditismo da pesquisa é o que diferencia o mestrado do doutorado. Foram encontradas 27 (vinte e sete) teses defendidas no ano aqui citado, as quais fomentavam reflexões, refutando ou afirmando a temática da biopolítica. Ao nosso ver, um número elevado de pesquisas que foram e vêm sendo realizadas com foco no assunto.

Com o pensamento de refinarmos ainda mais as nossas buscas, optou-se por fazer a varredura das teses e dissertações que trouxesse no título os termos “biopolítica na educação”, de forma que pudéssemos fazer um recorte das abordagens dessas pesquisas. Com esse fim, obtivemos êxito pesquisando na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD*, resultados esses sobre os quais discorreremos a seguir.

Vale dizer que nessa plataforma não limitamos a temporalidade, fizemos de forma aberta para o período; a nossa única objeção seria que o título contemplasse os termos citados. Nessa plataforma foram encontrados 13 (treze) produtos, sendo 06 (seis) dissertações de Mestrado e 07 (sete) teses de doutorado.

A primeira tese de 2017, nomeada como “Biopolítica e formação: vida, exceção e profanação na educação”, de Mauricio Cristiano de Azevedo. Por meio de uma análise revisional, o estudo apresenta o debate sobre biopolítica na atualidade e o desenvolvimento de suas implicações em termos educacionais, concentrando-se na ideia de formação. Para isso, traz as afirmações de Giorgio Agamben, entrelaçando no debate conceitual em torno da noção de biopolítica, os argumentos de Michel Foucault, Roberto Esposito, Antonio Negri e Michel Hardt.

Inicialmente, Azevedo (2017) aborda a biopolítica acionando seu conceito e significados, agregando novas formulações conceituais de outros filósofos. Isso serve como porta de entrada para estabelecer um entendimento mais abrangente sobre a complexidade da biopolítica e seus traços no terreno biológico.

Além dos aspectos naturalistas, integram-se, nesta composição, outras ideias a respeito de biopolítica, que partem de uma raiz mais humanista, visando ao estabelecimento de interpretações mais específicas sobre a história da humanidade e das civilizações, por se tratar de processos, indivíduos e mudanças temporais, o que fornece novas formas de compreender a sociedade pela qual se constitui atualmente.

Em seguida, atribui-se ao pensamento de Edgar Morin, o qual inclui elementos biopolíticos tais como a vida e morte da espécie, elencando ações humanas que culminam na fome, guerras e mortalidade. Descreve as relações entre a vida humana e o poder, restringindo aos motivos infrapolíticos de sobrevivência e suprapolíticos.

Ainda dando continuidade à formulação do conceito de biopolítica, Azevedo (2017) nos apresenta outros estudos biopolíticos que já se sobrepõe às metáforas organicistas e à transposição do vocabulário da medicina de caráter eugenista como parasitas, Estado-corpo, enfermidades. Termos estes que datam a década de 1920 e 1930.

Assim, recebem ênfase os campos de investigação da biologia e seus traços naturalistas, constituindo uma noção de biopolítica derivada do evolucionismo darwiniano e das análises etiológicas para posteriormente se fazer uma interpretação da realidade.

Diante desse quadro conceitual é que surge a concepção foucaultiana de biopolítica, a qual não tem a pretensão de reconstruir historicamente o surgimento dado a esse conceito. Michel Foucault formula uma nova ordem discursiva ao fenômeno político, estabelecendo um paradigma onde há presença da filosofia e da teoria do direito moderno.

Dentro de sua análise bibliográfica, Azevedo (2017) aborda o pensamento de Giorgio Agamben. Enfatiza as primeiras aproximações realizadas pelo filósofo sobre temas que envolviam a biopolítica, a qual não estabelecia uma relação direta com as formulações de Foucault. Para isso, contextualiza com a obra *O Homem sem conteúdo*, publicado em 1970, que fornece os primeiros ensaios para se compreender o projeto *Homo sacer*.

Para explicar de forma mais aprofundada, Azevedo (2017) considera necessário construir pontes epistemológicas em direção a outras fontes do pensamento como a filosofia grega, enfatizando as ideias de Platão e Aristóteles. Com isso, destacam-se pontos fundamentais sobre o entendimento da humanidade e suas experiências como práxis e o gênero *poíesis*, indicando a relação do agir produtivo e suas atividades vitais que constituem o homem.

Nesse percurso de debate e reflexões, Azevedo (2017), destaca a biopolítica e a formação enquanto caminhos possíveis de retorno e de enfrentamento. Propõe-se avançar na formulação de biopolítica de Agamben, trilhando novos caminhos até

chegar ao campo da educação. Para isso, é preciso fazer uma recomposição do sujeito em termos autorais enquanto realidade de discurso.

Nessas aproximações, o autor considera que a educação não salva e nem pode ser posta a salvo de enfrentar a chamada gigantomaquia da biopolítica pelo ser. Se a biopolítica busca atuar sobre a forma como o indivíduo se destina aos homens, modulando as relações que permeiam o poder e a vida, isso implica afirmar, na dimensão da existência humana, que nada escapa de forma ilesa ao seu alcance.

Nesse sentido, abordar a educação sob essa ótica implica considerá-la para além da conformidade institucional pela qual a escola é tomada como mero mecanismo de assimilação e normalização das normas sociais que já se encontram enraizadas e circulantes na sociedade. Por outro lado, isso nos leva a pensar a formação do ser humano como uma extensão de domínio de luta no combate da biopolítica do ser (AZEVEDO, 2017).

Buscando explorar mais sobre pensamento agambeniano, Azevedo (2017) argumenta sobre a dimensão formativa da experiência em direção à teoria da infância, que consiste no aprendizado do ser humano. Busca-se desenvolver uma teoria que aborde a relação entre experiência e linguagem, indicando a original dimensão histórico-transcendental do homem.

Outro aspecto a ser elucidado por Azevedo (2017) é a formação como profanação da máquina pedagógica. O processo educacional na sua totalidade, ao receber a criança no ambiente escolar, aciona uma variedade de dispositivos que formam um conjunto de operações sobre a subjetividade dos alunos. A maneira de se comportar, de agir, de se movimentar nas salas pertencem a um grau de condicionamento e normalização que, sem ele, não haveria educação. São dispositivos que operam no cumprimento do processo educativo.

Como resposta, surge a profanação, que é a desativação dos dispositivos, em que se geram contradispositivos como uma forma de ruptura e resistência. Não se trata de destruir a máquina e substituí-la, mas sim profaná-la para criar espaços e processos em possibilidade de formação. Essa última instância exige do homem a formação da sua capacidade de pensar. É profanando que se pode resistir a tudo que se refere à biopolítica, bem como à normalização jurídico-política da exceção (AZEVEDO, 2017).

Diante desse panorama geral que norteia a biopolítica e suas dimensões sociais e filosóficas, constatou-se a intenção de alargar o entendimento sobre esse fenômeno que acompanha todas as facetas da sociedade e da forma como a educação se potencializa como instrumento de normatização, combate e resistência.

A segunda tese de 2013, intitulada “Violência escolar no contexto da relação entre biopolítica e educação”, de Adalgisa Aparecida de Oliveira Gonçalves, analisa a violência escolar no contexto da relação entre biopolítica e educação, buscando estabelecer compreensões a respeito desses fenômenos no caráter social, histórico e cultural, a partir das experiências e dos discursos de seus interlocutores.

Gonçalves (2013) analisa as lacunas encontradas na microfísica da violência no contexto escolar em relação à violência presente na sociedade, colocando sob investigação: 1) se esse tipo de violência é uma forma de expressão biopolítica; 2) de que maneira seus dispositivos atuam nessas limitações espaciais.

No âmago central do estudo de Gonçalves (2013), fica constatado que, na sociedade atual, a instituição escolar possui práticas orientadas por dispositivos de biopoder e de biopolítica. Mesmo que sejam observadas a amplitude dos discursos educacionais voltados para uma ação autônoma do aluno, identificam-se tecnologias disciplinares de controle, de excesso de governo, exclusão e adestramento.

Em determinados contextos educacionais, apresenta-se um cenário de violência, medo e temor em decorrência de fatores internos e externos que culminam em ações e reações agressivas por parte dos alunos, o que gera reclamações de diretores, pais, professores e pedagogos.

Aqui se trata da obediência pastoral que submete o indivíduo ao silêncio, em que sua liberdade é cerceada, visando torná-lo dócil e disciplinado. Essa condição é diferente das imposições da autoridade, que por sua vez exclui meios de coerção, nos quais a força e a violência se evidenciam, causando fracasso nesse tipo de ação (GONÇALVES, 2013).

Os estudos demonstram que a relação pedagógica sempre será assimétrica, pois não é uma relação entre iguais, visto que o adulto é considerado uma referência com o saber frente ao aluno. Não comporta uma relação de poder, mas essa relação que existe entre esses dois sujeitos existe e é permeada de conflitos. Para tanto, quando o aluno passa a reivindicar para si a possibilidade de agir como sujeito em pé de igualdade com o docente, o conflito surge e a consequência disso é a resistência.

Gonçalves (2013) também baseia suas análises citando o pensamento de Agamben, indicando a complexidade da ocorrência do fenômeno da violência escolar, fornecendo vários prismas para se estabelecer certas compreensões. Ao abordar a biopolítica por essa ótica, pode-se dizer que a violência é uma forma de soberania sobre o corpo individual e coletivo. Mas Arendt diz o oposto; para ele esse domínio é exercido não de maneira instrumental em oposição ao poder, mas como força soberana que isola, sacraliza e separa.

Assim, tomando como base as formulações de Agamben e Arendt sobre o ambiente escolar, Gonçalves (2013) entende que não há como separar os que praticam e os que não praticam a violência. Parte-se da premissa de que a violência é produzida dentro das limitações da instituição escolar nos moldes da microfísica da sociedade; todos de alguma maneira acabam integrando essa teia. Esse entrelaçamento de corpos que são vítimas, também são, ao mesmo tempo, agentes de violência.

Nota-se que a relação com a temática pesquisada se dá pelo fato de a ocupação do espaço escolar permear o cotidiano dos professores, dos alunos e da comunidade escolar, e esses corpos estão sendo formados com base em uma atuação biopolítica.

Gonçalves (2013) menciona outro aspecto inerente à violência escolar que é a ameaça. É um fator que produz nocivos impactos à saúde mental dos professores, levando-os a desistir ou mudar de profissão. Constatou-se que essa prática é *continnum* nas escolas, pois se manifesta de maneira velada e silenciosa entre grupos de alunos. Basta que alguma situação conflituosa ocorra para gerar um desequilíbrio no ambiente escolar.

Verifica-se que essa situação de violência pode se apresentar de várias formas, entre professores e alunos ou entre grupos de alunos. Manifesta-se na forma de agressão verbal, de coação, intimidação e gestos. Cria-se um ambiente violento, fazendo com que as vítimas se sintam presas no seu campo profissional, sendo produzida uma sensação de medo e traumas.

Em seguida, os estudos de Gonçalves se concentram no medo, fator este que acompanha diversas situações de violência presenciada por professores e alunos dentro da escola. Esse sentimento causado pela violência também gera raiva, culpa e desamparo, o que por sua vez abre portas para depressão e ansiedade.

Fazendo uma ponte com as ideias de Foucault, Gonçalves (2013) argumenta que as experiências vividas, assim como a demarcação de espaços de soberania dentro da instituição escolar, são atravessadas por uma racionalidade política, pedagógica e cultural que configuram esse ambiente. Essa racionalidade incide tanto nas formas de governo, quanto nas formas de organização e normatização do espaço escolar, determinando a conduta humana.

Outro aspecto que integra o contexto da violência escolar é a insegurança. A falta de segurança na escola é um dos problemas mais evidentes no país. O autor enfatiza que a adoção de tecnologias de vigilância está impulsionando a mercantilização da violência, pois não existem ações coletivas que busquem sanar esse problema, ocorrendo, muitas vezes, de forma fragmentada, o que produz poucos resultados positivos no combate à violência. Soma-se a isso a necessidade da própria comunidade escolar exigir policiamento ou segurança particular para se sentirem, de certa forma, seguros da violência externa e daquela que ocorre dentro da escola.

A pesquisa de Gonçalves (2013) toma outra dimensão, abordando a violência escolar e a resistência como potência de ser e de não ser. Sob a luz do pensamento foucaultiano, considera que a transformação da lógica da resistência vai além da recusa de agir. Trata-se da revisão da dinâmica social, sobretudo de caráter político e cultural. Assim, evidencia-se que o poder está em toda a parte da sociedade, pois onde há poder, há resistência.

Nesse âmbito, é importante mencionar que a resistência é oriunda do liberalismo, assim o liberalismo é oriundo da biopolítica. Os ideais liberais trazem consigo a resistência a um governo demasiado, onde o princípio do máximo e do domínio na arte de governar substitui a noção de equilíbrio equitativo.

Assim, o direito à resistência possibilita ao indivíduo que se debruce em lutar e conquistar o direito de se tornar sujeito, capaz de se autogovernar e de interferir e transformar a realidade na qual se encontra. Com isso, ocorrem as chamadas correlações de poder, as quais existem a partir de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam o papel de adversário, de alvo, de saliência que permite apreensão (GONÇALVES, 2013).

Após fazer diversas interlocuções teóricas, as compreensões de Gonçalves (2013) expressam a possibilidade de analisar a violência escolar no campo da biopolítica e educação. Todas as formas de violência que ocorrem nas escolas se

apresentam como dispositivos biopolíticos. São norteados por um governo controlador e de uma potência soberana que gera, de maneira normalizadora, a exceção e a exclusão.

A próxima tese, defendida em 2015 por Janaina Silva Cavalcante Lima, trouxe como tema “A Educação no horizonte do provável: dispositivos biopolíticos na escolarização de pessoas jovens e adultas”, tomando a educação de adultos como um discurso biopolítico. Para explorar de forma mais aprofundada essa temática, a autora busca discutir as linhas de visibilidade e enunciabilidade pelas quais essa modalidade educacional se produz enquanto fenômeno biopolítico no âmbito da educação escolar.

Em suas análises, a Educação de Adultos é acompanhada, no cenário latino-americano, pelo paradigma da Educação Popular que confere um marco normativo de práticas, um programa de ação e um horizonte político que estabelece uma articulação entre o sujeito e a escolarização.

A autora insere, no campo de discussão, os modelos escolares produzidos pelas lutas políticas, as quais emergem como acontecimentos do embate cultural a respeito da melhor forma de direcionar os corpos e as mentes por meio da educação. Conseqüentemente, surgem paradigmas emancipatórios e conservadores de Educação de Adultos, os quais abarcam outras formas de polarização que não se resolvem por exclusão mútua, mas por correlações que dão base às práticas.

Lima (2015) considera que o debate filosófico sobre a Educação de Adultos trabalha com questões que abordam as concepções de sujeito e saber, saber e poder, bem como as justificativas e as finalidades das práticas educacionais. Ao fazer uma correlação com a reflexão sociológica sobre a alfabetização de adultos, busca-se investigar os caminhos percorridos pela integração e exclusão social, atreladas às concepções de Estados e à implicação de seus princípios para o desenvolvimento de práticas de escolarização. Também se apresentam nessas formulações, a função da escola nos processos de mobilidade social, produção de capital e de subjetividade.

Diante desses aspectos, Lima (2015) considera que os dispositivos utilizados para efetivar a alfabetização não podem ser realizados a partir do prisma emancipatório, se eles atuam sobre os efeitos do desenvolvimento e não sobre suas causas. Isso se reflete na retórica das práticas de alfabetização de adultos durante

as campanhas. Isso implica afirmar que a não participação das populações não alfabetizadas nos projetos é causa e não efeito de analfabetismo de massas.

Por meio de sua pesquisa, Lima (2015) entende que a alfabetização é menos do diálogo entre saberes diferentes, configurando-se mais como um enfrentamento do pensamento hegemônico, o que por sua vez sai subalternizado. Porém, suas lutas não conquistaram espaços para se manifestar de forma ampla. Com isso, o saber do oprimido não é apenas uma consciência ingênua que precisa de melhorias, mas é uma maneira de saber que precisa adentrar no regime dos poderes para estabelecer outras posições estratégicas que potencializem sua imersão na sociedade.

A respeito das tecnologias biopolíticas da escolarização de adultos, os estudos de Lima (2015) colocam em evidência o pensamento de Foucault sobre as relações de poder. Assim, suas compreensões repousam no campo das práticas discursivas e dos dispositivos. O poder passa a ser visto como tática e estratégia, o que por vez constitui uma tecnologia. Com isso, a rede é formada por práticas, documentos, discursos e crenças, que configuram um extenso arquivo sobre o qual são feitos recortes e exames de determinados elementos.

As linhas de força se dividem entre linhas de visibilidade e linhas de enunciação. As linhas de visibilidade consistem no regime de luz que atua diretamente sobre os objetos e as linhas de enunciação sobre o regime do dizer. Em outras palavras, aquilo que pode ser visto, dadas as condições fornecidas entre as relações de poder formadas no fenômeno em análise, ou aquilo que pode ser dito, em formações históricas com as quais os dispositivos entram em contato (LIMA, 2015).

Constatou-se que a possibilidade de argumentar do indivíduo não alfabetizado no campo da ignorância é a regularidade que possibilita que essa ignorância seja a matriz do exercício do poder. Com isso, a linha de enunciação determina quem pode falar e, nesse caso, quem pode falar do analfabeto, antes dele próprio, é a população letrada e privilegiada. A regularidade do dizer sobre o analfabetismo é uma linha de força que aciona o Estado e suas instituições para orientar seus agentes com vistas a difundir a educação escolarizada.

Outro aspecto abordado por Lima (2015) é o processo de produção do analfabetismo como um objeto cultural, no qual o constrangimento acumula e sedimenta as práticas de sustentação do racismo estruturante. Esse

constrangimento é considerado umas das principais marcas da experiência da pessoa não alfabetizada na sociedade brasileira. É uma linha de força do dispositivo de escolarização que objetiva fazer com que o sujeito não alfabetizado busque integrar-se na ordem do discurso escolar.

Nota-se que o constrangimento é uma atitude que se volta sobre o sujeito, colocando-o numa relação de submissão que lhe prende pela interioridade. Constitui-se como um conjunto eficaz na produção de subjetividades subalternas por meio da vergonha. Esse último estado é um tipo de situação em que a pessoa não pode assumir de forma pública uma condição ou características, porque o padrão de normalidade que permeia a sociedade o coíbe por meio da negação ou da inferiorização.

A autora explica que os efeitos da biopolítica são explicados por suas condições de emergência, mas são compreendidos a partir de sua interpelação ao campo do real sobre o qual a biopolítica está atuando, quais os objetos que ela toca, como produz seus efeitos. O que fica evidente é que inúmeras pesquisas têm se dedicado aos aprofundamentos teóricos epistemológicos de forma a evidenciar as formas as estratégias de atuação da biopolítica, bem como seus mecanismos de poder.

Os estudos de Lima (2015) demonstram que a vergonha como tecnologia de governo das populações não alfabetizadas possui a dupla função de ser causa e efeito dos processos de exortação e de inferiorização do indivíduo denominado analfabeto. Os enunciados da vergonha integram a construção da demanda social de alfabetização. Assim, os processos de alfabetização das populações adultas colocam diante da sociedade a pessoa não alfabetizada numa enunciabilidade constrangedora, que passa pela legitimação dos mais diversos discursos autorizados, sendo conduzidos pela biopolítica da escolarização.

Outros elementos basilares nas reflexões feitas por Lima (2015) compreendem o discurso da metanoia em Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire. Os enunciados da metanoia se encontram em sujeitos e instituições legitimados no meio social. Nessa dimensão, os discursos que são proferidos e continuarão sendo ditos se fazem presentes nas políticas discursivas sem que seja necessário elucidar o prestígio dos seus enunciadores.

Álvaro Vieira Pinto é um representante do grupo de intelectuais de nível nacional, organizados em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB),

responsáveis por criar um momento de reflexão sobre o país, sobre o povo e sobre seu destino durante a década de 1940. Como intelectual de pensamento crítico, de matriz histórico-dialética, considera o papel do “saber letrado” como um privilégio de alguns grupos sociais da sociedade industrializada e moderna. Para ele, o analfabetismo é uma realidade sociológica, que deve ser tomada em consequência da realidade e do sujeito que o vivencia.

Verifica-se nesse estudo que o tema metanóia acompanha todo o percurso das justificativas liberais e neoliberais no campo da educação, aparecendo no sentido de integração social, produzindo uma aproximação com a perspectiva funcionalista em que se busca a conversão do educando para torná-lo útil para a sociedade. As estratégias da biopolítica se apropriam dessa formulação e aplicam, de forma potencializada, na convocação dos adultos para a escola, expressando uma das finalidades mais antigas dessa instituição, que é a escolarização.

Lima (2015), ao abordar Paulo Freire, coloca em discussão a teoria de conscientização a respeito dos modos de interpretar a realidade e de atuar pedagogicamente sobre o mundo. Para isso, aplica o método dialético de reflexão, realizando um confronto dos saberes pelo qual cria uma clivagem no pensamento do sujeito que sempre vai se dirigir para uma postura diferente em relação ao mundo. Em vista disso, suas formulações filosóficas levam a um degrau qualitativamente superior de vinculação com o compromisso com as questões que norteiam a emancipação por meio da educação.

Sobre o pensamento de Paulo Freire, os resultados revelam que a alfabetização não é elemento que conduz à emancipação, mas uma parte do mecanismo que instiga a mudança. Com isso, é evidenciado que o tema da conversão pertence à ordem da consciência, o que implica esclarecer que não é um chamado ao sujeito para tornar-se outro, mas, de forma mais sutil, é o chamado para a transformação do íntimo da subjetividade. Assim, a consciência muda o modo como o sujeito percebe o mundo e o codifica.

A contribuição freireana vai além do campo da reflexão teórica e adentra à dimensão das práticas. Experimentou formas de atuar concretamente junto às populações não alfabetizadas, passando a promover críticas relativas aos modos autoritários de educação (LIMA, 2015).

Dessa forma, ao serem pontuados os termos biopolíticos, observa-se a incorporação de outro âmbito de uma instituição destinada à governamentalidade,

o que pode parecer uma estratégia de inclusão para garantir a visibilidade necessária para manutenção dos dispositivos do biopoder. Por outro lado, apreende-se que a instituição escolar é um campo de luta, onde a inserção e difusão dos saberes populares que trazem consigo suas histórias e experiências de vida, indicam o desencadeamento de processos de luta e resistência.

A tese intitulada “Formação continuada: cartas de alforria & controles reguladores”, sob a autoria de João de Deus dos Santos (2006), baseia-se na arqueologia e na genealogia de Foucault. Utiliza o conceito de alforria, evidenciando o duplo movimento articulado que consiste na liberdade dada, de romper grilhões e de arremeter o alforriado à situação de permanecer sob controle. Em seguida, questiona-se e problematiza-se a formação continuada de professores no Brasil.

Servindo de pano de fundo para desenvolver seu estudo, Santos (2006) faz uma leitura sistemática das obras de Foucault, propondo uma investigação inspirada no pensamento pós-estruturalista. Isso serviu para o exercício de autocrítica, olhando para a formação continuada diante das ocorrências de transformações, atribuindo-se um jeito moderno de pensar a escola: espaço, tempo e o exercício do poder.

Santos (2006) explora o conceito de alforria, indicando que, no conjunto dessas transformações, é possível tomar a formação continuada enquanto uma ordem para que haja uma continuidade, em harmonia com as mudanças espaciotemporais e políticas. São apresentados elementos da sociedade como soberania, disciplina e normalização e as maneiras pelas quais se integram na formação docente.

Para Santos (2006), formar “continuamente” parece ser uma operação homóloga à da libertação do escravo. A formação continuada torna-se possível mediante a devolução da vontade do sujeito, do seu livre arbítrio, para que se escolha os próprios modelos e formações. Essa semelhança entre a libertação do escravo e a formação continuada indica uma equação que se firma na contemporaneidade, onde o grau de liberdade que se dá aparenta ser proporcionalmente à intensidade da atividade de controlar.

A tese de autoria de Helena Venites Sardagna (2008), que tem como título “Práticas normalizadoras na educação especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino do Novo Hamburgo – RS (1950 a 2007)”, problematiza as condições para emergência da Educação Especial, sendo enfatizadas as práticas

educacionais ao longo dos anos. Nessa modalidade de ensino foi possível analisar a governança dos sujeitos de forma direta e indireta a partir da inclusão. Problematizou-se também a norma como articuladora desses processos de normalização que, no centro do contexto da biopolítica, são operados por tecnologias de regulamentação da população instalada na Educação Especial.

Os estudos de Sardagna (2008), são norteados pela vertente pós-estruturalista, a que se aproxima do pensamento de Foucault, tendo a análise discursiva como opção metodológica. Seus conceitos centrais são: governamentabilidade, norma, biopolítica, regulação, sujeito e poder.

Os resultados dos estudos de Sardagna (2008) demonstram a regulação permanente dos sujeitos dentro da Educação Especial por meio das instituições. Nesse processo, de acordo com os diferentes períodos, foram incrementadas novas formas de governamentabilidade. Isso pode ser verificado nas mudanças de ênfases entre as práticas com os considerados anormais, tais como: os atendimentos, os serviços de apoio, os saberes especializados, as legislações, as políticas de inclusão escolar, que por sua vez foram sistematizados sob a forma de conjuntos discursivos.

Assim, compreende-se que, na dimensão dos processos de normalização, as políticas de inclusão escolar são entendidas nos marcos da biopolítica, ou seja, de uma tecnologia de poder que se ocupa da coletividade, operacionalizando o controle dos sujeitos (SARDAGNA, 2008).

Na tese de Eliana Póvoas Pereira Brito (2003), que recebeu o título de “Uma leitura de políticas de Educação a distância no Brasil: da radiodifusão à televisão educativa”, são apresentados como princípios norteadores os estudos de Foucault, sendo analisado o conjunto discursivo sobre as práticas que compõem os programas e os projetos governamentais que buscam atender demandas que necessitam ser inseridas no campo educacional, almejando constituir uma sociedade moderna e democrática.

Brito (2003) aborda as práticas discursivas dos dispositivos legais como a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9.394/96, a proposta de Educação à Distância (EAD) e os programas educacionais chamados de tecnologias educacionais, especialmente o rádio e televisão, consolidando um novo tipo de regime social pertencente à lógica das sociedades neoliberais.

Os resultados dos estudos feitos por Brito (2003) revelam que, na tentativa de alcançar a todos, os programas educacionais que utilizam a tecnologia surgem na sociedade disciplinar como uma forma de educar, tratando as exclusões sociais como uma matriz geral da inclusão, visando ao estabelecimento da normalização e a regulação.

A última tese selecionada para o estudo bibliográfico, intitulada de “Segurança, Biopolítica e Educação: o empresariamento da segurança pública como dispositivo pedagógico”, de autoria do Anderson Duarte Barboza, buscou compreender o estabelecimento do paradigma da gestão empresarial como um único modelo de eficiência destinada às políticas públicas.

Barboza (2018) trabalha em sua tese, a partir do tema central de estudo, os dispositivos pedagógicos na extensão da educação e da produção de sujeitos para a biopolítica. De forma introdutória, expõe os fundamentos foucaultianos que tratam da educação. Faz um delineamento sobre as técnicas, disciplinas e o controle dos corpos. O uso do dispositivo disciplinar ao agir sobre os indivíduos produz saber e legitima as relações de poder.

Quando o poder exercido transita para o campo da educação, utiliza violência para realizar a sujeição dos corpos, mas de uma forma tão sutil e refinada que, em nome da segurança, visa a recuperar essa espécie de equilíbrio das relações de poder. Para dominar uma população, o que é de interesse da biopolítica, seria necessário constituir a individualização das condutas, o que ocorria por meio da vigilância hierárquica e panóptica, para em seguida manter o controle dos corpos.

Ao abordar os dispositivos pedagógicos, Barboza (2018) elucida que, para debater a educação na contemporaneidade, é preciso partir do pressuposto de que ela se encontra difusa e em constante movimento por meios externos e informais intrínsecos ao ambiente escolar e que ocorre também por de diversos dispositivos. Dentre eles, destacam-se as políticas públicas, os meios de comunicação e a relação de sociabilidade, os quais se dão por meios eletrônicos e que podem ser considerados como educativos.

Os estudos de Barboza (2018), demonstram que os meios de comunicação de massa atuam como dispositivos pedagógicos, os quais exercem grande influência e produzem diversos efeitos nos sujeitos, no seu modo de pensar, agir e se relacionar. Isso se dá pelo alcance que conseguem com a transmissão e

simultaneidade para qualquer território, sendo um elemento decisivo na formação de opinião dos indivíduos.

Outro desdobramento realizado nessa tese consiste na política de segurança pública como dispositivo pedagógico. Para isso, coloca-se em evidência o pensamento de Foucault para entender como as práticas de punição, vigilância e disciplina são capazes de moldar a população, produzindo, assim, subjetividades.

Partindo desses pressupostos, podemos compreender como as práticas de policiamento atuam na transformação e educação dos indivíduos, uma vez que qualquer política pública que inclui segurança possui em seus processos um aspecto educativo.

Verifica-se que o poder policial educa a população, utilizando-se de mecanismos que não estão explícitos, mas que ensinam de alguma forma. Essa realidade se apresenta ao considerar o efeito de verdade das políticas de segurança nas comunidades mais pobres, onde seus moradores dispõem de menos meios alternativos para se educarem, como acesso a livros, aos meios de comunicação e à Internet. Nesses territórios, a arma, o uniforme, a viatura e demais recursos simbólicos disponibilizados pelo Estado dão legitimidade e conferem efeitos pedagógicos para comportamentos dos policiais, moldando os sujeitos desses lugares.

Os argumentos de Barboza (2018) afirmam a existência de um tipo de educação relacionado à atividade policial que, por meio do exercício do poder pastoral, age amplamente como educadora dos sujeitos de uma comunidade. São diversos os dispositivos que se integram uns aos outros, os quais permitem a existência de uma grande estratégia de governo biopolítico. Não se pode pensar em constituir o estabelecimento de políticas públicas para a população sem levar em consideração o papel das estratégias de mobilização e educação dos sujeitos.

Após as análises das teses, partimos para as dissertações. A primeira a ser examinada tem como título “Resistências à biopolítica na educação: arte ativista na exceção brasileira”, de autoria de Alexandre de Albuquerque Mourão, produzida no ano de 2013.

Nela, o autor parte do contexto de uma realidade biopolítica, que se apresenta articulada com as doutrinas neoliberais apontadas por Foucault. Em seguida, faz uma ponte argumentativa com o pensamento de Giorgio Agamben, para fornecer

subsídios para compreender como as intervenções urbanas se colocam como estratégia de resistência educacional ao campo biopolítico.

Nos estudos de Mourão (2013), destaca-se a intervenção urbana como um dos fundamentos da ação da arte ativista: as vertentes artísticas que emergiram a partir dessas transformações, como a deriva e o conceito de arte urbana, devem muito às influências das situacionistas e as contribuições em torno da problematização com relação ao espaço das cidades. Assim, dar relevância ao aspecto urbano passou a ter outras dimensões voltadas para crítica e reflexão, sendo incorporadas à prática artística.

Nessa dissertação, evidenciam-se as técnicas de arte guerrilha, as quais refutam a concepção de cidade como um mero suporte da obra. Ao se fazer uma performance no centro da cidade, não se entende que a praça é o suporte para que o artista possa desenvolver suas técnicas. A cidade faz parte da composição da obra, se processa e se realiza na relação artista-obra-público.

Mourão (2013) argumenta sobre a relação do neoliberalismo e a ditadura militar para poder compreender o contexto dos movimentos de resistência da década de 1990. Isso implicou na resignificação em torno de demandas que desejavam uma justiça de transição da ditadura para a democracia. A resistência desse período surge com outros elementos, ecoando a ideia de que a luta coletiva deve ser tão global quanto a economia. Nesse campo permeado de avanços e retrocessos que é a história, aplicam-se estratégias que pretendem redimir o potencial emancipatório.

É possível verificar que a arte ativista está diretamente relacionada aos acontecimentos históricos e às mudanças sociais, políticas e econômicas. Os grupos de artistas buscam criticar as imposições neoliberais e opressoras por meio da arte nos centros urbanos. É uma forma de resistência aos regimes, às ditaduras militares latino-americanas, denunciando as injustiças e as forças de repressão.

Outros aspectos elucidados por Mourão (2013) compreendem as ramificações e consequências dos regimes militares na América Latina no que tange à repressão da sociedade, coibindo sua liberdade, tanto no pensar, quanto no agir cotidiano. Além do campo artístico, a educação recebe ênfase, nesses regimes, enfatizando a organização dos jovens das periferias e dos centros universitários, buscando uma ação coletiva que pudesse promover uma formação de luta e resistência.

A segunda dissertação tem como título: “Biopolítica em educação ética e norma na sexualidade segundo professores e alunos de escolas públicas”; e foi

escrita por Clarice Klann Constantino em 2015. Nesse trabalho, busca-se compreender a ética e a norma sobre a sexualidade nos dizeres de professores e alunos. É norteado pelo pensamento de Michel Foucault sobre a sexualidade, contemplando debates históricos e contemporâneos sobre o tema.

Constantino (2015) argumenta que a sexualidade é um agenciamento concreto do poder, a qual deve ser analisada de forma permanente por meio do discurso e das práticas, bem como objeto de controle tanto do indivíduo quanto das populações. Em vista disso, depreendemos que ela é objeto de discurso e de intervenção política sobre a vida. O sexo é encontrado nos dois eixos em que se desenvolvem a tecnologia da vida, pois integra as disciplinas do corpo, elemento constituinte da regulação das populações.

Ficou constatado que os dispositivos de sexualidade não são apenas instrumentos de disciplina, como a intenção de agir pelo controle do corpo do indivíduo, buscando aperfeiçoá-lo através de punição e vigilância. Na realidade, seus dispositivos advêm do poder sobre a vida, ou seja, do biopoder que se realiza através de uma regulação da população, objetivando assegurar a existência da espécie humana.

Constantino (2015) trabalha a ética em torno da problematização da moral sobre a constituição do sujeito e da subjetividade. Baseada nas formulações foucaultianas, essa subjetividade é formada pelas práticas e técnicas que tanto podem ser dos outros sobre o indivíduo quanto do próprio indivíduo, numa relação consigo mesmo.

De forma mais aprofundada, suas reflexões nos levam ao entendimento de que o sujeito não é algo dado, mas constituído, pois encontra-se fundado na história. Por esse motivo, na fase arqueológica e genealógica, Foucault busca analisar como o sujeito é formado, seja pelo saber, pelas práticas discursivas, seja pelo poder através da normalização. Na fase ética, além das formas de assujeitamento colocadas em estudo no âmbito das relações de poder e saber, com os efeitos da subjetividade, verificam-se também os modos de relação consigo e de que maneira o sujeito constitui a si mesmo.

Nas argumentações de Constantino (2015), tornam-se perceptíveis que as formas de constituição do sujeito analisadas por Foucault, na antiguidade, permitem problematizar a ética, estabelecendo o confronto dos processos de subjetivação praticados no presente. Com isso, é possível afirmar que há, de certo modo, uma

confrontação do sujeito antigo com o moderno, pois para este último extinguiu-se a noção de cuidado de si no sentido da ética tão presente no sujeito antigo.

Diante disso, as formulações foucaultianas nos instigam a pensar um indivíduo que apresente a necessidade de construir a si eticamente. Nesse percurso, percebe-se que o poder, ao longo da história, gerou jogos de verdade, ou seja, um conjunto de regras de produção da verdade, servido de técnicas, prática e mecanismos, visando a um controle do indivíduo e das populações.

Trazendo para sua temática central que é a sexualidade, os resultados apresentados por Constantino (2015) demonstram que o sexo é colocado em discurso de forma subtendida. Para se reproduzir o dispositivo de controle dos corpos, utiliza-se a escola como sua efetivação. Com isso, as políticas públicas constituídas de caráter pedagógico cultural, ensinam a melhor forma do indivíduo agir, falar e comportar-se. Assim, sua conduta se dá, sobretudo, pelo discurso.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) incitam um discurso sobre o sexo, ocorrendo também na instituição escolar de modo expansivo. É através dessa incitação que é possível instaurar mecanismos de controle eficazes sobre os corpos dos sujeitos. Ao colocar os indivíduos para discutir sobre sexo, suas vivências e desejos, aciona-se o controle estimado pela biopolítica.

A operação de normalização ocorre quando buscam-se moldar os indivíduos e suas ações de acordo com o modelo vigente de sociedade, sendo considerado normal aquele que se adapta a essa norma e anormal aquele indivíduo que não é capaz de adaptar-se a tais imposições. Assim, as normas instituídas são prescritivas e um controle deve ser exercido para que as normas sejam seguidas por todos. O controle e a regulação da sexualidade são as metas dessa normatização (CONSTANTINO, 2015).

Neste estudo, expõe-se que o um biopoder se instala sobre a sexualidade e esta, por sua vez, age sobre o corpo. O corpo é considerado a superfície em que são inscritos os acontecimentos e que, por meio de uma ordem discursiva, imprime e constitui a subjetividade. Essa busca constante recebe orientação da ordem discursiva, definindo como serão engendrados nos corpos dos sujeitos à norma do que é natural e desejável para a sociedade. Por outro lado, anula-se a autonomia do sujeito, pois, quando se busca construir noções, há um assujeitamento e não uma liberdade do próprio sujeito de exercer sua sexualidade como bem entender.

A terceira dissertação tem como título “Me jogaram aqui porque eu fiz 15 anos – biopolítica da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos em Belém – PA (2010 – 2013)”, de Letícia Carneiro da Conceição. A autora se debruça em realizar uma análise da constituição da Educação de Jovens e Adultos enquanto política pública no Brasil, no Pará e no município de Belém.

Conceição (2014) apresenta, como resultado, que a prática discursiva é carregada de enunciados que manifestam saberes e poderes e como dispositivos disciplinares constituem a normatização e o controle da população. Assim, a legislação voltada para a EJA efetiva por meio das ramificações educacionais a biopolítica governamental.

A legislação educacional por meio da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 e o Parecer, com a Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, buscam solucionar problemas que interferem no funcionamento do tecido social e que no campo da Educação de Jovens e Adultos propõe-se a estabelecer uma regulação e controle referente à idade mínima para seu ingresso. Essa biopolítica curricular indica que a EJA é reconhecida como lugar de depósito de jovens que apresentam insucesso escolar. E que esse espaço é necessário para promover ações compensatórias e reparadoras aos sujeitos vistos como indesejáveis.

Constatou-se que a juvenilização e a intergeracionalidade são apontados pelos profissionais da educação como um problema institucional. Quanto às suas origens, podem ser mencionados o insucesso escolar da modalidade regular e a compreensão equivocada das finalidades da EJA, vistas por muitos de forma errônea em seus aspectos de “suplência” e “aligeiramento dos estudos”.

A legislação educacional nessas condições parece ter deixado lacunas em relação à idade de ingresso e as escolas se responsabilizaram por preencher esse vazio com a prática de encaminhamento compulsória de adolescentes, a partir dos 14 anos de idade, para EJA. Para além da decisão a ser tomada sobre o que fazer com alunos em idade “inadequada”, os encaminhamentos mais eficazes parecem ser aqueles que se preocupam em fornecer a qualidade de formação escolar, reduzindo tais brechas que ocasionaram as defasagens idade/série.

Conceição (2014) expressa que o encaminhamento institucional para a modalidade da EJA tem como justificativa a idade mínima atingida por esses alunos. Levando em consideração o histórico de insucesso escolar e indisciplina, constatou-se que as práticas escolares pelos dispositivos disciplinares de controle ocorrem por

meio de padrões previamente estabelecidos, objetivando a produção de sujeitos dóceis e úteis.

Assim, para promover a manutenção de seus padrões de produtividade e viabilização de suas dinâmicas de funcionamento, as instituições escolares recorrem à utilização de poderes como o disciplinar, que sujeita o indivíduo ao controle de seu corpo, visando ao aperfeiçoamento e docilidade, definindo o domínio e fazendo com que operem de modo normalizado para gerar as condutas desejadas.

Na dissertação intitulada “Uma educação para além do bem e do mal: o limiar da experiência educativa de um móbile solto no furacão”, sob a autoria de Sérgio de Oliveira Santos (2010), aborda a “verdade” como manifestação do poder dentro da sociedade. Com isso, destaca-se a cultura como um campo configurado por forças em constante conflito. A experiência educativa é a articulação de poderes e saberes para a constituição de uma forma de vida chamada humana.

Santos (2010), elucida que o limiar da experiência educativa tem sido fortemente manipulado em favor dos interesses em que nada favorecem a vida como conservação e superação de si, onde a biopolítica gera efeitos nocivos ao indivíduo. Assim, a educação é considerada uma biotecnologia que produz processos de subjetivação, no qual seu arcabouço foi formado por meio de uma concepção moderna do sujeito.

Sugere-se que uma educação para além do bem e do mal é uma educação para aquisição de poder, e o ser humano só adquire lutando e superando seus limites. Para isso, é necessário munir a educação de utensílio para a decodificação e rearticulação dos aspectos manifestos da cultura. O educador deve ampliar as fronteiras do pensamento do aluno para que este possa apreender as diferenças em novas formas de subjetividade e elaborar novos processos de subjetivação que ultrapassam os modelos fornecidos pelas relações de poder e pela tradição histórica (SANTOS, 2010).

Na dissertação intitulada “Dispositivo curricular de controle: gerenciamento do risco e governamento da surdez no cenário educacional”, sob a autoria de Juliane Marschall Morgenstern (2009), tem como corpus de análise os “Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares”, tomando como base os estudos de Michel Foucault. Apresenta como principais elementos conceituais o governamento e a biopolítica, os quais possibilitaram a descrição e análise do currículo como um

dispositivo que tem operado na gestão e regulação da pessoa surda, que pertence ao grupo de risco.

De acordo com Morganstern (2009), observamos que os processos de normalização acionados pelo sistema da inclusão, em que a surdez é traduzida pelo viés da pluralidade cultural. Eles trazem consigo os princípios do governo neoliberal, que se delineiam em estratégias de maleabilidade no sentido de firmar a funcionalidade curricular e posteriormente viabilizar de forma ampla a regulação na sociedade.

Nessa conjuntura, sobre os alunos surdos, são investidos mecanismo biopolíticos de regulação que colocam em prática medidas preventivas para a contenção de possíveis riscos representados pela exclusão e discriminação. Sob a égide da biopolítica são desenvolvidas tecnologias de poder que movimentam o cenário político e educacional, fazendo funcionar uma razão governamental que advém da própria modernidade e do sujeito (MORGENSTERN, 2009).

Na dissertação “Governamentabilidade neoliberal, empreendedorismo nos processos educacionais da cidade de Horizonte/Ceará”, de José Wagner de Almeida (2010), a pesquisa está centrada na governamentabilidade neoliberal apoiada na Teoria do Capital Humano e que tem permitido a construção de uma cultura empreendedora, vista como um dos dispositivos usados nos ambientes educacionais.

Os estudos de Almeida (2010) dialogam com as obras de Michel Foucault, dentre elas está o *Nascimento da Biopolítica*. Assim, evidencia-se que as formulações foucaultianas são fundamentais para analisar os conjuntos discursivos que integram o campo da educação.

Também é feita uma discussão sobre o processo de redefinição do papel do Estado brasileiro, dando ênfase às formas utilizadas pelo capital, na tentativa de instalar uma nova governamentabilidade que deu origem a uma normatividade, criando, assim, condições para instalar uma governamentabilidade de fundamentos neoliberais (ALMEIDA, 2010).

Almeida (2010) afirma que o projeto neoliberal de desenvolvimento de Horizonte apresenta-se como um meio para criar valores, passando não só pela geração de oportunidades, mas também pelo incentivo ao empreendedorismo. Isso seria disseminado pela educação, compreendida no âmbito individual e coletivo,

visando à formação de profissionais técnicos e inovadores conforme as exigências do mercado.

Esse conjunto de abordagens trouxe em comum a relação da biopolítica no cenário educacional, de forma que todas, de algumas maneiras, expressam a necessidade de aprofundamentos teóricos acerca do tema, pois nos fornecem subsídios para se pensar esse espaço como um lugar de inúmeras possibilidades de emancipação política. Todos os estudos discorrem sobre Foucault e seus dispositivos de poder que têm atuado diretamente dentro da educação e que contemplam diretamente o tema defendido nesta dissertação.

1.3 Percurso Metodológico: a hermenêutica enquanto farol e método para navegação

O estudo dos materiais bibliográficos que abordam o referido tema somado às formulações de Foucault gerou discussões e reflexões no campo da filosofia da educação. Para isso, aplicou-se o método hermenêutico, visando ao estabelecimento de interpretações que resultem em compreensões sobre determinados textos.

Conforme Weller (2004), a hermenêutica surgiu como reflexão teórico-metodológica acerca da prática de interpretação de textos literários, sagrados e jurídicos. Abrange atualmente um vasto campo com objetivos e posições filosóficas diversificados, assim como diferentes métodos de interpretação de textos formulados por: Schleiermacher (1768-1834), Dilthey (1833-1911), Weber (1864-1920), Mannheim (1893-1947), Heidegger (1889-1976), Gadamer (1900-2002), Habermas (1929-) e Ricoeur (1913-).

A hermenêutica é considerada como um esforço humano de compreender a sua própria ação de entendimento em direção ao sentido, o que existe exige constituir uma visão aprofundada do mundo. Este horizonte, que não é imaginário, mas busca de compreender como o indivíduo significa a si próprio e a realidade que se coloca diante dele. Assim, o pensar da hermenêutica consiste em percorrer o caminho da razão e das significações do ser (GHEDIN, 2003).

Desta maneira, os textos foucaultianos são a base das interpretações feitas sobre biopolítica e neoliberalismo, levando-se em consideração autores contemporâneos que desenvolvem tais temas dentro do campo da educação.

Colocam-se em questão todos os aspectos inerentes às pesquisas realizadas e suas respectivas realidades. Atenta-se para o discurso e para a linguagem apresentadas nas obras lidas, sendo utilizado o método hermenêutico para construir tais compreensões em torno de determinados objetos. Com isso,

A hermenêutica situa-se na existência da linguagem, é nela e por ela que se processam os significados. Porém a linguagem não é o único instrumento de manifestação da existência, isto é, o discurso é uma forma de manifestação do ser, mas nem por isso é a única maneira de manifestação da realidade. O discurso que se processa por meio da linguagem está carregado da própria realidade que o gera, neste sentido, o ser da linguagem e o ser como linguagem já é, em si mesmo, um sentido dado pelo discurso (GHEDIN, 2003, p.1-2).

Segundo Gadamer (2003), mesmo que a interpretação seja formada por elementos subjetivos, ela não é considerada uma criação autônoma. Ela é devedora ao texto que busca estabelecer compreensões mais aprofundadas, pois não se busca interpretações rasas, mas sim a correta interpretação do texto colocada em análise. A leitura de um texto exige elementos próprios, mas não se coloca como uma atualização independente do pensamento; ela se encontra orientada ao texto e ao seu devir no processo de reconstrução da própria leitura. É importante, contudo, salientar que não há objetividade absoluta no ato de interpretar o texto, já que o intérprete constitui sua própria interpretação do texto, o que por sua vez pode gerar imprecisões à sua compreensão, inserindo nele algo que é incomum.

Diante disso, buscamos interpretar, neste estudo, os textos das obras de Michel Foucault, considerado a bússola náutica para navegar nas águas da biopolítica e do neoliberalismo no contexto educacional. Seus pressupostos e análises nos orientam a seguir possíveis caminhos dentro da sua complexidade e reflexões.

Gadamer (2003) comenta que o texto sempre tem algo a nos informar e, por isso, buscamos no estágio de estudo compreendê-lo. A consciência hermenêutica propõe que sejamos receptivos a tudo aquilo que o texto tem a nos informar. Nessa conjuntura, pressupomos identificar preconceitos e opiniões com o objetivo de retirar deste a restrição que elas podem impor ao nosso conhecimento. Quando ultrapassamos essa fronteira, nossas concepções sobre tais aspectos, oferecemos ao texto a possibilidade de manifestar verdades até então despercebidas.

Posteriormente, contrastamos com os nossos preconceitos construídos provenientes das experiências adquiridas.

De acordo com Sidi e Conte (2017), a hermenêutica reconstrói a interdependência linguística, que passa a reconhecer a voz do outro, dando prioridade a uma interpretação contextualizada, privilegiando aos discursos dos sujeitos, de onde surgem novos sentidos para a apropriação dos estudos históricos. Com isso, deve-se pensar a realidade livre de preconceitos, partindo para um diálogo aberto, visto como indispensável no estudo científico. Assim,

[...] Quando compreendemos um texto, não nos colocamos no lugar do outro, nem é o caso de pensar que se trata de penetrar a atividade espiritual do autor; trata-se, isto sim, de apreender simplesmente o sentido, o significado, a perspectiva daquilo que nos é transmitido. Trata-se, em outros termos, de apreender o valor intrínseco dos argumentos apresentados, e isto de maneira mais completa possível. [...] compreender é o participar de uma perspectiva comum (GADAMER, 2003, p. 59).

Para Sidi e Conte (2017), a hermenêutica pode ser compreendida como o modo pelo qual interpretamos algo no movimento que interessa e constitui o ser humano. É um processo que decorre de um texto, uma ação, um gesto, dentro da relação com o outro, que é capaz de se comunicar, de interagir. Com isso, busca promover uma reflexão sobre aquilo que vemos, vivenciamos e lemos, criando uma cultura imersa em diferentes experiências. Implica também na forma como o indivíduo realiza o movimento para se (re)conhecer a partir de suas vivências no mundo.

Assim, após a leitura dos materiais bibliográficos utilizados na composição desta pesquisa no campo educacional, é possível afirmar que o método hermenêutico sugere caminhos por meio da interpretação dos textos, numa ação dialógica entre os sujeitos, o que envolve discurso, historicidade e experiências, para finalmente promover o alargamento do horizonte da compreensão de determinado objeto. Dentro de uma pesquisa de caráter revisional, o aporte teórico sinaliza a interpretação de contextos, bem como a ampliação de conhecimentos. Nesta direção,

Concepções como essas abrem espaço para a afirmação da necessidade de reconhecimento das questões iniciais do intérprete como condição e ponto de partida para uma interpretação. Esse ponto é essencial para um

trabalho de pesquisa teórica: o sentido não está dado em si no texto ou no passado de sua tradição, mas será função, também, da configuração de seu domínio de pesquisa atual. Essa constatação certamente coloca em novas bases a ideia de uma revisão de literatura, pois reconhece a dimensão histórica e contextual na produção do conhecimento (CAMPOS; COELHO JR, 2010, p.252).

Nesse sentido, a hermenêutica pode ser vislumbrada como historicidade não-linear porque dá margem à renovação constante, a um projetar-se que se aloja na conversação até chegar na difusa fronteira do ilimitado. Enquanto atitude de pesquisa e metodologia no campo da educação disponibiliza importantes recursos para a interpretação textual e discursiva, possibilitando a ampliação das visões de mundo e seus contextos (SIDI; CONTE, 2017).

CAPÍTULO II

BIOPOLÍTICA: O PERCURSO DAS ÁGUAS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS

2.1 Introdução ao poder em Foucault: a nascente das transformações das relações de poder

Neste capítulo apresentam-se os principais apontamentos que norteiam a biopolítica dentro da perspectiva foucaultiana para, posteriormente, construir reflexões mais aprofundadas sobre esse conceito. Para isso, será necessário nos reportarmos à introdução de poder, sendo descritas as transformações ocorridas no tecido social, as quais culminaram na formulação de um novo termo: a biopolítica.

Aqui nos reportamos às transformações das relações de poder a partir da análise de Foucault, constituindo a nascente das águas que passa a desenhar novos caminhos para compreender a sociedade e as formas de governar a vida.

Foucault, por meio do seu método genealógico de investigar as relações de poder nas sociedades ocidentais, mostra a maneira pela qual os saberes sistematizam as redes de dominação, evidenciando os efeitos do poder nas práticas discursivas e, conseqüentemente, nas práticas sociais. Seus estudos de caráter epistemológico abrangem análises do discurso, evidenciando a problemática acerca das relações de poder estabelecidas nos tipos de sociedade, na formação dos saberes e na institucionalização de práticas sociais, as quais são constituídas historicamente.

Na análise foucaultiana, o poder é algo que se encontra sob os domínios do Estado, baseado nas relações sociais que são mantidas por meio de uma sistematização de “micropoderes”. Para Foucault, não se trata de averiguar as formas regulamentares do poder em seu centro, mas do oposto: de auferir o poder em seus extremos, nas suas conjunturas periféricas, ultrapassando as regras de direito que o organizam, adentrando-se em instituições, materializando-se em técnicas e processos, constituindo um arranjo de intervenções de caráter violento, que produz assimetrias, agindo de forma permanente, dando sustentação à autoridade.

Apreende-se que Foucault está centrado em construir compreensões de nível molecular da prática inteligível do poder até em seus efeitos mais periféricos, visando ao mapeamento desta estrutura formada por mecanismos que compõem o tecido social. Com essa visão mais abrangente dessa rede de micropoderes, de caráter local e regional, as relações de poder podem ocorrer dentro e fora do Estado. Isso significa que o poder está em todo lugar da sociedade e Foucault afirma que:

[...] Onipresença do poder: não porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor em toda relação entre um ponto e outro. O poder está

em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1988, p.89).

Deste modo, a microfísica do poder parte do fundamento de que a origem do poder social não advém do Estado, pois não há domínio sobre sua ocorrência, devido a um suporte móvel das correlações de força, distribuídos por uma rede de mecanismos. O poder não é centralizado e nem monopolizado, revelando-se que é algo inerente ao indivíduo por fazer parte da estrutura social.

As formulações foucaultianas relacionadas ao poder também abarcam a teoria da soberania. Para isso, na obra *Em defesa da sociedade*, Foucault discursa em sua aula, no dia 7 de Janeiro de 1976, sobre questões tradicionais da filosofia política e sobre o poder. Dentre suas indagações, sobressai-se a seguinte: “O que é o poder?”. Abordar esse tema significa nos reportar às suas origens e ramificações que consistem na verificação dos mecanismos do poder e suas instâncias, o que recai sobre seus efeitos, no estabelecimento de suas relações, como são exercidos em campos e níveis diferentes da sociedade.

Nesse processo de compreensão do “como do poder”, Foucault, em suas análises, tenta apreender seus mecanismos, baseando-se em dois pontos de referência: o primeiro reporta-se às regras do direito que delimitam o poder; e o segundo são os efeitos de verdade que esse poder gera, conduz e reconduz. Assim, constitui-se um tripé: poder, direito e verdade.

Em nossa sociedade, esse triângulo: poder, direito e verdade, bem como sua relação, organiza-se de maneira bastante particular, devido à existência da multiplicidade das relações de poder que penetram e passam a integrar o campo social. Isso implica considerar que nós somos constantemente submetidos pelo poder a produzir verdades, assim como a exercitá-la mediante a produção de verdade eleitas como adequadas, fornecendo condições para sermos coagidos por esse poder. Foucault acredita que:

Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa

essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular (FOUCAULT, 1999, p.28-29).

Foucault quer nos mostrar que não há só o mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas também a sua intensidade de relação e frequência, vinculado ao fato de que em nossa sociedade somos forçados e cobrados pelo poder a produzir verdades, e toda a sua engrenagem precisa desses fundamentos para funcionar de maneira satisfatória. No interior desse processo, somos coagidos a dizer a verdade. A busca pela verdade é institucionalizada e por conseguinte recompensada. E por isso, temos que gerar verdades que possam produzir riquezas promovidas ao discurso estabelecido, para que possam ter uma participação ativa nessa rede de poder. “Assim, [...] somos destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1999, p.29).

A análise foucaultiana também buscou verificar os elementos centrais que estabelecem as relações entre o surgimento do direito e o exercício do poder, buscando balizá-las a partir das regras de direito que delimitam formalmente o poder. No Ocidente, desde a Idade Média, a sistematização do pensamento jurídico se fez sob orientação do poder régio. O sistema jurídico ocidental se organiza por meio do rei, de seus direitos e dos limites do seu poder. Foucault explica que:

E, do poder régio, trata-se de duas maneiras: seja para mostrar em que a armadura jurídica o poder real se investia, como o monarca era efetivamente o corpo vivo da soberania, como seu poder, mesmo absoluto, era exatamente adequado a um direito fundamental: seja, ao contrário, para mostrar como se devia limitar esse poder soberano, a quais regras de direito ele devia submeter-se, segundo e no interior de que limites ele deveria exercer seu poder para que esse poder conservasse sua legitimidade [...] (FOUCAULT, 1999, p.30-31).

Foucault, ao se debruçar em seus métodos de análise, enfatiza que é necessário estudar o poder fora do modelo de Leviatã, fora do campo estabelecido pela soberania jurídica e pela instituição do Estado. Trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação. Dessa forma, o poder soberano se justifica por meio da teoria jurídico-política que data da Idade Média que se fundamentava na reativação do direito romano, constituído em torno da problemática que envolvia a justificativa do monarca e da própria monarquia.

Para Foucault (1988), a punição e a vigilância constituem-se como mecanismos de poder usados para adestrar os indivíduos, visando à adequação e obediência às normas estabelecidas pelas instituições. Com isso, o ato de vigiar passa a ser concebido como uma tecnologia de poder que recai sobre os corpos desses indivíduos, no intuito de controlar suas ações, suas maneiras de aprender e sua vida cotidiana. Assim, “um corpo disciplinado é a base de gesto eficiente” (FOUCAULT, 1988, p.179).

Em *Vigiar e Punir* (1988) a compreensão da correlação de corpo e gestos expressa que o controle disciplinar não se dá pelo processo de ensinar ou impor a tarefa de realizar uma série de gestos definidos. Essa imposição entre um gesto e a ação global do corpo é a sua condição primordial para gerar eficácia e rapidez.

Desta forma, evidencia-se que uma das grandes atribuições da disciplina é formar “quadros vivos” que visem à transformação de indivíduos vistos como perigosos e inúteis em multiplicidades organizadas, o que envolve análise, controle e inteligibilidade. Simultaneamente, são espaços em que se manifestam mecanismos estruturais e funcionais. Assim, na visão de Foucault:

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos [...] (FOUCAULT, 1988, p. 174).

Nesse âmbito, o poder disciplinar é oriundo de transformações da sociedade burguesa, atrelado ao poder soberano que penetra o corpo social. Com efeito, o poder seria exercido através de micropoderes que recaem sobre os corpos individuais através de exercícios voltados para o estabelecimento de suas forças, os quais tinham o propósito de adestrar e docilizar os corpos. O próprio Foucault (1988, p.163) considera que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.”

A partir da segunda metade do século XVIII, é inaugurado o poder disciplinar, o qual tinha como objetivo controlar e articular a sociedade de forma sutil e harmoniosa, estabelecendo aos indivíduos relações de poder reguladas pelas normas. É um mecanismo que colocará o indivíduo em transformação, extraindo da “força do corpo” sua “força política”, transpondo-se para um outro estágio, resultando

em “força útil” suas ações e saberes. Isso se refere a um corpo ativo, formado por movimentos, comportamentos e exercícios, visando a um nível de mecânica que apresente eficácia de gesto e rapidez.

Essa coerção ininterrupta permite o controle sistemático das operações do corpo, sendo aplicáveis para garantir o controle e a dominação. Prática contrária a métodos violentos a exemplo da escravidão e da vassalagem, e da domesticidade. Desse modo,

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1988, p.164).

Na visão foucaultiana, o poder disciplinar caracteriza-se pela minuciosidade e harmonia, onde o corpo será submetido a uma forma de poder que irá promover a desarticulação e correção através de uma nova mecânica do poder, pois as práticas disciplinares permitem o controle das operações dos corpos e a sujeição constante de suas forças, sendo imposta a relação de utilidade e de docilidade. Sua disseminação ocorreu historicamente a partir de sua funcionalidade dentro dos hospitais, quartéis, conventos e escolas.

Ao beber das fontes de Bentham por meio da obra *Panopticon*, Foucault estabeleceu em suas análises do panoptismo compreendido como a criação de um dispositivo de poder, orientado pelos mecanismos de vigilância e controle. Dessa forma, “o dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente [...]” (FOUCAULT, 1988 p.224).

Na visão de Foucault, o panóptico é um lugar privilegiado para tornar possível experimentos com indivíduos, visando à análise das transformações que se pode adquirir deles. Também pode constituir-se no formato de aparelhos de controle sobre seus próprios mecanismos. Assim, o diretor pode vigiar todos os seus subordinados: médicos, enfermeiras, professores, e, por conseguinte, poderá julgá-los na intenção de modificar seu comportamento, impondo-lhes métodos considerados mais satisfatórios e eficientes.

Esse dispositivo foi difundido em diversos setores da nossa sociedade, aplicando-se em escolas, fábricas, hospitais, quartéis, prisões e outros tipos de

instituições no qual o controle sobre o comportamento do ser humano se fazia necessário. Essa força não buscava intervir de forma violenta, mas ocorrer de maneira espontânea, uma vez que o homem passa a ser induzido a se sentir observado, mesmo quando não está sendo vigiado por ninguém, constituindo, assim, um mecanismo de efeito em cadeia. Para Foucault,

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (FOUCAULT, 1988, p.228).

No decorrer do século XVIII, apresentam-se duas tendências absorvidas pela sociedade, as quais estavam voltadas para o número de instituições de disciplina e de disciplinar os aparelhos sociais e estruturais existentes. Sobre isso, Foucault aborda em *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão* (1988), a inversão das disciplinas que, conforme as mudanças ocorriam, os mecanismos disciplinares também redirecionaram sua funcionalidade para adestrar os indivíduos.

A disciplina militar, que antes cabia-lhe a função de neutralizar os perigos, assim como impedir a deserção e a desobediência de suas tropas, transformou-se numa técnica designada ao ajuste e adequação. E no âmbito das escolas elementares, referente ao ensino primário, as principais orientações consistiam em “desenvolver o corpo”, dispondo a criança para qualquer labor mecânico no futuro, pois o objetivo, enquanto técnica, era fabricar indivíduos úteis.

Outra abordagem feita por Foucault estava centrada na ramificação dos mecanismos disciplinares, os quais constituíram as seguintes limitações: as disciplinas se multiplicam e seus mecanismos tendem a desinstitucionalizar, ultrapassando os espaços fechados onde funcionavam, passando a circular um estado “livre”, indicando um processo contínuo de decomposição, visando à flexibilidade de controle, promovendo a transferência e adaptação. Assim, considera-se que:

são os aparelhos fechados que acrescentam à sua função interna e específica um papel de vigilância externa desenvolvendo uma margem de controle laterais [...] A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular (FOUCAULT, 1988, p.235).

Nesse sentido, os estudos foucaultianos esboçam que a “disciplina” não pode ser vista como uma instituição, um espaço ou aparelho. Ela é um tipo de poder, apresentando-se como uma modalidade para exercê-lo, comportando todo um arranjo de instrumentos, procedimentos e técnicas, culminando, assim, em uma anatomia do poder, uma tecnologia. Com efeito, “ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder” (FOUCAULT, 1988, p.239).

Após tecermos essa conjuntura de fenômenos que envolvem o poder e sua funcionalidade na organização do tecido social, chegamos a uma das abordagens mais centrais no âmbito das análises foucaultianas: o biopoder.

O caminho trilhado por Michel Foucault para a elaboração do conceito de biopoder se inicia na última aula do curso do *Collège de France*, denominado *Em defesa da sociedade* (1975-1976), chegando ao texto expresso na obra *História da sexualidade I: a vontade de saber*.

Por ser um dos conceitos centrais da analítica foucaultiana, o biopoder está centrado no aspecto biológico do indivíduo e da população por meio do desempenho produzido pela força, visando a ações que passam a compor os mecanismos de governamentalidade. Dessa maneira, almeja-se a organização dos corpos, agora compreendidos em visão macro, na intenção de potencializar a força da população. Foucault, em sua aula ocorrida em 11 de janeiro de 1978, diz que biopoder resulta no

conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fator biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008, p.3).

Antes, o poder soberano era exercido amplamente no Ocidente nos séculos VII e VIII como instância de confisco, como mecanismo de subtração e punição, que envolvia a extorsão de bens, serviços, produtos e imposição da morte aos súditos. O poder era concebido nas sociedades ocidentais como direito de apreender os corpos, o tempo, as coisas e a vida. O soberano, enquanto ser jurídico, tinha por privilégio tomar como propriedade a vida e extingui-la.

Para Foucault, a partir do período clássico, as sociedades ocidentais se depararam com uma transformação aprofundada desses mecanismos de poder. Todas as ações que visavam ao “confisco” passaram a não conceber mais sua forma principal, mas designando uma peça dessa engrenagem, entre outras com funções de controle, vigilância e majoração que lhe são submetidas: “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las [...] (FOUCAULT, 1988, p.129).

A base de sua constituição consiste na transformação científica nos mecanismos do poder soberano. A partir do século XVIII, o poder de soberania, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* de viver, considerados fundamentos tão característicos desse poder, passa a ser substituído por um poder que produz a vida, que no seu processo de criação é ordenada daqueles que o reivindicam.

Assim, a analítica foucaultiana torna explícito que a relação existente do soberano com seus súditos, a qual se baseava no direito de vida e de morte, assentava-se na decisão que assegurasse sua vida quando estivesse sob ameaça. Neste caso, os súditos teriam o direito de confrontar os inimigos por meio de conflitos e guerras em que o soberano exerceria, dessa forma, um poder que se estabiliza indiretamente sobre a vida e morte de seus súditos. Para tanto, na ocorrência de situações extraordinárias em que seus súditos se coloquem à frente da autoridade, ultrapassando suas ordens e limites, o soberano exerce o poder direto de ceifar sua vida como forma de punição.

A morte dos súditos, que se baseava no direito do soberano de se defender, vai surgir como um estado reverso do direito do tecido social de garantir sua própria vida. Por outro lado, verifica-se que jamais os conflitos e guerras foram tão violentos como a partir do século XIX e nunca nessas proporções, os regimes que haviam então praticado extermínio de suas próprias populações. Segundo Foucault

Mas esse formidável poder de morte — e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites — apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens (FOUCAULT, 1988, p.129-130).

Foucault demonstra que, através da ocorrência de guerras em nome de uma nação, verifica-se a mecânica do poder existente sobre as populações que buscavam defender suas vidas, fazendo o uso de um poder que parte da valorização de um todo. O poder soberano existente nessas sociedades, em que predominou até o século XVII, correspondia ao desenvolvimento de uma dinâmica de poder que era orientada pelo veredito de “causar a morte ou *deixar viver*” (FOUCAULT, 1988, p.129).

Para tanto, as significativas transformações ocorridas no corpo social fizeram com o que antigo direito de causar a morte ou deixar de viver fosse “substituído por um poder de *causar a vida ou devolver à morte.*” (FOUCAULT, 1988, p.131). Isso se refletiu na reestruturação da soberania, surgindo uma nova lógica, na qual a vida passa a ser o principal objetivo para o governo, estabelecendo uma política de valorização por esse novo viés, em que esse novo ajuste e organização de poder passaria a ser definido como biopolítica. Esse desdobramento do poder ocorreu

Por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida [...] (FOUCAULT, 1988, p.132).

Sendo assim, na sociedade contemporânea podemos apreender um deslocamento no registro de poder, que assume a forma de biopoder, o qual é definido como um novo tipo de tecnologia de poder, que inicialmente constituiu relações diretas com poder disciplinar, as que o diferenciavam eram a aplicação de seus instrumentos. O sujeito já se encontra disciplinado e o controle se exerce sobre os grupos já adestrados e ajustados que formam a sociedade. A biopolítica não compreendia apenas à domesticação dos corpos, mas à formulação de estados de regularidade e equilíbrio em escalas globais.

2.2 A biopolítica e as novas formas de compreender a sociedade: o curso das águas a caminho de outras margens

Foucault inaugurou o termo biopolítica no ano de 1974 durante a realização de uma palestra no Rio de Janeiro, afirmando que o controle da sociedade sobre os sujeitos não ocorre simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas se inicia no e com o corpo. “Foi no biológico, no somatório, no corporal, que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 1979, p.144).

Os estudos mais aprofundados sobre as hipóteses da gênese dessa política se apresentam nos textos de nascimento da Biopolítica, durante o curso dado no *Collège de France* (1978-1979). Foucault disserta sobre as formulações da arte de governar, seus respectivos períodos históricos diante da racionalidade e dos novos mecanismos e princípios reguladores da sociedade. Busca-se entender como se estabelece uma razão governamental que se apresenta diretamente ligada à razão de Estado, mas, pelo contrário, aparece como princípio de restrição à soberania do Estado. Desse modo, Foucault enfatiza que:

“Arte de governar” – vocês lembram em que sentido restrito eu a entendi, pois eu havia utilizado a própria palavra “governar”, deixando de lado todas as mil maneiras, modalidades e possibilidades que existem de guiar os homens, de dirigir sua conduta, de forçar suas ações e reações, etc. Eu havia deixado de lado, portanto, tudo o que normalmente se entende, tudo o que foi entendimento por muito tempo como o governo dos filhos, o governo das famílias, o governo de uma casa, o governo das almas, o governo das comunidades, etc. Só havia considerado, e este ano também só considere, o governo dos homens e na medida em que, e somente na medida em que, ele se apresenta como exercício da soberania política (FOUCAULT, 2008, p.3).

Foucault busca fazer entendimentos mais complexos sobre “arte” e “governar”, numa ótica que leva em consideração aspectos de dentro e fora do governo, no intuito de conceitualizar essa prática de governar, assim como analisar a governamentabilidade no exercício da soberania política.

Na aula de 17 janeiro de 1979, a análise foucaultiana busca trazer novos argumentos que expliquem o liberalismo e a adoção de uma nova arte de governar instaurada a partir no século XVIII. É uma arte liberal que possui características específicas, regida pela lógica do mercado e seus interesses. Em essência, tem a

pretensão de compreender as práticas e os limites do governo, bem como os mecanismos que regem o liberalismo. Nas palavras de Foucault:

Essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função – é com isso, digamos assim, que se assinala a diferença em relação à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, [o] crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior p exercício do poder de governar (FOUCAULT, 2008, p.39).

Diferentemente da soberania na Idade Média, essa nova arte de governar apresenta uma razão de Estado em que as leis divinas e morais não existem mais, desobrigando-o a salvar seus súditos. Este novo Estado passa a ser visto de forma plural, que almeja distanciar-se da ideia de estrutural imperial, para constituir o mercantilismo por meio do acúmulo monetário, do fortalecimento da população e de uma nova doutrina política.

Sobre essa nova forma de governar, coloca-se em discussão os mecanismos “naturais” do mercado e seu processo de mudança, podendo tornar-se um lugar de verdade, pois o “bom preço”, “preço natural” vai expressar uma relação adequada entre o custo de produção e a extensão da demanda. O que indica a existência de preço justo, ou seja, de justiça. Assim,

[...] o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe – falsificar ou verificar a prática governamental [...]. Por conseguinte, o mercado é que vai fazer com que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funcione com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer com que o governo, agora, para poder ser bom governo, funcione com base na verdade (FOUCAULT, 2008, p.45).

Na aula de 24 de janeiro de 1979, Foucault se debruça em fazer apontamentos mais aprofundados sobre a arte liberal de governar. O cálculo econômico no mercantilismo, o princípio da liberdade de mercado segundo a ótica dos fisiocratas e Adam Smith e o estabelecimento de uma racionalidade governamental estendida à escala mundial. Aborda a questão do equilíbrio europeu e do estabelecimento de suas relações internacionais e aborda analiticamente as crises do intervencionismo e do liberalismo.

Segundo Foucault, a concorrência no interior daquele que é considerado o melhor no jogo, vai introduzir desigualdades que irão se expandir pela Europa, sendo penalizadas por um desequilíbrio na população. O modo como o mercantilismo organiza o cálculo econômico-político das forças observa-se que não há possibilidade de evitar um desequilíbrio europeu, pois a concorrência entre Estados sugere que tudo aquilo mediante o que um dos Estados se enriquece pode ser tomado para riqueza de outros. Em sua análise:

O que é adquirido por um tem de ser tirado do outro; só é possível enriquecer à custa dos outros. Em outras palavras, para os mercantilistas – é esse, a meu ver, um ponto importante – o jogo econômico é um jogo de resultado nulo. E é um jogo de resultado nulo simplesmente por causa da concepção e da prática, por sinal monetarista, do mercantilismo (FOUCAULT, 2008, p.73).

Na concepção foucaultiana, para evitar esse jogo nulo, no qual se define um só ganhador, é preciso estabelecer, a partir de uma lógica econômica, que essa consequência política da concorrência não aconteça. Para isso, é necessário aplicar um mecanismo de equilíbrio que possa interromper essa lógica. Conforme Foucault (2008, p.73) “quando a diferença entre os jogadores puder se tornar grande demais, para-se a partida. É precisamente nisso que consiste o equilíbrio europeu”.

Dentro de suas indagações e conjecturas, Foucault fez novas reflexões sobre a formação de uma nova razão governamental que encontra, no mercado, sua verificação e, na utilidade, de sua jurisdição. Além da problemática do cálculo mercantilista, a constituição de um novo modelo europeu recai na discussão dos princípios e os instrumentos da arte liberal de governar. O autor evidencia que:

De fato, para os fisiocratas – mas, aliás, para Adam Smith também –, a liberdade de mercado pode e deve funcionar de tal maneira que se estabelece, através de e graças a essa liberdade de mercado, o que eles chamam de preço natural, ou bom preço, etc. [...]. Vale dizer que os efeitos benéficos da concorrência não serão desiguais e necessariamente repartidos entre um e outro, em benefício de um à custa do outro. Mas o jogo legítimo da concorrência natural, isto é, da concorrência em estado livre, tem de levar a um duplo proveito (FOUCAULT, 2008, p.75).

Assim, no entendimento de Foucault, o jogo econômico com suas especificidades e regras definidas pelos liberais considera que o enriquecimento de um país, assim como de qualquer indivíduo, só pode se estabelecer no longo prazo, visando à manutenção de um enriquecimento mútuo. Isto é, a riqueza do meu

vizinho é fundamental para o meu próprio enriquecimento. Ao contrário da lógica mercantilista que prega o pensamento de que meu vizinho precisa ter dinheiro para comprar meus produtos, o que possibilita as chances de empobrecê-lo e, conseqüentemente, obter vantagem, enriquecendo-me.

Essa concepção de progresso é um elemento essencial no liberalismo. Para que se constitua um mercado livre, é preciso assegurar o enriquecimento recíproco e simultâneo em todos os países europeus. Um jogo que não apresente um resultado nulo deve ser regido pela mundialização do mercado. Esse jogo não se refere apenas à Europa e sua totalidade, mas a tudo aquilo que está em jogo no mundo, seu desenvolvimento e sua unidade econômica (FOUCAULT, 2008).

Ao apresentar os novos mecanismos de controle da biopolítica, que não reside mais sobre o poder estatal soberano, mas conforme a base flexível sobre as economias de mercado induzidas pelo neoliberalismo econômico. Assim, Foucault tem a pretensão de compreender a forma de governar das populações e de seus sujeitos conforme são aplicadas através das regras impostas pelo mercado econômico. Dentro dessa nova forma de governar, implica-se afirmar que “o governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado [...] É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 165).

Durante o processo de aprofundamento da biopolítica, tendo como pano de fundo o neoliberalismo, é possível notar a íntima relação da teoria do *homo economicus* com o capital humano, em que o indivíduo deixa de ser um simples empresário no mercado de troca, transferindo-se para um estado de ser empresário de si mesmo. Para que isso aconteça, seria necessário colocar em prática ações que desenvolvessem as habilidades profissionais com o objetivo de torná-lo mais competitivo no mercado de trabalho, sendo levado em consideração seu rendimento e sua força de trabalho, orientada pela concepção capital-competência. No texto da obra *Nascimento da biopolítica*, fica expresso que:

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo economicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro de troca. O *homo economicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu

capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (FOUCAULT, 2008, 310-311).

Na visão de Foucault, o *homo economicus* é compreendido como aquele que obedece ao seu interesse, que, de maneira espontânea, vai convergir com o interesse dos outros. Do ponto de vista de uma teoria de governo e de seus mecanismos, aquele em que não se deve mexer, mas sim deixá-lo agir. Para o autor:

O *homo economicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do laissez-faire, o *homo economicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que age sobre o meio e modifica sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2008, p.369).

Foucault coloca em discussão a problemática do *homo economicus*, objetivando conhecer se o sujeito de interesse se constitui de vontade. Se ela pode ser considerada do mesmo tipo da vontade jurídica ou pode ser articulável. A priori, o que se pode afirmar é que o interesse e a vontade jurídica não são elementos conciliáveis. Ao observarmos o problema do contrato primitivo, do contrato social, diz-se que os indivíduos contrataram porque tinham interesses, mas quando se apresenta o estado de natureza antes do contrato, tais interesses estão ameaçados. Por conseguinte, busca-se salvaguardar pelo menos alguns dos seus interesses, já que por outro lado são obrigados a sacrificar outros. Assim, Foucault explica que:

Em suma, o interesse aparece como um princípio empírico de contrato. E a vontade jurídica que se forma então, o sujeito de direito que se constitui através do contrato é, no fundo, o sujeito do interesse, mas o sujeito de um interesse de certo modo depurado, que se tornou calculador, racionalizado, etc. (FOUCAULT, 2008, p.373).

Dentro dessa análise do interesse no século XVIII, verifica-se o surgimento de uma nova problemática totalmente heterogênea aos elementos característicos da doutrina do contrato e da doutrina do sujeito de direito. No cruzamento entre essa concepção empírica do sujeito de interesse e as análises dos economistas é que haverá a possibilidade de definir um sujeito cuja ação terá valor multiplicado devido à intensificação de seu interesse, aspecto pelo qual caracteriza o *homo economicus*. Na perspectiva foucaultiana sobre essa problemática,

[...] não apenas uma heterogeneidade formal entre o sujeito econômico e o sujeito de direito, pelos motivos que acabo de lhes dizer, mas parece-me, até certo ponto por via de consequência, que entre o sujeito de direito e o sujeito econômico há uma diferença essencial na relação que eles mantêm com o poder político (FOUCAULT, 2008, p.377).

Foucault dedica a aula de 28 de março de 1979 à argumentação sobre o *homo economicus* diante de questões que envolvem o homem jurídico e o sujeito de direito. Para se fazer certos esclarecimentos, o autor cita o texto de Condorcet em *Os progressos do espírito humano*. Nessa obra, fica evidenciado que o interesse de um indivíduo isolado do sistema geral de uma sociedade não significa que ele está isolado da própria sociedade. Mas que esse interesse faz parte de uma engrenagem maior, mesmo sendo um ato individual, por pertencer à sociedade. Assim,

O interesse desse indivíduo vai depender de capacidades da natureza contra os quais ele não pode prever. Esse depende de acontecimentos políticos mais ou menos remotos [...] Segundo, segunda característica, é que, apesar de tudo e em compensação, “nesse caos aparente”, diz Condorcet, “vemos entretanto, por uma lei geral do mundo moral, os esforços de cada um por si mesmo servir ao bem de todos” (FOUCAULT, 2008, p.379).

Diante dessa teoria, podemos chegar ao entendimento de que o evento mais remoto que pode acontecer em qualquer lugar do mundo pode repercutir positiva ou negativamente no meu interesse, e não tenho o poder de influir sobre ele. Tudo está relacionado a uma massa complexa de elementos que escapam dos domínios do próprio indivíduo (FOUCAULT, 2008).

Na aula de 4 de abril de 1979, as análises de Foucault sobre o nascimento da biopolítica estão centradas nos elementos que constituem o *homo economicus*, em especial as limitações do poder soberano pela atividade econômica e a arte liberal de governar no âmbito da sociedade civil. O *homo economicus* e a sociedade civil são indissociáveis, elementos pelos quais compõem a tecnologia da governamentalidade liberal.

Entre os principais argumentos, Foucault afirma que o sujeito de direito pode, em certas concepções, aparecer como aquilo que restringe o exercício do poder soberano. Em compensação, o *homo economicus* não se limita apenas ao poder do soberano. Mas até certo ponto, ele o destitui. Para estabelecer novos aprofundamentos fazem-se as seguintes indagações: “Ele o destitui em nome de

quê? De um direito em que o soberano não deveria tocar?” (FOUCAULT, 2008, p. 398).

Foucault esclarece dizendo que o *homo economicus* destitui o soberano na medida em que nele surge uma incapacidade para dominar a totalidade da esfera econômica. Ante a essa esfera, ante ao seu campo econômico, o soberano não está alheio aos acontecimentos. Isso implica considerar que o conjunto dos processos de caráter econômico não escapam à sua vista por ser central e totalizador. O que se encontrava na Idade Média e ainda no século XVII acima do soberano era uma figura impenetrável, que estava sob os desígnios de Deus.

Foucault exemplifica colocando uma espécie de fronteira nas ações do soberano: ele poderá mexer em tudo, menos no mercado. Ele apresenta duas possibilidades: a primeira consiste no mercado visto como espaço franco e livre no espaço geral da soberania; a segunda possibilidade é a concepção defendida pelos fisiocratas, na qual se expressa o seguinte:

O soberano, de fato, deve respeitar o mercado, mas respeitar o mercado não quer dizer que haverá, de certo modo, no espaço da soberania, uma zona na qual ele não poderá mexer, na qual não poderá penetrar. Quer dizer, em vez disso, que, ante o mercado, o soberano deverá exercer um poder bem diverso do poder que ele exercia até então (FOUCAULT, 2008, p.399).

Foucault faz outros desdobramentos sobre o *homo economicus*, o mercado, seus instrumentos regulatórios e mecanismos de preços. A arte de governar deve ocorrer num espaço de soberania, pois é o próprio direito do Estado que evidencia esta norma. Para tanto, o que recai em discussão é que o espaço de soberania é habitado ou povoado por sujeitos econômicos. A teoria jurídica não possui a capacidade de resolver essa problemática que se encontra centrada em descobrir como é possível governar num espaço de soberania povoado por sujeitos econômicos. Na concepção foucaultiana,

A governabilidade ou o a governamentabilidade – perdoem-me esses barbarismo – desses indivíduos que, como sujeitos de direito, povoam o espaço da soberania, mas nesse espaço de soberania são, ao mesmo tempo, homens econômicos, sua governamentabilidade só pode ser garantida, e só pôde ser efetivamente garantida pela emergência de um novo objeto, de uma nova área, de um novo campo que é, de certo modo, o correlativo da arte de governar que está se construindo nesse momento um função deste problema: sujeito de direito-sujeito econômico (FOUCAULT, 2008, p. 401).

A combinação desses dois elementos integra um conjunto complexo, onde faz surgir a arte liberal de governar. É uma governamentabilidade que almeja manter uma conservação global que envolve a ciência jurídica e a ciência econômica dentro da esfera soberana. De certo modo, para manter sua unidade, especificidade e autonomia em relação a uma ciência econômica, é necessário fornecer a arte de governar a um novo campo de referência chamado sociedade civil. Conforme Foucault:

A sociedade civil é, a meu ver, um conceito de tecnologia governamental, ou antes, é o correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca. A economia jurídica de uma governamentabilidade indexada à economia econômica: é esse o problema da sociedade civil e creio que a sociedade civil, aquilo que aliás logo se chamará de sociedade, o que se chamará no fim século XVIII de nação [...] (FOUCAULT, 2008, p. 403).

Diante disso, Foucault considera que o *homo economicus* e a sociedade civil são elementos indissociáveis. O *homo economicus* é o ponto abstrato e puramente econômico que povoa a realidade densa da sociedade civil. Vinculado a isso, pode-se afirmar que a sociedade civil é o conjunto concreto do qual é preciso reinserir esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder gerenciá-los de forma conveniente. Logo “*homo economicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentabilidade liberal” (FOUCAULT, 2008, p. 403).

Dando seguimento às discussões e reflexões de Foucault sobre biopolítica, faz-se necessário estabelecer um diálogo com outras obras, as quais pretendem integrar novos elementos que formulam seu conceito e suas dimensões. Para isso, nos reportamos às sociedades europeias entre os séculos XVII e XVIII.

Dentro do analítica foucaultiana, a potência da morte, que antes representava o poder soberano, é agora de forma minuciosa e sutil recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Durante o período clássico, estabeleceu-se um desenvolvimento célere das disciplinas como escolas, colégios e casernas; emergindo, simultaneamente, no campo das práticas políticas e prismas econômicos, dos problemas de natalidade, longevidade, habitação, migração e saúde pública, diversas técnicas que buscam a sujeição dos corpos e o controle da

população. Esses mecanismos facilitaram o desenvolvimento do capitalismo na sociedade, controlando os indivíduos e ajustando-os aos processos econômicos. Foucault explica que,

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso. Foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder majorar as forças, as aptidões em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica [...] (FOUCAULT, 1979, p.133).

Para Foucault, o século XIX envolveu preocupações com as relações da espécie humana, dos indivíduos, enquanto seres vivos, e seu meio de existência, assim como seus efeitos mais evidentes no meio geográfico e climático. São problemáticas oriundas desse meio, exigindo novas compreensões. Assim, a biopolítica passa a tratar questões de um meio criado pela própria população e que, por sua vez, gera diversos efeitos sobre ela, no âmbito da vida e da morte e de seus problemas. Deste modo,

[...] o problema desse meio, na medida em que não é um meio natural e em que repercute na população; um meio que foi criado por ela. Será, essencialmente, alguns dos quais se constitui essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das duas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da mortalidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder (FOUCAULT, 1999, p.292).

Na sociedade biopolítica, o indivíduo não é mais considerado a partir dos detalhes inerentes ao seu corpo. A individualização do corpo, por meio de técnicas disciplinares, cede lugar aos mecanismos que promovem a regulação em escala global. Com isso, o homem perde sua centralidade como destino do poder, passando a ser descrito mediante a utilização de padrões e escalas populacionais. Desse modo, constitui-se um novo *modus operandi* de regulação, controle e influência da população. Foucault diz que:

[...] Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global [...] (FOUCAULT, 1999, p.293).

Ainda sobre essas formulações e entendimentos sobre os problemas da e para população, enquanto espécie, tais questões são analisadas de formas progressivas e simultâneas. A biopolítica lida com a população abarcando dimensões políticas, científicas e biológicas, em que a potencialidade da vida humana é aproveitada pelo Estado, visto como um elemento constitutivo do poder. Assim, todas as coisas que acontecem na sociedade são fenômenos que integram uma visão macro do poder, os quais se traduzem na coletividade e que se manifestam na forma de efeitos econômicos e políticos. Pode ocorrer de modo aleatório e inconstante, mas sempre sendo observada de maneira coletiva. Na perspectiva de Foucault

[...] é a natureza dos fenômenos que são levados em consideração. Vocês estão vendo que são fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível de massa. São fenômenos aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmo, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer (FOUCAULT, 1999, p. 293).

A biopolítica não tem a pretensão de modificar o ser humano, nem de se atentar para análise e interpretações dos fenômenos individuais, dos indivíduos que se encontram isolados das dimensões sociais. A partir das estimativas, estatísticas e medições, essa nova tecnologia do poder vai priorizar as intervenções nos fenômenos em nível global, visando à instituição de mecanismos reguladores voltados a um equilíbrio nesse campo aleatório. Em vista disso,

Trata-se de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que possamos por caminhos inteiramente diferentes (FOUCAULT, 1999, p.294).

Ao regulamentar e conduzir o corpo a partir da gerência de uma política que fomenta a valorização da vida e sua importância para o desenvolvimento do Estado, consegue-se sistematizar um governo e sua atuação na sociedade. Busca-se retirar da coletividade forças para a acumulação do capital. Assim, na perspectiva foucaultiana,

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1987, p.164).

Observa-se que o indivíduo e a própria coletividade passam a viver conforme as decisões do governo. Mas, para que isso seja concretizado, é necessário compreender que, sob as condições dos mecanismos disciplinares, existem instrumentos corretivos e normativos em que o Estado mostra como a sociedade deve ser organizada, no sentido de aplicar a punição para práticas que não estejam de acordo com as regras estabelecidas pelas instituições administrativas. Por consequência, essas forças constituem corpos obedientes dentro de uma estrutura disciplinar, onde os corpos já moldados são adestrados e manipulados, visando à manutenção das forças econômicas. Assim, verifica-se que:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1987 p. 164-165).

Essa nova anatomia política não deve ser compreendida apenas como uma descoberta, mas como uma gama de processos que possuem origens e localizações diferentes, que se repetem ou se imitam uns sobre os outros, numa convergência baseada em um método geral. Esses processos podem ser encontrados nos colégios, nas escolas primárias, em hospitais e em organizações militares (FOUCAULT, 1987).

Em a *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*, Foucault expressa que essa nova tecnologia de poder teceu novos caminhos de reflexões sobre o indivíduo, população e corpo, a partir de uma visão mais ampla com enfoque para a coletividade. As sociedades ocidentais aprenderam como ser uma espécie no mundo biológico, levando em considerações aspectos como: condições de existência, saúde individual e coletiva, probabilidade de vida e forças que podem entrar num processo de transformação. Pela primeira vez entre os sujeitos, o biológico reflete-se no político, em que viver já não é mais a base inacessível que só surge de período em período, no caso da morte e de fatalidade. De certo modo, penetra-se no campo de controle do saber de intervenção do poder. Foucault enfatiza que,

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “bio-política” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos; e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; [...] (FOUCAULT, 1988, p.135).

Nota-se que a biopolítica é um conceito complexo, que foi se metamorfoseando conforme as transformações da sociedade, com seus mecanismos repletos de ramificações, os quais podem ser observados nos textos de Foucault. Essa nova tecnologia nasce dentro do liberalismo, sistema que apresenta no seu âmago uma política econômica centrada no controle e adstração do corpo do indivíduo, ajustando a população por meio de instituições fixadas nas sociedades disciplinares.

Neste âmbito, cabe enfatizar o pensamento foucaultiano sobre o tema da sexualidade na obra *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. É uma abordagem mais ampla de caráter arqueológico e genealógico, que perpassa a discursividade explícita da sexualidade, atingindo o campo da proliferação, repressão e seus mecanismos que estabelecem as relações de poder.

Foucault nos apresenta a sociedade vitoriana do século XVII, que tinha um regime no qual a sexualidade era moldada por limites, mudez e hipocrisia. A família, enquanto instrumento de procriação, impunha o silêncio para tudo aquilo que era ilegítimo e que transgredisse os limites da moralidade. Nas palavras do autor:

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente

encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo [...] (FOUCAULT, 1988, p.9).

Por um viés político, se o indivíduo praticasse qualquer conduta considerada “ilegítima”, haveria o confronto com os poderes fixados na sociedade. Na ótica de Foucault, dá-se, como exemplo, a criança, a qual não têm sexo, motivo pelo qual pode haver interdição, sendo vendados olhos e ouvidos todas as vezes em que se manifesta a sexualidade. Na análise foucaultiana,

Isso seria próprio da repressão e é a que distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funcional, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem pra ver, nem para saber [...] (FOUCAULT, 1988, p.10).

Segundo Foucault, a família no século XIX seria monogâmica e conjugal, mesmo apresentando uma rede de prazeres-poderes articulados de acordo com as relações transformáveis. Dentro desta complexidade, quando o discurso se torna qualificado, surgem as sexualidades conservadoras regidas pela segregação relativa entre meninos e meninas, separação entre adultos e crianças, métodos de vigilância atribuídos aos pais. Assim, constitui-se a monogamia heterossexual como regra, pois estaria em consonância à lei jurídica e natural. Já a homossexualidade seria uma desordem, causada pela sodomia e pelo hermafroditismo da alma. Essa relação de poder e prazer poderia ser encontrada na escola, que, em conjunto com a família, não permitiria a multiplicação de outras formas de sexualidade vistas como singulares. Para Foucault:

As instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres; porém, também indicam regiões de alta saturação sexual com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta (FOUCAULT, 1988, p. 45).

Para dar continuidade aos desdobramentos da biopolítica em *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, obra publicada em 1984, nota-se que Foucault refuta seus pensamentos impressos no volume anterior. São colocadas em análise

as práticas pelas quais o sujeito regula a si mesmo, centrando-se nas questões éticas vigentes na Antiguidade, sendo objetos de estudo a Grécia, Roma e o cristianismo ao fazer ligação entre sexo e pecado.

Foucault inicia suas argumentações afirmando que o termo “sexualidade” surgiu na sociedade tardiamente no início do século XIX. A utilização da palavra tinha a função de constituir novos entendimentos sobre outros fenômenos. Isso desencadeou o desenvolvimento de diversos campos do conhecimento diante da instauração de um conjunto de regras e normas que se encontravam permeadas de aspectos tradicionais e outros mais inovadores, apoiando-se em instituições religiosas, pedagógicas, médicas e judiciárias. Também estariam vinculadas às mudanças pelas quais o sujeito é levado a dar sentido à sua conduta, anseios, prazeres, deveres e sentimentos.

No pensamento foucaultiano não há existência do sujeito sem noção de poder. Isso requer compreender a própria conduta humana, suas práticas morais e valores espirituais. O uso dos prazeres se delinea a partir da interação de jogos de verdade com regras de conduta. Foucault explica que:

O valor do próprio ato sexual: o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte, ao que a Antiguidade o teria dotado de significações positivas. A delimitação do parceiro legítimo: o cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o teria aceito no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugabilidade, lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. A desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo: o cristianismo as teria excluído rigorosamente, ao passo que a Grécia as teria exaltado – e Roma, aceito pelo menos entre homens [...] (FOUCAULT, 1984, p. 17).

Buscando subsidiar sua investigação, Foucault também centraliza seus estudos sobre as formas de uma “moral”. Para ele, o conceito da palavra apresenta ambiguidades. Em primeiro lugar, ela é entendida como um conjunto de valores e regras impostas aos indivíduos por meio de aparelhos prescritos como a família, a escola e a igreja. Por outro lado, a moral é transmitida de forma difusa, num conjunto complexo de elementos que se compensam e se anulam em certa medida, possibilitando divergências ou convergências.

O autor entende o sexo com aspecto central de uma discussão política, uma vez que é ele que faz a união entre dois polos, permitindo, assim, o controle do

corpo do indivíduo, ao mesmo tempo em que possibilita a regulação e o controle da população. Segundo Foucault,

[...] no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constitui-la. Mas vemos também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico (FOUCAULT, 1988, p.136).

Assim, compreende-se que o poder produz saber e por isso abre margem para normatizar as condutas dos sujeitos para fazê-los funcionar nos dispositivos presentes nas sociedades, as quais primam pelos mecanismos de controle da sexualidade. A biopolítica da população expressa pelos exercícios de poder, que por sua vez são orientadas pelos aparelhos administrativos de sujeição, leva-nos a entender o funcionamento da sociedade na contemporaneidade a partir do indivíduo enquanto organismo vivo, sujeito moral e responsável pelas ações no contexto em que está inserido.

Ao mergulharmos na filosofia de Foucault, a biopolítica nos mostra novos caminhos para compreender a vida de cada indivíduo, bem como sua própria ação dentro da coletividade. Os corpos disciplináveis são regidos por mecanismos de controle que estruturam a sociedade que visa ao desenvolvimento das capacidades do sujeito para a produtividade, por meio de uma política de valorização da vida. O poder não se explica e não se restringe pelo viés da repressão; mas, pela ação, torna as pessoas mais produtivas, controlando-as com o objetivo de alcançar o máximo de sua potencialidade, ampliando sua utilidade econômica para o Estado.

2.3 Biopolítica e seus afluentes: outras águas para se pensar o homem moderno

Ao navegarmos pelas teses foucaultianas, podemos verificar que o conceito de biopolítica não foi finalizado devido aos novos contornos produzidos pela complexidade de suas análises. Cada desdobramento social e histórico que marcou

a sociedade no decorrer dos séculos contribuiu para o desenvolvimento de novas percepções sobre o homem moderno e sua caracterização política e biológica.

Nos rios das teses foucaultianas surgem indagações provenientes das lacunas que descrevem os mecanismos e os paradigmas do biopoder. Buscando dar continuidade na trajetória de conceituação de biopolítica, entra em cena o pensador Giorgio Agamben, que buscou estabelecer discussões e reflexões baseadas na genealogia e arqueologia de Michel Foucault.

Na obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, Agamben considera que é necessário fazer uma reflexão acerca da relação entre a vida nua e o desenvolvimento da política no mundo moderno. Só assim, poderemos compreender de forma mais aprofundada os problemas da atualidade. Para isso, torna-se fundamental entender a inter-relação entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder.

Observou-se, nas análises foucaultianas, a intencionalidade de desvincular a abordagem tradicional do problema do poder, fundamentada em modelos jurídicos-institucionais na direção de uma visão mais ampla dos modos com que o poder adentra nos sujeitos e conseqüentemente em suas formas de vida. Foucault recusa-se a elaborar uma teoria unitária do poder, deixando um arcabouço teórico no qual Agamben busca conjecturar seus pensamentos:

[...] para construir uma analítica do poder que não tome mais como modelo e como código o direito, onde está, então, no corpo do poder, a zona de indiferenciação (ou, ao menos, o ponto de intersecção em técnicas de individualização e procedimentos totalizantes se tocam? E, mais genericamente, existe um centro unitário no qual o “duplo vínculo” político encontra sua razão de ser? (AGAMBEN, 2007, p.13).

Com o objetivo de fazer uma análise mais complexa sobre essas indagações advindas dos estudos foucaultianos, Agamben constituiu um pensamento político que fará uma intersecção entre a análise do poder na sua forma tradicional (modelo jurídico-político) com o modelo biopolítico do poder. Os prováveis resultados de seus estudos registrariam que ambas as análises não podem ser separadas e que a compreensão da vida na esfera política constitui o núcleo originário, mas sobreposto pelo poder soberano. Desta forma,

*Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos *arcana imperii* (AGAMBEN, 2007, p.14).*

Isso significa, na concepção agambeniana, que a vida nua seria uma forma artificial do poder soberano, ou seja, a vida se encontraria apenas no espaço biológico, apresentando um caráter apolítico e destituída de qualquer direito, estando o ser humano obrigado a viver no que podemos de chamar “estado de exceção”.

Para Agamben, a vida nua é um importante conceito para o desenvolvimento da política ocidental, pois a cidade dos homens baseia-se sobre a sua exclusão que é na mesma medida seu próprio efeito. Essa dupla categoria não é aquela pensada como amigo-inimigo, mas vida nua-existência política, *zoé-bíos*, exclusão-inclusão. Para o autor, a “política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva” (AGAMBEN, 2007, p.16).

Agamben enfatiza que a vida nua é mutável do *homo sacer*, cuja principal função na política moderna é a reivindicação. Uma figura oriunda do direito romano arcaico, no qual a vida do ser humano é inserida no ordenamento sob a forma de sua exclusão, fornecendo assim a chave graças à soberania e aos códigos do poder político ocidental. Por conta disso,

*A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis*, em si antiquíssima, mas simplesmente o fato de que a vida como tal venha a ser um objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal [...] (AGAMBEN, 2007, p.16).*

Na perspectiva agambeniana, o estado de exceção, no qual a vida nua era simultaneamente excluída pelo ordenamento, formava, na verdade, a base oculta sobre o qual repousava o sistema político. Ao indeterminar suas fronteiras, a vida nua transpõe-se na cidade e se torna, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos. Tais conflitos, por outro lado, passam a convergir no fato de que, tanto no objeto quanto no sujeito, o que está em jogo é a

vida do indivíduo na sociedade, em que se constitui o novo corpo biopolítico da humanidade. Agamben explica que:

Se algo caracteriza, portanto, a democracia moderna em relação à clássica, é que ela apresenta desde o início como uma reivindicação e uma liberação da *zoé*, que ela procura constantemente transformar a mesma vida nua em forma de vida e de encontrar, por assim dizer, o *bíos* da *zoé* [...] (AGAMBEN, 2007, p.17)

Na concepção de Agamben, o Estado moderno fez uso da biopolítica como mecanismo de aprimoramento da vida, confirmando alguns aspectos da teoria apresentada por Michel Foucault na obra *A vontade de saber I*. Nela, o Estado moderno não se restringe a *fazer morrer e deixar viver*, mas sim *fazer viver e deixar morrer*. Ao analisar as teorias da soberania, Foucault elaborou duas fórmulas que se organizavam gradativamente: um antigo direito soberano de *fazer morrer e deixar viver* havia sido substituído por uma nova política considerada biológica, por um direito de *fazer viver e deixar viver*. Diante disso, Agamben afirma que há uma terceira via que rege a biopolítica: o fazer sobreviver. Nessa dinâmica, a produção da sobrevida é a função essencial do biopoder.

Para compreendermos melhor esse processo evolutivo, é preciso nos reportar ao nazismo e ao fascismo, os quais devem ser pensados de maneira mais aprofundada a partir da ótica da biopolítica, enquanto regimes que deram margem para coexistência da aprimoração da vida e um processo de produção da vida nua, exposta à morte e à violência. A violência e a sobrevida nos campos de concentração não podem ser consideradas uma irracionalidade humana ou um acidente de percurso no processo de constituição da política ocidental. Isso porque nela se materializa a face obscura de um governo que coloca a vida humana no escopo de suas ações políticas.

Assim, chega-se ao paradoxo da soberania, que, com base em Schmitt, Agamben expressa o seguinte entendimento: se o soberano é de fato aquele no qual o ordenamento jurídico reconhece o poder de validar o estado de exceção e de suspendê-lo, então ele permanece fora do próprio ordenamento.

Nessa paradoxal relação de que o poder soberano coexiste dentro e fora do direito e de que o estado de exceção gera uma zona de exclusão inclusiva e, por sua vez, inclusão exclusiva, é possível apreender um dos principais aspectos da

política do Ocidente. Para entendermos melhor tais pontuações, Agamben expressa que:

A exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção e aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção, desaplicando-se, retirando-se desta [...] (AGAMBEN, 2007, p.25).

Tanto para Schmitt quanto para Agamben, fazer uma análise do conceito de soberano implica também estudar o conceito de exceção, pois são compreendidos como elementos estruturais da soberania, que, para ter sentido, é preciso pensá-los de forma simultânea.

Analisando os regimes de governo nas sociedades contemporâneas, baseadas nas afirmações de Benjamin, Agamben compreende que a utilização dos dispositivos biopolíticos de exceção estão se tornando regra. Posteriormente, nota que a estrutura que orienta esse dispositivo é a mesma identificada nos campos de concentração. Assim, a exceção determinada como regra de governo avança substancialmente no interior da polis (cidade), demonstrando o campo como o novo *nómos* de governança.

Na obra *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault sustenta como a morte e as guerras são legitimadas dentro dos regimes totalitários. As guerras e os conflitos entre as nações não são mais justificados em nome de um soberano e sim de um mecanismo biopolítico que visa à proteção de uma raça considerada biologicamente superior. Esse poder de morte envolve força e cinismo, o que levou à ultrapassagem de seus próprios limites, apresentando-se como um mecanismo que se exerce positivamente sobre a vida, intensificando regulação e controle da população. O regime totalitário, como o nazismo, praticou o extermínio de populações em nome da vida.

Diante disso, além da biopolítica que permeia a sociedade, é possível observar o *modus operandi* do biopoder, no qual observa-se que, para aprimorar a vida de determinado grupo, é preciso levar o outro grupo ao extermínio em nome da raça considerada pura. Dá-se como exemplo, a Segunda Guerra Mundial, que mostrou seus efeitos por meio dos campos de concentração nazistas, relevando o terror de um regime totalitário.

Influenciado pelas teses foucaultianas, Agamben considera que o estado de exceção é o principal dispositivo para se gerenciar a vida humana. Por meio do racismo, o estado de exceção em que estamos vivendo estabelece uma trincheira entre aqueles que devem viver e os que devem morrer. Dessa maneira, a biopolítica administra a vida e, ao mesmo tempo, determina seu extermínio – a vida nua.

Para dar continuidade à formulação de suas hipóteses e conceituação de biopolítica, Agamben, na obra *Estado de exceção* (2004), expressa que a exceção vem se tornando um instrumento de gerenciamento dos Estados políticos na contemporaneidade. Para o autor, desde a Segunda Guerra Mundial, o estado de exceção vem sendo exercido permanentemente nos Estados democráticos. Assim,

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma do governo dominante na política contemporânea. [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p.13).

De acordo com Agamben, a vida nua se gera nas democracias contemporâneas, por meio dos refugiados, dos excluídos e de todos aqueles dentro da sociedade que têm seus direitos negados diante de um sistema jurídico-político. Pode-se citar, como exemplo de exceção, as leis antiterroristas após o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O *USA Patriot Act*, promulgado no dia 26 de outubro do mesmo ano, permitiu manter preso o estrangeiro suspeito de atividades que colocassem em risco a segurança nacional do país. Agamben sustenta que:

A novidade da “ordem” do presidente Bush está em anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável. [...] Nem prisioneiros nem acusados, mas apenas *detainees*, são objeto de uma pura dominação de fato, de uma detenção indeterminada não só no sentido temporal, mas também quanto à sua própria natureza, porque totalmente fora da lei do controle jurídico (AGAMBEN, 2004, p.14).

O que a visão agambeniana quer mostrar é que o estado de direito extinguiu as formas absolutistas de governar. Porém, para garantir a vigência da norma, buscou-se firmar um mecanismo absolutista de exclusão inclusiva da vida – a exceção. Isso implica afirmar que a soberania e seu poder se mantêm ativos por meio da exceção,

técnica pela qual se busca combater ameaças e manter protegidos os privilégios da classe dominante.

É importante salientar que *Homo sacer* é considerado por Agamben como uma categoria que nos permite compreender a complexidade dos mecanismos do poder soberano e sua relação com o direito e a exceção. É uma figura enigmática do direito romano arcaico, que reúne elementos contraditórios, havendo por isso, a necessidade de ser explicada minuciosamente, pois apresenta sentidos opostos. Para o autor:

Aquilo que define a condição do *homo sacer*, então, não é tanto a pretensa ambivalência originária da sacralidade que lhe é inerente, quanto, sobretudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. Esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio. Subtraindo-se às formas sancionadas dos direitos humanos e divino, ela abre uma esfera do agir humano que não é a do *sacrum facere* e nem a da ação profana, e que se trata aqui de tentar compreender (AGAMBEN, 2007, p.90).

No estado de exceção, a vida do indivíduo é excluída por meio de sua inclusão num espaço no qual se verifica a ausência de lei-regra, ocasionando a suspensão dos direitos fundamentais, o que, por sua vez, expõe a vida a uma espécie de vulnerabilidade. Dessa forma, a vida não se exclui totalmente, mas é incluída na condição de *homo sacer*. O objetivo é garantir a proteção da soberania estatal, da norma e da ordem, sendo que nesta zona habita o *homo sacer* – vida nua.

Assim, o soberano pode ser definido como aquele que tem o poder de decidir em *ultima ratio* sobre o estado de exceção. Agamben, servindo-se dos fundamentos do Direito, considera que a biopolítica se apresenta da seguinte maneira: a soberania tem o poder de legislar sobre o caos, pois é orientada pelo ordenamento jurídico, o que lhe fornece meios para decidir sobre a normalidade (ou não) da vida em sociedade.

Abrindo mais um viés referente ao pensamento de Agamben, coloca-se em discussão a categoria dispositivo, ensaio apresentado em uma conferência no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2005. O filósofo italiano inicia seu debate com o que pergunta: o que é um dispositivo? Esse questionamento tem como referência o filósofo Heidegger, o que serve como ponto de partida para a exposição de seus argumentos: “As questões terminológicas são importantes na

filosofia. Como disse uma vez um filósofo pelo qual tenho o maior respeito, a terminologia é o momento poético do pensamento” (AGAMBEN, 2009, p.23).

Ao centralizar suas análises metodológicas desse termo, Agamben baseia-se nas teorias de Foucault, pegando para si as noções arqueogenealógicas de positividade e tecendo compreensões entre o saber-poder. O autor propõe fazer uma reflexão aprofundada sobre o caráter humano diante das mudanças sociotécnicas. Para isso, constrói suas próprias perspectivas sobre as teses foucaultianas. Agamben expressa que:

A hipótese que pretendo propor-lhes é que a palavra “dispositivo” seja um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault. Ele usa com frequência, sobretudo a partir da metade dos anos de 1970, quando começa a se ocupar daquilo que chamava de “governamentabilidade” ou de “governo dos homens” (AGAMBEN, 2009, p.23-24).

Nesse ensaio, percebe-se que Agamben tem o interesse de ocupar as possíveis lacunas deixadas por Foucault. Para isso, ele faz uma releitura das obras foucaultianas, verificando que, apesar de a palavra *dispositif* não ser citada em seus primeiros escritos, haveria na obra *Arqueologia do Saber* uma genealogia do termo, que por sua vez se efetivaria a partir da palavra *positivité*, tal como compreendida por Jean Hyppolite, em a *Introduction à La philosophie de l'histoire de Hegel*. Agamben (2009, p.27) afirma que “segundo Hyppolity, ‘destino’ e ‘positividade’ são dois conceitos-chave do pensamento hegeliano. Em particular, o termo ‘positividade’ tem em Hegel o seu lugar próprio na oposição entre ‘religião natural’ e ‘religião positiva’.”.

Na filosofia hegeliana, fica estabelecida a divisão entre as dimensões da religião natural e religião positiva, dimensões estas apreendidas da mesma forma como na divisão clássica entre o direito natural (ordem divina e imutável) e o direito positivo (ritos, crenças e regras). Desse modo, *positivité* na visão hegeliana vem a ser as instâncias que instauram na sociedade as leis, dogmas e códigos, que seguem as denominadas tecnologias da vida advindas da moralidade cristã.

Diante desse pressuposto, Agamben apresenta sua crítica sobre “positividade” enquanto carga de regras e instituições impostas ao indivíduo por poder externo que se interioriza nos sistemas das crenças. Em vista disso, pode-se afirmar que Foucault toma emprestado esse termo, o que mais tarde se tornará “dispositivo”, gerando assim outra problemática: “a relação entre os indivíduos como seres

viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder” (AGAMBEN, 2009, p.29).

Segundo Agamben, o termo “dispositivo” é um elemento técnico essencial do pensamento foucaultiano. Não se trata de um termo particular, mas geral. Foucault não buscou atentar-se para as categorias gerais ou entes da razão chamadas de “universais”, como Soberania, Estado e Poder. Para tanto, isso não significa que no seu pensamento não existam conceitos operativos gerais. Agamben explica que:

Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais; não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes, como dizia na entrevista de 1977, “a rede (*le réseau*) que se estabelece entre estes elementos” (AGAMBEN, 2009, p.31).

Após dedicar-se a definir o termo “positivo”, Agamben, a partir dos textos de Foucault, abre um novo campo de reflexão acerca da genealogia teológica da economia. Isso ocorreu por volta dos séculos V e VI a.C., sendo verificado que o termo grego *oikonomia* desempenhou uma importante função na teologia. Sobre isso, Agamben (2009, p. 33) comenta que “*Oikonomia* significa em grego a administração do *oikos*, da casa, e mais geralmente, gestão, management”.

Na proposta genealógica agambeniana, dentro do pensamento filosófico medieval, vinculado ao seu modo de problematizar os conceitos de ser e ação, ontologia e práxis, a questão da *oikonomia* divina solucionaria a problemática da Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). Desta forma,

O termo *oikonomia* foi assim se especializando para significar de modo particular a encarnação do Filho e a economia da redenção e da salvação [...]. Os teólogos se habituaram pouco a pouco a distinguir entre um “discurso – ou *logos* – da teologia” e um “*logos* da economia”, e a *oikonomia* tornar-se assim o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã (AGAMBEN, 2009, p. 35).

Na concepção de Agamben, o termo latino *dispositio*, do qual deriva o termo “dispositivo”, vem assumir em si toda a complexidade da dimensão semântica do *oikonomia* teológica. Os “dispositivos” dos quais fala Michel Foucault estão ligados de alguma forma com essa herança teológica. Assim,

O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (AGAMBEN, 2009, p. 37)

Dando sequência aos argumentos presentes no ensaio *O que é um dispositivo?* Agamben nos coloca em um novo contexto, propondo a divisão de dois grupos: de um lado, os seres vivos e, de outro, os dispositivos em que eles são capturados. Em outras palavras, de um lado, para retomar a terminologia dos teólogos, a ontologia das criaturas e, de outro, a *oikonomia* dos dispositivos que procuram governá-las para o bem. Para isso, expõe-se uma crítica ao pensamento de Foucault a respeito da ampla classe de dispositivos. Agamben afirma que:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que seguiriam teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2009, p.39-40).

Diante dessa crítica, Agamben traduz o poder do dispositivo através dos verbos, indicando sua capacidade de generalizar e expandir a todas as dimensões da sociedade, tanto concretas quanto práticas. Assim, o dispositivo pode se revelar de várias formas, posto no cotidiano, nos feitos humanos e até na própria linguagem. O dispositivo consegue modelar e homogeneizar a todos, garantindo o controle de gestos e condutas, para que não haja divergências. Esses elementos sozinhos não possuem significado, mas junto com o gesto compõe uma racionalização, uma estruturação de um dispositivo.

Agamben amplia sua discussão, abordando a errônea definição da fase extrema do capitalismo pelo qual estamos vivendo diante de uma gigantesca proliferação de dispositivos. O autor evidencia que, desde que apareceu o *homo sapiens*, havia dispositivos e que hoje a vida do indivíduo em qualquer instante seria modelada e controlada por algum dispositivo. Se eles estão por toda parte, como caberia a nós confrontá-los? Na concepção agambeniana, “não se trata

simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo correto” (AGAMBEN, 2009, p.41).

Agamben considera que os dispositivos não se constituíram por acaso, mas suas origens encontram-se fixadas no mesmo processo de “hominização” que tornou “humanos” os animais que classificamos como *homo sapiens*. Esse evento é um processo que está relacionado à vontade de saber, o que por sua vez vai pertencer a determinado grupo. O homem, compreendido como *sapiens*, possui a característica de detentor desta sabedoria, sendo incumbida a ele a função de aplicá-la na sua vida em sociedade.

Por sua vez, o autor (2009) também afirma que o capitalismo e os aspectos modernos no poder parecem generalizar, levando ao extremo os processos separativos que definem a religião. Ao considerarmos a genealogia teológica dos dispositivos, ou seja, o paradigma do governo divino, iremos perceber que os dispositivos modernos apresentam uma diferença em relação aos tradicionais, o que torna particularmente problemática a sua profanação. O filósofo comenta que:

De fato, todo dispositivo implica um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento (AGAMBEN, 2009, p.46-47).

O processo de assujeitamento é visto como uma opção de liberdade e por isso não é considerado uma violência. O dispositivo se sobrepõe à individualidade e à docilidade dessa ação, garantindo a liberdade da subjetividade. Isso implica dizer que, ao criar corpos dóceis, os indivíduos atribuem-se da linguagem e passam a exercer a liberdade que essa subjetividade permite.

Neste sentido, o pensamento agambeniano indica que em todos os momentos na nossa vida estamos em contato com os dispositivos, principalmente durante o processo de consolidação do sistema capitalista. O dispositivo é um elemento que torna o ser humano em homem, que molda e controla o mundo da forma como o entendemos. Agamben não dá respostas para lidar com os dispositivos, mas coloca questões que levam a pensar sobre sua existência e funcionamento no processo de estruturação social na contemporaneidade.

Nota-se que em Agamben, no seu processo de análise sobre as relações de poder, os dispositivos e o biopoder dando ênfase à era moderna, com o surgimento de regimes totalitários e o próprio avanço do sistema capitalista numa perspectiva contemporânea.

Visando à ampliação das discussões sobre os textos de Foucault, foi preciso fazer uma conexão entre os pensamentos de Agamben e Hanna Arendt, os quais nos forneceram importantes subsídios para compreender o poder soberano e contestar suas origens.

Foucault e Arendt defendiam em suas teses que a biopolítica começa com a modernidade, diferentemente de Agamben que entendia que o poder soberano não é prévio ao poder político, senão que a biopolítica é originária do poder soberano. Para defender essa tese, Agamben coloca como elemento central de sua teoria o *homo sacer*, designado como um novo dispositivo político pertencente ao poder soberano.

Após apresentarmos o pensamento agambeniano sobre a biopolítica e suas origens, é importante configurar esse cenário de discussão expondo a tese de Hannah Arendt sobre os problemas do século XX. As reflexões da pensadora alemã residem na obra *Origens do Totalitarismo* e recebem continuidade na obra *A Condição Humana*.

Na obra *Origens do Totalitarismo*, fica evidenciado que o nazismo e as experiências nos campos de concentração durante a II Guerra Mundial refletem um modelo social cujo objetivo é a dominação total. Ao questionar sobre quais seriam as condições que garantiriam a consagração desse regime totalitário, Hannah Arendt entendeu que o isolamento dos indivíduos, bem como seu próprio afastamento da esfera pública, abriu margem à realização de incontáveis atrocidades pelos nazistas e ao total isolamento político vivido pelas massas na democracia moderna.

Os regimes totalitários se instauraram em sociedade massificada e atomizada o que se atribui ao “Triunfo do *Animal Laborans*” difundido pela sociedade moderna. Tal conceito será trabalhado de forma mais clara em sua obra intitulada *A Condição Humana*. As condições do homem moderno, que dependem do labor, trabalho e ação na busca pela sobrevivência, tornam-se campo fértil para originar movimentos totalitários. Cria-se uma sociedade de homens-massa, na qual há predominância da alienação e difusão de propagandas ideológicas. Sobre essa atomização, Arendt explica que:

A propaganda nazista foi suficientemente engenhosa para transformar o antissemitismo em princípio de autodefinição, libertando-o assim da inconstância de uma mera opinião. Usou a persuasão da demagogia de massa apenas como fase preparatória, e nunca superestimou sua duradoura influência, fosse em discursos ou por escrito. Isso deu às massas de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis um meio de se autodefinirem e identificarem, não somente restaurando a dignidade que antes lhes advinha da sua função na sociedade, como também criando uma espécie de falsa estabilidade que fazia deles melhores candidatos à participação ativa (ARENDDT, 2004, p.314).

Ao apresentar as bases dos regimes totalitários, Arendt enfatiza que esse tipo de governo, assim como todas as tiranias, na sua ação, busca destruir a qualquer custo a esfera da vida pública através dos isolamentos dos homens e todas as suas capacidades políticas. Para a autora:

A solidão, o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e, para a ideologia ou a lógica, a preparação de seus carrascos e vítimas, têm íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidade que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e se tornaram cruciais com o surgimento do imperialismo no fim do século passado e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo (ARENDDT, 2004, p.406).

Observa-se que as implicações biopolíticas da solidão ou da superfluidade das massas têm como principais características a destruição das esferas pública e privada. Para Arendt, o que chamamos de isolamento na esfera política é chamado de solidão na esfera dos contatos sociais. Deste modo, nota-se que “o isolamento é aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída” (ARENDDT, 2004, p.405).

O isolamento se torna solidão em uma sociedade quando todas as atividades humanas se resumem ao trabalho e consumismo. Nessas condições, a única coisa que sobrevive é o esforço do trabalho, pois é ação capaz de lhe manter vivo. Ao perder seu lugar no campo político, o mundo das coisas abandona o homem, que, por sua vez, já não é reconhecido como *homo faber*, mas estritamente como *animal laborans* (ARENDDT, 2004).

Desta forma, a dominação dos regimes totalitários reflete a sensação de superfluidade das massas modernas, pois almejou gerenciar as condições em que a pluralidade humana pudesse ser reduzida à sobrevivência biológica. Ao destruir todo o

espaço entre os homens, colocando-os uns contra os outros, destrói-se o potencial produtivo do isolamento. Para Arendt (2001, p.409), “as condições em que hoje vivemos no terreno da política são realmente ameaçadas por essas devastadoras tempestades de areia.”

Ao avançarmos na leitura da Obra *Origens do Totalitarismo*, mais precisamente no capítulo “Ideologia e Terror: uma nova forma de governo”, o pensamento arendtiano diz que a lei a ser executada pelo movimento não advém dos homens, mas o que se quer é seguir as leis da História ou da Natureza e para que isso aconteça é necessário sacrifício. A pensadora alemã considera que:

A legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente o reino da justiça na terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critérios de certo e errado que norteiem a conduta individual. Aplica a lei diretamente à humanidade, sem atender à conduta dos homens. Espera que a lei da Natureza ou a lei da História, devidamente executada, engendre a humanidade como produto final; essa esperança — que está por trás da pretensão de governo global — é acalentada por todos os governos totalitários. A política totalitária afirma transformar a espécie humana em portadora ativa e inquebrantável (ARENDR, 2007, p. 394).

Diante das pontuações feitas por Arendt, verifica-se que a autora buscou fazer um diagnóstico e um retrato dos regimes totalitários. Para isso, ela se debruça em analisar o nazismo e sua política de governo, visando à compreensão do porquê de receber tal denominação. A autora descreve, ainda, o funcionamento da manipulação das massas e da constituição dos homens-massa e a propagação de ideologias que ajudam os movimentos totalitários a ascender ao poder por meio da execução de leis históricas e naturais, o que envolve práticas de violência e terror.

Dessa maneira, para entender as teses arendtianas, é preciso apreender, primeiramente, as formulações sobre o conceito de biopolítica elaborados por Foucault, em que podemos verificar, por meio dessa categoria, que as transformações políticas ocorridas no século XIX significam a tomada do poder sobre os homens, ocorrendo uma espécie de estatização do biológico.

Na obra *Condição humana*, Arendt afirma que a vida humana depende de um mundo habitado por homens que fabricam coisas, constituindo elos de convívio como os ordenamentos políticos e as instituições. Assim, a condição humana diz respeito aos modos de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver, o que

varia de acordo com o lugar e contexto histórico no qual está inserido. Devido ao fato de o homem viver em sociedade, geram-se ações conjuntas denominadas de *vita activa*. Conforme a autora:

Com a expressão *vita activa*, pretendo designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Trata-se de atividades fundamentais porque a cada uma delas corresponde a uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra (ARENDR, 2001, p.8).

A condição humana, de forma sistemática, possui três aspectos: o labor, o trabalho e a ação. Na tese arendtiana, o labor corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento e declínio estão relacionados às necessidades vitais produzidas por essas atividades. Quanto ao trabalho, no âmbito da existência humana: 1) consiste em transformar coisas naturais em artificiais; 2) compreende em uma atividade que o homem impôs a sua própria espécie, oriundo de um processo cultural e social; 3) é a ação, considerada única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação da matéria; 4) corresponde à condição humana da pluralidade; 5) corresponde ao mundo naquilo que resulta da vida ativa dos homens, pois consiste no espaço para realizações a serem concretizadas, o que contempla sua existência.

Segundo Arendt, a *vita activa*, na medida em que se empenha em materializar suas ações, tem fundamentos que se originam num mundo de homens e objetos feitos por eles, constituindo um ambiente de cada atividade humana. O mundo no qual vivemos não existiria sem as atividades humanas, tudo que produziu e fabricou, assim como as organizações no caso do corpo político. Na perspectiva de Arendt:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que laborasse em completa solidão não seria humano, e sim um animal laborans no sentido mais literal da expressão [...] (ARENDR, 2001, p.19).

Arendt considera que é somente no conceito de uma sociedade da espécie humana que ter “social” passa a obter o sentido geral da condição humana. A companhia natural que transpunha para o aspecto social até então era compreendida apenas como uma limitação imposta pelas necessidades da vida biológica. De acordo com o pensamento grego, a capacidade do ser humano de se

organizar politicamente não apenas difere, mas opõe-se a essa associação natural cujo escopo é formado pela casa (oikia) e pela família. A autora entendia que:

O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*) (ARENDR, 2001, p. 20).

Hannah Arendt vai além, afirmando que o homem moderno não se constitui mediante a sua capacidade de agir politicamente ou pela vontade de construir o comum, mas passa a formar o *animal laborans*. Dentro desse conceito, o homem que trabalha, produz e consome, limita-se ao ciclo biológico da sua própria espécie. Na modernidade, a sua *bios politikos*, de sua segunda vida, define-se pelas ações permanentes do metabolismo biológico que garante a manutenção da vida – sua existência.

Esses aspectos nos ajudam a compreender outras teses de Arendt que envolvem a distinção entre a esfera de uma vida privada e uma esfera de vida pública diante do surgimento da era moderna. Essa divisão perpassa a esfera da polis e a esfera da família, culminando em atividades que integram a vida comum e aquelas que buscam a manutenção da vida. Conforme Arendt:

o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada “nação” (ARENDR, 2001, p.23).

O que diferenciava a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por comungarem das mesmas necessidades e carências. A esfera da *polis*, ao contrário, compreendia a esfera da liberdade. Isso implicaria, de acordo com Arendt (2001, p.24), em como “a política não podia, em circunstância alguma, ser apenas um meio de proteger sociedade”. No mundo moderno, a liberdade estaria sitiada na sociedade e a violência seria o monopólio do Estado na prerrogativa de protegê-la.

Entre os gregos, a liberdade situava-se na esfera política, pois a necessidade é, fundamentalmente, um fenômeno pré-político, que, por sua vez, era oriundo do lar privado. Por conseguinte, a força e a violência são justificadas nesta última esfera

por serem os únicos meios de vencer a necessidade, como, por exemplo, os escravos. Nas premissas arendtianas:

Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo (ARENDR, 2001, p.25).

Hannah Arendt ressalva que este poder pré-político com o qual o chefe do lar governava a família e seus escravos, partindo da concepção de que o homem é um animal “social” antes de ser um animal “político”, não pode ser confundido com fundamentos contratualistas modernos, onde os indivíduos são retirados de um estado caótico ao entregarem o monopólio da violência a um soberano. O domínio, o poder e o ato de governar não pertencem à esfera pública, mas sim à esfera privada.

A ausência de uma linha divisória entre mundo e vida, ao longo da modernidade, abriu caminho para a manutenção dos mecanismos da biopolítica, no qual progressivamente se consolidou na fusão entre a esfera política e o gerenciamento dos processos metabólicos da vida natural, disseminado o poder como violência. Com isso, podemos apreender a atuação do Estado em gerenciar os homens e as facetas da biopolítica na sociedade conforme seus contextos históricos, políticos e econômicos.

Após serem expostas algumas das principais interlocuções entre Foucault, Agamben e Arendt, é possível perceber argumentos distintos dentro de suas respectivas teses ao explorar a biopolítica e suas tecnologias, assim como apresentam convergências ao analisar o homem na dimensão política e biológica.

Baseados nas ideias de Foucault, Agamben e Arendt, buscamos, nesse movimento de divergência e convergência de caráter epistêmico, apresentar a evolução do conceito de biopolítica e suas ramificações na modernidade, bem como analisar suas influências nas ações do Estado e dos indivíduos.

Sendo assim, as águas desses afluentes desenharam novos caminhos desse rio de conhecimentos e profundas reflexões, o que, por sua vez, ajudar-nos-ão a compreender o capítulo seguinte que aborda o Neoliberalismo, a Biopolítica e a Educação, levando-se em consideração as análises de Foucault e as transformações políticas e econômicas da sociedade moderna.

CAPÍTULO III

NEOLIBERALISMO, BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS REFLEXOS NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS

3.1 Aspectos conceituais do Neoliberalismo e suas relações com a biopolítica

Estudar a temática “Atuação docente no contexto neoliberal: (im) possibilidades de análise, na perspectiva da biopolítica”, frente à complexidade e incertezas do mundo contemporâneo, exige que busquemos fazer uma macro análise de categorias que de maneira direta e indireta deixam profundas marcas no cenário educacional. Neste capítulo procuraremos efetuar reflexões sobre o neoliberalismo, buscando suporte teórico para uma reflexão mais aprofundada de nossos horizontes de pesquisa.

De acordo com Moraes (2001), aquilo que chamamos de Neoliberalismo constitui-se, em primeira instância, numa ideologia, uma forma de ver e perceber o

mundo social, bem como sua estrutura, indo em direção a uma corrente de pensamento. Um de seus principais líderes é o austríaco Friedrich August von Hayek, que, ao lançar, em 1944, a obra *O caminho da servidão*, inaugura a referência do movimento neoliberal.

Hayek (1990) explica que esse material teórico foi escrito durante a guerra, destinando-se a uma classe especial de leitores britânicos e endereçado “aos socialistas de todos os partidos”. Considera que, de modo geral, seu conteúdo foi recebido com o mesmo espírito com que foi escrito, sendo analisado de forma séria e minuciosa a quem em primeiro lugar se dirigia.

Sobre o contexto histórico, é importante nos situarmos sobre a crise de 1929, suas consequências em dimensões globais e a II Guerra Mundial ocorrida a partir de 1945. Os desdobramentos ocasionados por esses acontecimentos mudaram as características do neoliberalismo, mas permaneceram inalteradas suas principais bases: concorrência, lucro, propriedade privada, entre outros.

No fundamentalismo de Hayek destaca-se a insistência na necessidade de manter protegidos os princípios da “sociedade aberta”. Daí surge a sua crítica do Estado-providência, visto como destruidor da liberdade do cidadão e da competição, designadas como as bases da prosperidade humana (MORAES, 2001). No pensamento hayekiano,

Há uma diferença essencial entre o planejamento totalitário e o democrático. O primeiro subordina todos os desejos e todas as preferências individuais às exigências do Estado. Com esse objetivo, emprega vários métodos de coerção sobre o indivíduo, privando-o da liberdade de escolha. Tais métodos podem ser necessários mesmo numa democracia, na situação extremamente crítica de uma grande guerra. Por isso, o povo britânico conferiu ao governo, durante a guerra, poderes especiais para intervir no setor trabalhista. Mas em tempos normais o povo de um país democrático não transferirá para o governo sua liberdade de escolha. Um governo democrático deve portanto conduzir o planejamento econômico de modo a preservar ao máximo a liberdade de escolha de cada cidadão (HAYEK, 1990, p. 18).

Conforme Hayek (1990), nota-se que os ideais políticos de uma nação e sua atitude em face da autoridade tanto são efeitos quanto são causas das instituições políticas sob as quais ele vive. Assim, mesmo que haja uma tradição de liberdade política não há garantia suficiente, quando o temor consiste em novas instituições, as quais designam novos caminhos que por sua vez ameaçam a destruir esse espírito.

Verifica-se que Hayek elaborou a matriz do Neoliberalismo, apontando articulações e referências de seu pensamento, que compreende aspectos liberais e conservadores na constituição e funcionamento desse modelo econômico. Além de abordar democracia e liberdade, essa corrente também reitera o perigoso acesso das massas ao poder político e ao controle de determinadas funções do Estado.

Segundo Moraes (2001), os neoliberais buscavam dar continuidade à campanha antiabsolutista, pois propagavam que os inimigos usavam outros trajes, mas que na sua essência tinham as mesmas perversões. Um desses inimigos era o conjunto institucional formado pelo Estado de bem-estar social, planificação e pela intervenção estatal na economia. O outro estava localizado nas modernas corporações como os sindicatos que estavam inseridos nas democracias das massas do século XX. Para Hayek,

O aspecto crucial de que o nosso povo ainda tão pouco se apercebe, contudo, não é apenas a magnitude das transformações ocorridas durante a geração passada, mas o fato de que elas significam um completo desvio da evolução de nossas ideias e da ordem social [...] contudo, este desdobramento apenas confirma as advertências dos fundadores da filosofia liberal que ainda professamos. Fomos aos poucos abandonando aquela liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado. Embora alguns dos maiores pensadores políticos do século XIX, como De Tocqueville e Lorde Acton, nos advertissem de que socialismo significa escravidão, fomos continuamente avançando em direção ao socialismo (HAYEK, 1900, p.41).

Outro aspecto bastante difundido por Hayek é a liberdade. Na sua concepção ela é compreendida como um elemento fundamental para evitar que outras forças se intrometam nas decisões do indivíduo e impeçam, assim, o pleno desenvolvimento de suas capacidades individuais. Por isso, é considerada a condição social por excelência que se adequa à natureza humana. Para o autor,

Durante todo esse período moderno da história européia, a tendência geral do desenvolvimento social era libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados pelo costume ou pela autoridade no que dizia respeito a suas atividades ordinárias. A constatação de que os esforços empreendidos pelos indivíduos de modo espontâneo e não dirigido pela autoridade eram capazes de produzir uma complexa ordem de atividades econômicas só poderia ocorrer depois que esse processo de desenvolvimento tivesse avançado até certo ponto. A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade econômica resultou do livre desenvolvimento das atividades econômicas que tinham sido um subproduto imprevisto e não planejado da liberdade política (HAYEK, 1900, p.42).

Outro pensador que buscou delinear novos caminhos para o Neoliberalismo foi David Harvey. Nesse processo, ocorre a difusão do pensamento liberal atrelado à defesa do livre mercado, ideais políticos e liberdade de expressão na condução de uma sociedade aberta a diálogos mais ampliados com um liberalismo de caráter renovado e moderno. Com isso, passa por uma reconfiguração, constituindo-se como uma nova face do liberalismo. Para o autor:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizadas por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio [...] (HARVEY, 2005, p.3).

A adoção desse modelo neoliberal provocou a redefinição da maneira de viver, alterando as relações sociais e o funcionamento das instituições que compõem o Estado, como, por exemplo, a escola e a família, tornando-os mercadorizados por meio dos instrumentos do mercado, impondo revisão das fronteiras das dimensões públicas e privadas na sociedade. Entretanto, apesar das teorias potentes a respeito das influências do neoliberalismo na educação, nesta dissertação buscamos referenciais da biopolítica para analisar a atuação docente neste contexto neoliberal, porque os elementos teóricos da biopolítica ampliam leque de análises para educação nesta terceira década do século XXI.

Prosseguindo a análise sobre o neoliberalismo, concebe-se que esse se expandiu em todas as estruturas sociais e econômicas, ganhando hegemonia a partir de seu discurso e pensamento, sendo incorporados ao cotidiano e ao modo de viver. Sobre isso, Harvey enfatiza que:

Os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de ideias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais (HARVEY, 2005, p.6).

De acordo com Harvey (2005), o processo de neoliberalização promoveu uma série de destruições, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais, as

quais abalaram significativamente as formas tradicionais de soberania do Estado. Tais destruições também atingiram outros setores da sociedade, a saber: as relações sociais, promoção do bem-estar social, divisão do trabalho, das combinações de tecnologias, dos modos de viver e pensar do indivíduo.

Visando à teorização das mudanças ocasionadas pelos ideais neoliberais, Harvey apresenta o seguinte questionamento: “por que ocorreu a vida neoliberal?”. Para o pensador, é importante analisarmos os acontecimentos históricos, seu contexto e as influências políticas e econômicas que acabam refletindo nas condições de vida da sociedade. Analisando a partir da perspectiva da biopolítica e dos mecanismos de poder, o pensamento de Agamben nos faz avançar no sentido de que o biológico possa ser uma categoria de análise para além do determinismo econômico do neoliberalismo. Pode-se, de certa forma, conceber que os dispositivos biopolíticos se inserem e nos fazem visualizar outros horizontes para o maior entendimento da educação e da atuação docente neste cenário na contemporaneidade.

Após a II Guerra Mundial, a paz foi garantida graças a um acordo entre as classes capitalista e trabalhadora, o que implicava na combinação correta de Estado, mercado e democracia, objetivando assegurar a estabilidade. Com isso, o Estado tinha o dever de proporcionar o bem-estar de seus cidadãos por meio do emprego e crescimento econômico. A esse respeito, Harvey comenta que,

[...] O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócios e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um “compromisso de classe” entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como a principal garantia de paz e da tranquilidade doméstica (HARVEY, 2005, p.10).

Diante das formulações de Hayek e Harvey sobre a conceituação do neoliberalismo e estruturação enquanto ideia e modelo econômico, buscou-se também inserir a contribuição de Andrade (2019) que apresenta a definição marxista e sua caracterização política e econômica.

Andrade (2019) comenta que, a partir da abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa ao fortalecimento da hegemonia de classe para expandi-la mundialmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira estrutural da década de 1970. Esse modelo legitima-se de forma ideológica por meio de uma teoria político-econômica que considera o livre mercado como assegurador da liberdade individual de empreender e que fornece ao Estado o papel mínimo de garantir a ordem institucional necessária dentro dos setores da sociedade. Aliado a isso, ocorre em larga escala a desigualdade, que teria como justificativa o meio de estimular o risco das empresas e a inovação, compreendidos como elementos da competitividade e do crescimento econômico.

A respeito disso, Harvey (2005) explica que interpreta o processo de neoliberalização como projeto utópico de realizar um plano teórico que busque reorganizar o capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Esse utopismo teórico de argumentos neoliberais, de modo geral, funcionou essencialmente como um sistema de justificação e da legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim.

Harvey em sua análise também evidencia em seus argumentos os mecanismos de “acumulação por espoliação”, ou seja, a continuidade de formas de acumulação que Marx entendia estarem presentes apenas no início do capitalismo, caracterizada pelo furto e uso da força e violência, até mesmo por parte do Estado (ANDRADE, 2019). Assim, Harvey considera que uma das primeiras realizações da neoliberalização foi no redistribuir, em vez de criar riqueza e renda. Para ele,

O Estado, com seu monopólio da violência e definições de legalidade, desempenha um papel vital tanto no apoio como na promoção desses processos. A essa relação de mecanismos, podemos adicionar agora uma pletera de técnicas como a extração de renda a partir de patentes e direitos de propriedade intelectual e a redução ou eliminação de várias formas de direitos de propriedade comum (como benefícios de seguridade social, férias remuneradas e acesso à educação e à atenção médica) conquistadas durante uma geração ou mais de lutas de classes (HARVEY, 2005, p.172).

Diante dessa caracterização apresentada por Harvey, é possível observar, os países pobres e ricos, fazendo uma análise política e econômica dentro do contexto neoliberal e seus mecanismos de mercado. Pode-se, ainda, apontar a abrangência

na sociedade que envolve força de trabalho, crises, ações do Estado e das instituições e capacidades individuais e coletivas que refletem nas estruturas sociais.

Após verificarmos a configuração desses dois cenários globais teorizados e exemplificados por Hayek e Harvey, é importante dialogarmos com os fundamentos foucaultianos na perspectiva da biopolítica, principalmente quando se trata de governabilidade e *homo economicus*, visando ao estabelecimento dos entendimentos mais aprofundados no cenário educacional. Pode-se destacar que, de certa forma, muitos dos discursos, políticas públicas e ações educativas encontram-se inseridas numa visão biopolítica que abarca critérios de governabilidade e o *homo economicus*. Acredita-se que, de maneira oculta, porém positiva ou positivada, o empresariamento de si adentra-se em nossas instituições educacionais.

Para entendermos o neoliberalismo, faz-se necessário olhar para os períodos históricos marcados pela ação do liberalismo clássico. Diante desse modelo, havia a possibilidade de atenuar as práticas governamentais da sociedade civil pelo Estado, firmando-se a ideia de que o sujeito era naturalmente materialista e individualista.

Assim, diferentemente do liberalismo desenvolvido no século XVIII, Foucault (2008) afirma que o problema do neoliberalismo é saber com propriedade como se pode regular o exercício amplo do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Assim, o mercado econômico por si só é autorregulável pelo princípio político do *laissez faire*, mas precisa de uma política que seja ativa e comprometida. Esse é considerado o pensamento central do neoliberalismo que evidencia uma diferença em relação ao liberalismo ocorrido no século XVIII nas sociedades europeias.

Por conta disso, Foucault lança diversos questionamentos sobre a constituição dessa nova sociedade, a qual se tornou o próprio objeto da intervenção governamental, diante da intencionalidade do mercado. O autor indaga: “Mas o que isso quer dizer: introduzir a regulação do mercado como princípio regulador da sociedade?” (FOUCAULT, 2008, p.200).

Foucault explica que não é a sociedade mercantil que está em jogo nessa nova arte de governar. Essa regulação baseada no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual se deve formar o princípio regulador que envolve a troca de mercadorias e os mecanismos da concorrência. Tais mecanismos devem estar presentes na sociedade de maneira sólida, ocupando maior volume na

sociedade. Seguindo essa dinâmica, considera-se que há uma sociedade empresarial.

Com isso, o *homo economicus* passa por uma nova reformulação, a partir das transformações do corpo social, atrelada à uma prática governamental. Na concepção foucaultiana, “o *homo economicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008, p.201). Essas concepções, na perspectiva da biopolítica, encontram-se presentes de certa forma escancaradas nas políticas públicas, nos processos de formação docente e na atuação docente, enfim, podemos nos arriscar em afirmar que a educação não consegue escapar das amarras sociais, políticas e econômicas da biopolítica.

Estabelecer entendimentos sobre o liberalismo, mais especificamente o neoliberalismo, requer colocar em análise as biopolíticas e seus mecanismos dentro de uma nova prática de governamentalidade. Trata-se de capital humano, força de trabalho e racionalidade pelo prisma da economia. Nas palavras de Foucault,

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico (FOUCAULT, 2008, p. 302).

É importante mencionar que há uma mudança bastante significativa em relação ao liberalismo enquanto modalidade política liberal democrática dos séculos XIX e XX. Observa-se o rompimento de privilégios, tendo a objetividade de universalizar o acesso à educação e disponibilizar aos cidadãos a igualdade de condições.

Sobre as críticas feitas à economia clássica e da análise do trabalho dentro desse campo, Foucault apresenta as ideias neoliberais de alguns pensadores. Dentre eles está Theodore Schultz, que no período de 1950 a 1960, produziu artigos que se encontram na obra *Investment in Human Capital*, publicada em 1971. Gary Becker também publica um livro com o mesmo título e que aborda a escola e o salário em uma obra publicada em 1975.

Para expandir o campo da discussão das críticas à economia clássica, Foucault se reporta ao pensamento de Marx, retomando a análise do trabalho e sua

abstração, a força de trabalho dos operários, os interesses do mercado, produto mercantil e a lógica do capital. Foucault entende que,

[...] o trabalho, por tudo isso, é “abstrato”, isto é, o trabalho concreto transformado em força de trabalho, medido pelo tempo, posto no mercado e retribuído como salário não é o trabalho concreto; é um trabalho que está, ao contrário, amputado de toda a sua realidade humana, de todas as suas variáveis qualitativas, e justamente – é bem isso, de fato, o que Marx mostra – a mecânica econômica do capitalismo, a lógica do capital só retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido (FOUCAULT, 2008, p.305).

Para os neoliberais, a análise econômica deve abranger os estudos dos mecanismos de produção e de troca. Assim os estudos de natureza e das consequências designadas como opções substituíveis, ou seja, dos recursos usados pelos indivíduos, não pelo fim cumulativo, mas sim alternativo.

Dentro dessa análise econômica, é necessário compreender em que medida o trabalho se situa entre o capital e a produção. Isso implica atentar-se para um problema fundamental: ao ter a pretensão de fazer esse estudo em termos econômicos, buscando saber como o indivíduo trabalha e utiliza os recursos que dispõe. Nas palavras de Foucault,

Para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha (FOUCAULT, 2008, p. 307).

Verifica-se que o trabalhador é, portanto, o próprio capital e a fonte de renda, devendo por isso investir em sua competência que é uma máquina. Por um viés positivo é uma máquina que produz fluxo de renda. Por outro lado, tem duração de vida, ou seja, obsolescência. Assim, dentro do neoliberalismo e do seu sistema de racionalização, há predominância de uma concepção de economia compreendida como empresa, sendo o trabalhador uma organização ou unidade que compõe essa estrutura.

A analítica foucaultiana considera que não é uma concepção da força de trabalho do indivíduo, mas uma concepção do capital-competência que recebe, em função de diversas variáveis, certa renda que é o salário; por uma perspectiva econômica, o trabalhador é visto como uma espécie de empresa para si mesmo. Essa competência analisada por Foucault adentra no universo educacional de modo

sorrateiro também nas políticas públicas, no universo educacional e cotidiano das nossas escolas. Nesse âmbito, o neoliberalismo aparece como o retorno ao *homo economicus*. Segundo Foucault,

No neoliberalismo - e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai-se encontrar uma teoria do *homo economicus*, mas o *homo economicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro de troca. O *homo economicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo (FOUCAULT, 2008, p.310-311).

Foucault, na sua análise da estrutura política e econômica da sociedade, passou a questionar sobre a composição do capital. Para os neoliberais, o trabalho integrava o pleno direito da economia clássica, a qual não era capaz de tomar para si esse elemento. Devido a isso, buscou-se a estudar mais amplamente como se dá a constituição e se acumula esse capital humano, o que abre caminhos para aplicar as análises econômicas nos novos campos.

Para entender o neoliberalismo e suas ramificações, faz-se necessário construir uma ponte de compreensões, elencando autores como Hayek, Harvey e Foucault. Para Hayek (1990), o mercado é frágil e encontra-se em constante perigo, pois se vê ameaçado pelas demandas da justiça social, que dão origem aos trabalhadores, seja pelas pretensões nacionalistas. Para o autor, o neoliberalismo consiste como uma defesa da acumulação de capital sem as barreiras que possam surgir das demandas sociais que passam a fazer reivindicações ao Estado.

Na concepção de Harvey (2005), o neoliberalismo seria uma teoria político-econômica que se firmava na promoção do bem-estar do indivíduo por meio do fortalecimento da liberdade individual e na consolidação da propriedade privada e do livre mercado e suas operações. Confere-se, portanto, ao Estado a responsabilidade de manter uma estrutura institucional adequada para a realização de tais práticas.

Após pontuarmos vários aspectos da genealogia do neoliberalismo, assim como correlacionarmos aos mecanismos e reguladores da biopolítica, é possível chegarmos às seguintes compreensões. Inicialmente, Foucault explica que o *homo economicus* na sua versão clássica era considerado “o homem de troca”, devendo a sua figura ser posta em análise numa dimensão utilitária das necessidades. Isso implica afirmar que seu comportamento e maneira de ser devem ser analisados conforme suas necessidades.

Por outro lado, surge um novo pensamento, o neoliberalismo que vem contrastar com o liberalismo clássico, no qual o *homo economicus* é visto como um empreendedor de si, ou seja, é seu próprio capital e fonte de seus próprios ganhos, que por sua vez também almeja sua própria satisfação.

Foucault buscou apresentar as diversas facetas do neoliberalismo, mostrando sua estrutura, mudanças e nuances, assim como impôs suas críticas positivas e negativas diante de um pensamento político e econômico, servindo como elemento constituinte de formulação de uma teoria social. Ao se debruçar nos ideais neoliberais, o autor expõe sua aversão ao Estado, assim como defende o mundo social diversificado, no intuito de disponibilizar instrumentos para uma reflexão aprofundada de uma filosofia de emancipação para o mundo contemporâneo.

3.2 Neoliberalismo e educação: possíveis reflexos no cenário educacional e da biopolítica

O neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que surgiu no final do século XX. Defende a participação mínima do Estado sobre a economia, proporcionando mais autonomia aos membros da sociedade. Ao se inserir no campo da educação, esse modelo aplica seus mecanismos e tecnologias em prol de seus interesses, visando tornar os indivíduos mais produtivos e rentáveis por meio das instituições educacionais.

A educação neoliberal é um reflexo das práticas de governo responsáveis por instigar e produzir nos sujeitos a capitalização de seus próprios processos de subjetivação, culminando em fluxos de educacionalização. No contexto em que está inserida, a educação não é mais considerada uma propriedade do Estado e da escola, uma vez que se dissemina em todos os espaços a partir do funcionamento de um novo modelo de sociedade (SOLER *et al.*, 2021).

Soler *et al.* (2021) afirmam que o neoliberalismo se inscreve na própria conjuntura de educação, em que os elementos de uma governamentalidade pedagógica são responsáveis por ampliar as estratégias de empresariamento educacional. Em vista disso, a escola torna-se um espelho de aspectos comumente associados aos panoramas do sistema econômico. Consequentemente, a rotina escolar de educadores é acompanhada por indicativos, que se traduzem nas formas de fluxos de gestão, índices de produtividade, flexibilização elevada dos programas

curriculares e a mercantilização das relações humanas, levando os sujeitos a apreender e difundir em suas vidas a lógica do mercado, do consumo e do empresariado, dentro dos parâmetros da biopolítica.

Na obra *o Nascimento da Política*, Foucault explana sobre a estruturação da racionalidade neoliberal e sua correlação com o campo da educação. Ao descrever o neoliberalismo estadunidense e seus mecanismos de poder e de mercado, Foucault nos apresenta os pressupostos dos economistas pertencentes a Escola de Chicago e suas críticas referentes à reestruturação da sociedade europeia durante o pós-guerra e as constantes intervenções econômicas. Para ele:

Alguns aspectos do que se chama de neoliberalismo americano: o que é posto em geral sob o signo da Escola de Chicago e também se desenvolveu em reação a esse “governo demais” que representavam, a seu ver, desde Simons, a política do New Deal, a planificação de guerra e os grandes programas econômicos e sociais apoiados na maior parte do tempo, no pós-guerra, pelas administrações democratas [...] (FOUCAULT, 2008, p.438).

Na perspectiva foucaultiana, esse neoliberalismo americano tinha a pretensão de intensificar a racionalidade do mercado e suas análises, vinculados aos critérios de decisão que sugeriam dominar campos não exclusivos de caráter econômico. É o caso da família, da educação, da natalidade, dentre outros.

No contexto educacional, o pensamento neoliberal obteve mais notoriedade a partir da difusão da teoria do capital humano definido como dispositivo de governança e estratégia adotado por vários países europeus, principalmente na década de 1980 (SOLER *et al.*, 2021). Conforme Foucault,

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, uma poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato não econômico (FOUCAULT, 2008, p. 303).

Diante disso, é possível afirmar que o capital humano está em constante processo de aperfeiçoamento, evidenciando as competências dos indivíduos na intenção de torná-los mais aptos e produtivos. Ao inserir-se na operacionalização do trabalhador-máquina, esses sujeitos passam a ser empresários de si mesmos.

Costa (2021) corrobora dizendo que, para os neoliberais desenvolverem nos indivíduos a competência máquina, no sentido de produzir rendimento, essa condição humana precisa estar diretamente relacionada com os vínculos educativos, no intuito de alcançar tais fins. Argumenta-se que chamar de investimento educativo no âmbito do capital humano é muito mais profundo que aprendizagem escolar ou profissional, pois integra uma esfera constituída de outros elementos que envolvem práticas sociais e econômicas. Nas palavras de Foucault:

Na verdade, não se esperaram os neoliberais para medir certos efeitos desses investimentos educacionais, que se trate da instrução propriamente dita, quer se trate da formação profissional, etc. Mas os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de uma capital humano, são muito mais amplos, muito mais numeroso do que o simples aprendizado escolar ou que simples aprendizado profissional (FOUCAULT, 2008, p. 315).

Na educação, o capital humano é um aspecto fundamental para o desenvolvimento dos ideais neoliberais, baseados na sua lógica de mercado e de economia, visando ao consumo, ao rendimento e à ampliação do empreendedorismo. Ele integra um sistema complexo de dispositivos de controle biopolíticos, que atuam diretamente no funcionamento da sociedade civil. A respeito disso,

o capital humano produz a formatação de uma experiência de subjetivação educacional, em que o estudante deve reconhecer-se como um protagonista e defensor dos interesses do capital. Ou seja, ao invés de se estudar para adquirir autonomia e criticidade, o estudante deve, desde cedo aprender a operar na sua própria existência a lógica do sistema financeiro, modulando-se, do ponto de vista subjetivo, às engrenagens dos dispositivos neoliberais de controle (SOLER *et al.*, 2021, p.9).

Essa subjetivação acionada pelo neoliberalismo, transforma as relações de cada sujeito consigo mesmo, levando-o a enxergar em si o próprio capital. Assim, a escola neoliberal concentra-se no desempenho, na eficiência e na rentabilidade, pois o indivíduo carrega o pensamento de que ele é um investimento dentro de um sistema de produção e por isso, deve ser rentável. Com isso, de forma intencional e estratégica, muda-se bruscamente o modo de viver em sociedade.

Para estabelecermos um debate mais abrangente sobre neoliberalismo, educação e biopolítica é necessário pontuar e resgatar algumas concepções sobre

governamentabilidade. Essa instância abarca a complexidade do poder, estando centralizada na população, que busca conduzi-la por meio de instituições, de tecnologias governamentais e outros mecanismos de controle.

Dentro das formulações foucaultianas, o empreendedorismo seria um dispositivo de governamentabilidade neoliberal que se coloca como alternativa ao sujeito ao deparar-se com a informalidade e o desemprego no mercado de trabalho. O indivíduo é convertido em empreendedor de si mesmo, protagonista do seu destino, rompendo com a prerrogativa de depender das condições de auxílio governamental fornecidas pelo Estado (COSTA, 2021).

Para que essas ideias sejam aplicadas na realidade, Costa (2021) também evidencia que o Estado utiliza técnicas de governança, objetivando ajustar as condutas que orientam e moldam os interesses dos indivíduos para fins pré-determinados pelo mercado neoliberal e que buscam estabelecer uma ordem econômica baseada na livre iniciativa e na concorrência. São elementos de uma grande engrenagem que ajudam a constituir um modelo político e econômico.

Diante disso, Foucault (2008) argumenta que a governamentabilidade seria dispositivo da biopolítica que absorve vários elementos que circulam na sociedade, com o objetivo de controlar os corpos de indivíduos por meio das condutas consideradas fundamentais para a regulação da população. Para que isso aconteça, é necessário aplicar discursos e acionar instituições, os quais são resultado da difusão das relações de poder e saber que giram e se proliferam em torno do sistema capitalista e sua política econômica.

Trazendo para o viés da educação no contexto moderno, Gallo e Aspis (2011) abordam a governamentabilidade educacional. Para os autores é um dispositivo que envolve teorias da aprendizagem, currículo, técnicas administrativas, disciplinas dos corpos, da mente, do agir e do pensar. Expande-se para outros comportamentos como: sentar, conduzir, avaliar, comer, selecionar, coordenar e direcionar.

Todos esses aspectos revelam o domínio totalizante de cada indivíduo na escola, onde há, por sua vez, a formação controlada que gera assujeitamento. Atrelado a isso, tem-se a obediência e a individualização assistida. São caminhos já percorridos, pois existe uma matriz que dissemina ideias e que conseqüentemente as reproduz. Assim, constituem-se corpos docilizados e disciplinados em determinado tempo e espaço orientados e definidos pelas condutas, pelos governos e pelas instituições.

Para entendermos as situações de domínio e controle estabelecidos no campo educacional, é preciso nos reportar à aula proferida do Foucault em 8 de março de 1976, na obra *Segurança, Território, População*, na qual o autor explica e apresenta indagações sobre as técnicas de direcionamento e conduta desenvolvidas no século XVI. Foucault preleciona que:

E vocês compreendem por que eu há um problema que, nessa época, adquiriu uma intensidade maior ainda que os outros, provavelmente porque estava exatamente no ponto de cruzamento dessas diferentes formas de condução: condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle do governo. É o problema da instituição das crianças. O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria – é esse o problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão do problema das condutas no século XVI. A utopia fundamental, o cristal, o prisma através do qual os problemas de condução são percebidos é o da instituição das crianças (FOUCAULT, 2008, p.309-310).

Baseados nas teorias foucaultianas sobre resistir, na quais não há relações de poder sem resistência, Gallo e Aspis (2011) explicam que definir como um tipo de ação sobre as ações dos outros, seja na intenção de limitar e modular atos, leva-nos a supor que haja liberdade de ação, num campo de possibilidades. A liberdade é considerada precondição permanente das relações de poder que se constituem como governo, com ações de uns sobre o campo de ações de outros.

Segundo Dutra (2021), a educação pode ser compreendida como uma atividade social, política e econômica, que se manifesta de inúmeras formas a partir de um sistema complexo de operações que visam exercer influência na formação intelectual e profissional do ser humano, o que abrange sua vida social e individual. Para isso, são acionadas normas que conduzem o indivíduo conforme os planos do modelo de sociedade vigente.

As regras sociais, inscritas na produção das leis que orientam o exercício do poder, os efeitos da verdade gerada por elas e como são usadas como ferramenta de controle social através de instituições e tecnologias de governo são facetas da biopolítica na sociedade. Os sujeitos, transformados em objetos, constituem-se como foco de uma política de controle social que visa à operacionalização por diferentes grupos sociais (WASZKIEWICZ, 2022).

Waszkiewicz (2022) assevera que um dos mecanismos de controle ou gerenciamento das vidas na sociedade contemporânea é a escola. É peça institucional que integra a engrenagem de um complexo sistema governamental, que busca formar o homem para o rendimento, tornando-o empresário de si mesmo. No *ethos* educacional, abre-se um debate acerca do currículo, dos métodos, dos conteúdos, em que tais elementos determinam a produção dos conhecimentos que serão armazenados em sua memória coletiva, num processo contínuo e difuso. Trata-se, assim, do poder de um grupo de indivíduos que impõe o tipo de conhecimento produzido, sua utilidade e validade conforme os cânones científicos e seu ensino desenvolvidos dentro do currículo escolar.

Com base nas teorias de Foucault, é possível afirmar que a educação funciona de maneira similar ao panoptismo. A escola, seus instrumentos e processos, coloca-se em posição central na vida do aluno, mas atua, por vezes invisível, no controle de suas atividades e atribuições. Enquanto mecanismo de regulação e controle, a escola é orientada por uma visão totalizante do conjunto de alunos, e estabelece a organização do tempo escolar em períodos e sinais sonoros, marcando o início e o fim deles. Também são oferecidas ocupações profissionais para pessoas que assimilam satisfatoriamente os currículos básicos e superiores, vistos como ideais para sua formação. (WASZKIEWICZ, 2022).

Nesse processo de docilização dos corpos, o professor é incumbido da função de inspecionar e corrigir, visto como peça central, que expressa poder aos alunos. Além dessa posição hierárquica, a escola apresenta como instrumento de controle o uso de divisórias para manter a ordem e a regulação dos sujeitos em formação. Nas palavras de Foucault

[...] esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há “cola”, nem barulho, nem conversa, nem dissipação [...] (FOUCAULT, 1987, p. 224).

No bojo do sistema educacional, a maioria das escolas continua atribuindo notas (1 a 10) aos alunos como meio de avaliação, com o objetivo de comparar o desempenho e o grau em que estão atingindo os padrões estabelecidos. Esse processo de vigilância e classificação dos alunos no contexto escolar é uma

tecnologia disciplinar que ordena as multiplicidades humanas, a produção do conhecimento e as atribuições da escola a partir de uma visão panóptica da sociedade (DUTRA, 2021).

Nessa toada, Waskiewicz (2022) considera que as instituições educacionais na contemporaneidade funcionam como uma fábrica de corpos dóceis. São indivíduos assujeitados à objetivação por meio de técnicas que, de forma conjunta, imprimem determinadas disposições sociais nos alunos. A escola modula nossos corpos e os submete a tecnologias de poder para impor disposições e comportamentos específicos, vistos como mais úteis à racionalidade capitalista. Assim, os corpos tornam-se dóceis por meio de um processo disciplinar repleto de condutas padronizadas. Reportando-nos ao pensamento de Foucault, podemos verificar que:

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar (FOUCAULT, 1987, p. 165).

A sociedade em que vivemos é fundamentalmente panóptica e seus reflexos podem ser observados na vida cotidiana dos homens. Esse modelo compreende uma forma de comportamento que é imposta ao indivíduo. Escolas que reproduzem as bases do panoptismo representam apenas uma pequena dimensão da extensão do poder. Os adultos que saem bem-sucedidos durante a sua formação são recompensados por serem obedientes e disciplinados, os quais ganham a oportunidade de viver dentro da normalidade social e econômica (DUTRA, 2021).

De acordo com Foucault (1999), o poder disciplinar e a biopolítica incidem sobre as populações. Nessa correlação, o poder disciplinar se apoia no panoptismo e age efetivamente no corpo-organismo, com o objetivo de controlá-lo. Já o biopoder atua em uma nova versão de corpo, designado de corpo-espécie, que se centraliza nos modos de vida dos indivíduos, os quais produzem instrumentos regulatórios. Conforme o filósofo:

As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo [...]. É um novo corpo: corpo múltiplo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (FOUCAULT, 1999, p.292-293).

Após pontuarmos diversos aspectos que explicam o neoliberalismo e seus efeitos no contexto atual da educação, tendo como principais argumentos as formulações de Foucault, passamos a mergulhar nas profundezas das águas da biopolítica para estabelecer novas reflexões sobre sociedade capitalista e normatização do sujeito. Para isso, trazemos para esta discussão as contribuições de Veiga-Neto (2013) que aborda as maneiras de ser e pensar na filosofia foucaultiana.

No ensaio intitulado *Biopolítica, normalização e educação*, Veiga-Neto (2013) convida-nos a trilhar os caminhos em que a educação articula o poder disciplinar sobre os indivíduos com os mecanismos do biopoder, atrelado aos dispositivos de normalização e segurança das populações. Enquanto as disciplinas exigem instituições onde atuar e se firmar nas ramificações sociais, a regulação e o controle das populações exigem políticas que organizem suas ações. O autor explica que a utilização do termo “articulação” ocorre porque indivíduos e populações são indissociáveis.

Para Veiga-Neto, as obras de Foucault contribuíram para o estabelecimento do sujeito moderno, da compreensão sobre a estrutura do Estado-nação, das tecnologias de governança política das sociedades europeias, bem como das multifaces do liberalismo no decorrer dos séculos. Em seus desdobramentos mais recentes, a articulação entre os indivíduos e o modelo político e econômico vigente na sociedade está sendo decisiva no aprofundamento da racionalidade liberal ao ponto de transmutá-la nos moldes do neoliberalismo em que vivemos hoje, com dimensões mais difusas e globalizadas.

Veiga-Neto dedica-se a inserir a educação nos campos dos estudos de Foucault, evidenciando a racionalidade política tematizada pelo filósofo. Em seguida, tem a pretensão de entendê-la como elemento fundamental para o funcionamento da biopolítica na sociedade. Na sua visão,

[...] é por meio da educação que os dispositivos de biopoder e normalização se difundem além, através e além todos nós. Não é difícil compreender a

centralidade da educação nos processos pelos quais o biopoder e os dispositivos de normalização se tornaram dominantes (e dominadores) nas sociedades contemporâneas (VEIGA-NETO, 2013, p.85, tradução nossa).

Veiga-Neto também apresenta em sua abordagem a implicação entre a educação e o campo social, os quais se colocam em duas direções não opostas, mas complementares. Ao fazer uma analogia vetorial por um viés filosófico e epistêmico, pode-se afirmar que não se trata de duas direções de uma mesma direção, mas de duas direções destinadas a se cruzar: a direção da coisa reproduzida e a direção das coisas que são produzidas. O autor busca exemplificar da seguinte forma:

O velho e o novo; conservação e modificação; repetição e diferença. Assim, a educação reproduz a cultura de um grupo social que a constitui como processo impulsionador para quem não estava ali. Aqui está a dimensão reprodutiva/conservadora/repetitiva da educação. Mas, não sendo totalizante, este processo de reprodução/conservação/repetição contém, em si, o poder de estabelecer a diferença que, para nós, se apresenta como novidade. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a educação opera a repetição, também opera a diferença. Assim como conserva, também inova (VEIGA-NETO, 2013, p.85).

Por esse prisma filosófico diante das situações de reprodução promovidas pelos ideais neoliberais, abre-se margem para as possibilidades de produzir e inovar em processo cíclico que envolve a articulação de indivíduos e populações, os quais estão são orientados e disciplinados pela educação e seus mecanismos que operam para o funcionamento do Estado e de sua governamentalidade. Sobre essa articulação existente entre poder disciplinar e regulamentador, Foucault explica que:

Esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro (FOUCAULT, 1999, p. 299).

Deste modo, a educação e seus processos escolares ou não nos mostram como o poder disciplina; a biopolítica e os dispositivos de normalização e segurança operam no âmbito social, cultural e econômico. Eles nos oferecem um leque de observações e experiências diversificadas, vistas como essenciais para estabelecer

novas interpretações sobre os dispositivos disciplinares inseridos dentro das práticas educativas (VEIGA-NETO, 2013).

O autor também ressalva a importância de interpretar as formulações foucaultianas referentes ao aprofundamento das concepções neoliberais sobre viver em sociedade. Afirma que os estudos de Foucault não trataram o liberalismo e nem o neoliberalismo como uma teoria ou uma ideologia, mas como uma prática que culmina como um “modo de fazer”, orientado para objetivos e regulando-se por reflexões contínuas. O que é preciso apreender são os desdobramentos do biopoder e como ele se apresenta na sociedade, no estabelecimento das relações sociais e mercantis e no desenvolvimento da economia de mercado. Assim, verifica-se que:

Em síntese, o liberalismo e o neoliberalismo podem ser entendidos como formas de vida da modernidade e da contemporaneidade, respectivamente. Isso não quer dizer que estamos diante de uma substituição na qual uma forma de vida está dando origem a outra. Na realidade, o que estamos presenciando é uma mudança de ênfase e a produção de novos dispositivos, novas práticas, novos objetivos, novos regulamentos, novas modulações (VEIGA-NETO, 2013, p.86).

Tendo como pano de fundo a visão de Foucault sobre Neoliberalismo e seu sistema político e econômico, atrelado às interlocuções de autores da contemporaneidade, destacamos os reflexos mais evidentes na educação e nas ações dos mecanismos da biopolítica sobre o corpo-espécie e o desenvolvimento das articulações dos sujeitos com a sociedade.

Segundo Marrach (1996), o neoliberalismo é uma ideologia que busca responder à crise do Estado provocada pela intensa interligação das economias dos países industrializados por meio do comércio e das novas tecnologias. Enquanto o liberalismo clássico, no período da burguesia nascente, propôs os direitos do homem no campo da cidadania como o acesso à educação, o novo sistema neoliberal primou mais pelos direitos do consumidor que pela liberdade pública e a democracia, contestando a participação do estado em subsidiar os direitos sociais do cidadão, gerando uma regressão no âmbito social e político.

Esse novo modelo de economia utiliza a educação para corresponder à lógica do mercado, da produção em larga escala e da qualificação do capital humano. A doutrina neoliberal considera que a educação deve manter os indivíduos cada vez

mais disciplinados, conduzidos por práticas que trabalham suas capacidades e competências, tornando-os mais competitivos e produtivos.

Os ideais neoliberais pregam que os sujeitos devem ser, além de regulados, moldados para cumprir as leis do mercado que exigem maiores índices de desempenho na produção. Diante disso, a escola, enquanto mecanismo de controle e integrante do tecido social, não está alheia às influências desse modelo de viver em sociedade, agindo de forma oculta ou desvelada na formação desses sujeitos para a lógica neoliberal.

Marrach (1996) considera que o discurso neoliberal designa uma função estratégica à educação e determina-lhe três objetivos. Sobre eles, comentaremos a seguir.

O primeiro busca vincular a educação escolar à capacitação do indivíduo para o trabalho; e a pesquisa acadêmica, ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. O segundo trabalha para assegurar que o mundo globalizado e empresarial tenha interesse na educação, pois deseja a qualificação da força de trabalho, apta para a concorrência nacional e internacional.

O terceiro objetivo almeja à transformação da escola num meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. Nesse processo, o que está em jogo é a adequação da instituição escolar à ideologia dominante. Para isso, esta precisa sustentar-se no plano das visões de mundo. A hegemonia, ao estabelecer-se na sociedade, passa pela construção da realidade simbólica. Por conseguinte, tal realidade envolve a atual expressão escolar na difusão dessa da ideologia oficial.

Por último, trabalha para fazer da instituição escolar um mercado para os produtos da indústria cultural e tecnológica, apresentando uma contradição. Enquanto no discurso, o neoliberalismo condena a atuação direta do Estado no financiamento da educação, por outro lado, na prática, não hesitam em aproveitar os recursos estatais para ampliar sua produção didática e pragmática no mercado escolar.

Diante desses objetivos, tornam-se claras as intenções neoliberais em utilizar a educação para moldar e adequar as demandas educacionais em prol de seus interesses do mercado e do consumo. Para isso, aciona a escola para firmar sua ideologia e seus princípios, tirando de foco a cidadania do sujeito em formação, bem como sua própria autonomia para ser substituído pelo direito do consumo e empresário de si mesmo.

Conforme Marrach (1996), os neoliberais veem os pais e os alunos como consumidores. Em vista disso, o Banco Mundial recomenda que seja realizada a redução da atuação direta do Estado no financiamento da educação. No seu projeto societário, o campo educacional deve adequar-se à privatização, incapacitando a esfera pública de estabelecer melhorias, fazendo com que a escola funcione à semelhança do mercado.

Ao minimizar as funções estatais, evidenciando a ineficiência da esfera pública, o Estado passa a priorizar as privatizações, pois entende que ela é mais eficiente ao trazer respostas e mais satisfatória aos seus interesses do mercado. Além de privatizar, a educação dentro do projeto neoliberal buscou disseminar conceitos como: desempenho, flexibilidade, descentralização, modernização e autonomia.

No cenário brasileiro, a partir da década de 1990, o país passou a adotar os princípios e as diretrizes do novo modelo econômico global, visto como tardio em relação a outros países da América Latina, como Argentina e Chile. Segundo Libâneo (2018, p.48):

A partir de 1990, políticas, diretrizes e normas em relação a políticas educacionais de países em desenvolvimento ou emergentes, passam a ser formuladas de forma muito expressiva por organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial e a Unesco.

Libâneo (2018) descreve o percurso do neoliberalismo no Brasil, tendo como ponto de partida o período de transição democrática após 21 anos de ditadura militar (1964-1985) e formulação de políticas públicas sob a luz dos princípios democráticos previstos na Constituição Federal de 1988. Nesse recorte temporal, consolida-se a adoção do modelo econômico neoliberal durante o governo de Fernando Collor (1990). Já na execução do projeto neoliberal, a reforma educacional brasileira passa a ocorrer nos governos de Collor e Itamar Franco, com a divulgação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-1994), redigido com base nos princípios presentes na Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Nesse contexto, verifica-se que o sistema educacional brasileiro aderiu às tendências neoliberais, estabelecendo o compromisso de constituir uma instituição escolar atualizada e moderna, orientando suas demandas para atender às necessidades do mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Para isso, é

preciso seguir os fundamentos sugeridos pelos órgãos internacionais, visando sanar as problemáticas que impediam o pleno funcionamento da ordem neoliberal.

Dando continuidade à expansão do neoliberalismo na educação brasileira, Libâneo (2018) enfatiza que as reformas ocorridas entre os anos de 1995 a 2008, nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, estavam articuladas com as orientações da agenda neoliberal orquestrada pelo Banco Mundial e pela UNESCO. O governo Lula deu continuidade ao desenvolvimento dessas políticas, mas promoveu, dentro dos planos governamentais, o atendimento às demandas sociais, principalmente às populações mais pobres, mesclando o atendimento aos organismos multilaterais à ampliação das políticas de inclusão social.

Destaca-se também que o principal instrumento da política educacional dos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) foi o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE), elaborado e divulgado em 2007. Esse documento tinha o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação básica, seguindo as orientações estabelecidas pelo *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, financiado por entidades empresariais.

Diante desse resumo sobre a instalação do projeto neoliberal no Brasil por meio da educação, foram observadas ações mais cautelosas e positivas em relação à promoção dos direitos sociais da população, pois não se pode ignorar as mudanças na sociedade. Por outro lado, tais políticas visavam ao fornecimento de uma educação de qualidade, tornando-a acessível a todos, mantendo, de forma subentendida, o interesse em preparar o aluno para o mercado de trabalho.

É importante destacar, neste recorte histórico no cenário nacional, que as estratégias neoliberais se efetivaram por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Essa legislação objetivou trazer melhorias significativas na educação, possibilitando o desenvolvimento das competências do aluno, no intuito de padronizá-lo para atender às necessidades da produção empresarial.

O modelo neoliberal na sociedade atual, apresenta-se de forma mesclada entre fornecer os direitos de cidadania aos sujeitos, e o propósito de manter sua hegemonia a partir da manutenção de mecanismos de controle. Dessa maneira, seria formada uma mão de obra qualificada, apta para o mercado profissional, no mundo globalizado, com vistas a desenvolver as potencialidades humanas para obtenção de maiores índices de produtividade e eficiência, seguindo a lógica do

capital. Tais condições são justificadas pela visão de Foucault sobre a biopolítica e suas manifestações na sociedade, ao controlar e disciplinar os corpos, diante de propósitos de caráter econômico, político e coletivo.

Neste sentido, compreende-se que o neoliberalismo se consolidou na sociedade em que vivemos a partir de seus mecanismos disciplinares, regidos pelo poder, em uma estrutura hierárquica e soberana em uma versão modernizada e flexível. Por meio da governamentalidade, conseguiu ocupar todos os espaços educacionais, fazendo-se uso da docilização dos corpos e da sua subjetivação.

Os reflexos neoliberais que auxiliam na manutenção da biopolítica no tecido social concentram suas práticas na racionalização, na privatização, na tecnologia produtiva e na formação disciplinar do capital humano. São processos que ocorrem de forma cristalizada ou inconsciente pelos sujeitos, pois estão embutidos nas políticas educacionais que envolvem todo o universo escolar e seus sujeitos.

Após este percurso de caracterizações e discussões apresentadas até aqui, compreendo mais sobre as mudanças do modo de vida que passei, considerando a minha navegação enquanto amazônida. Nascido em uma comunidade rural do Amazonas que tinha como modo de vida característico a relação de solidariedade entre os comunitários, dividindo a caça, o pescado e farinha, vivendo do cultivo da terra e da exploração da floresta para subsistência, como a colheita de frutos nativos, com pouca presença dos dispositivos de governança. Ao migrar para a cidade (sede do município de Pauini), tive minhas concepções sobre o estar no mundo mudadas por completo, pois encontrei uma vida pautada por uma nova forma de organização social, sistematizada por regras e normatizações.

Assim, a nossa proposta é a de trazer as concepções progressistas enquanto possibilidade para o contexto amazônico, enquanto bússola para a atuação docente, retratando sua diversidade de riquezas em contraste com as imposições do biopoder e da biopolítica que se apresentam em forma de domínio e exploração de modo estrutural e ideológico. Assim, trazemos para esse cenário as possibilidades de se pensar uma educação a partir dos referenciais freireanos para construção de um mundo mais belo e humano.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MAIS BELO E HUMANO A PARTIR DE REFERENCIAIS FREIREANOS

4.1 Concepção progressista de educação: rios a serem buscados na atuação docente em luta por um mundo mais belo e humano

Nas raízes históricas, o homem no contexto amazônico buscou estar em harmonia com a natureza, respeitando seus limites e recursos, visando à garantia do futuro das próximas gerações. Não escapamos, porém, aos efeitos da biopolítica na contemporaneidade e suas articulações voltadas a inserir os indivíduos no projeto hegemônico de sociedade. Com isso, o indígena, o ribeirinho, o caboclo e tantos outros sujeitos que integram a diversidade amazônica também acabaram por se assujeitar aos mecanismos do biopoder e da biopolítica.

Segundo Furtado e Carmo (2020), a heterogeneidade amazônica caracteriza-se pela diversidade cultural de suas populações: indígenas, caboclos, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores e imigrantes. A partir de seus aspectos singulares, seus principais referenciais são os rios, as matas, os territórios que configuram espaços de conflitos e desafios. Nessa diversidade do povo amazônica, as políticas educacionais se materializam por meio da escola ou de movimentos sociais.

Diante disso, reportamos-nos à instituição escolar, que apresenta uma realidade cheia de contrastes de caráter social, político, econômico, cultural e ambiental. Além da exploração das riquezas naturais, da expansão agropecuária e madeireira, da demarcação de terras devido a chegada do homem branco e, conseqüentemente, da urbanização, muitas vidas, apesar da resistência, passaram pelo processo disciplinar e de aperfeiçoamento do neoliberalismo.

Assim, o homem amazônica se insere no campo da biopolítica. Sem saber, gerido pelos sutis moldes neoliberais, deseja educar seus filhos; para isso, atravessa rios e lagos até chegar a terra firme, em comunidades onde a escola é o principal caminho para promover mudanças, adquirir conhecimentos e garantir um futuro melhor e esperançoso. A busca passa a ser a de formar um ser humano para o mundo e que caminhe com o mundo, que transforme sua vida e a própria realidade.

A concepção progressista se contrapõe aos ideais neoliberais que permeiam a instituição escolar e apresentam horizontes para a atuação docente. Ao invés de libertar o indivíduo e possibilitar uma formação que contemple a humanização, os saberes compartilhados, a consciência e a própria democracia, o que vemos é uma

educação que condiciona e limita o pensamento e as ações humanas em prol dos interesses estatais e do mercado.

Diante desse cenário, evidenciamos as possibilidades de constituir e concretizar, por diversas mãos, uma educação progressista e libertadora, guiada por Paulo Freire. Isso se realizaria mesmo em meio a essas águas turvas e barrentas da biopolítica e das correntezas e redemoinhos velozes que o sistema neoliberal provoca na vida do homem amazônida.

O mundo como se apresenta na contemporaneidade, com seu sistema político e econômico preestabelecido, determina diretamente todas as dimensões e intencionalidades da educação. O modelo neoliberal propõe que a educação satisfaça as perspectivas do mercado globalizado, no qual o capitalismo serve para medir e avaliar os recursos usados para garantir seu pleno funcionamento, atribuindo-se a produtividade em larga escala à qualificação da força de trabalho diante da propagação de uma sociedade que prioriza o advento tecnológico e o conhecimento.

De acordo com Silva e Santos (2021), o capitalismo atual, orientado pelos princípios neoliberais com sua produção social de mercadorias, mostra-se cada vez mais perverso sobre a vida dos indivíduos e sobre as formas de organização da educação. Busca-se a manutenção desse sistema por meio das ideologias e da produção de capital.

A força de trabalho é considerada uma mercadoria, usada para manter o pleno funcionamento no sistema capitalista. Para isso, é preciso investir e qualificar essa mão de obra, sendo a educação um dos principais meios para propagar sua ideologia, tornando suas demandas mais eficientes e qualificadas. Deste modo,

Os destinos da educação, a partir dessa ofensiva neoliberal, parecem estar diretamente articulados às demandas de um mercado insaciável e da sociedade dita do “conhecimento”. Como decorrência, o sistema educacional brasileiro sofre pressões para construir ou consolidar escolas ditas mais eficientes e aptas a preparar as novas gerações (SILVA; SANTOS, 2021, p.91).

A hegemonia do modelo neoliberal se estabeleceu na sociedade devido às suas estratégias de domínio, por impor suas regras e princípios, expandindo seus ideais por meio de mecanismos de controle e regulação, num contexto em que o corpo não é mais individual, mas sim coletivo. Nesse processo, existem as forças

antagônicas, representadas por minorias/maiorias que buscam resistir a tudo aquilo que é imposto de forma injusta e desigual. São lutas de um povo que almeja a concretização de um mundo mais humanizado e igualitário.

Para estabelecer entendimentos mais aprofundados sobre as contradições existentes no campo educacional, no qual há dominante e dominado e suas relações de poder, reportamos-nos ao pensamento freireano sobre conscientizar o ser humano para resistir às formas opressoras de se viver dentro e fora da escola.

Paulo Freire é reconhecido mundialmente pelo seu trabalho com a educação e sua inconformidade com a conjuntura social brasileira em decorrência da ditadura militar e outros acontecimentos que marcaram o país, atribuídos aos determinantes históricos impostos pela lógica econômica e mercadológica. (SILVA; SANTOS, 2021).

Na obra *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, a qual é dividida em quatro partes, mostra-nos a capacidade do indivíduo oprimido de provocar reações dentro si, com o objetivo de regar seu ser livre e autônomo, construtor e sujeito de sua própria história, marcando sua existência no mundo. O ser humano, por esta perspectiva humanizada e transformadora, torna-se mais consciente sobre seu papel na sociedade, buscando equidade e justiça por meio de práticas humanas, as quais devem ser articuladas pela educação.

No primeiro capítulo, *Justificativa da pedagogia do oprimido*, Freire começa a ambientar o leitor por meio de sua filosofia, apresentando argumentos que possam criar críticas e reflexões sobre a atual realidade, centrando a condição do oprimido e do opressor dentro da sociedade. Para que o indivíduo possa se livrar das amarras da opressão, é preciso que seja aplicada uma pedagogia da humanização.

O autor nos coloca diante de elementos opostos dentro de uma problemática, visando estabelecer compreensões sobre a humanização e desumanização dos homens. Descortina as possibilidades de transformação e que, ao mesmo tempo, são tolhidas por formas de alienação e negação impostas por uma classe dominadora, que, entre seus meios de controle, recorrem ao uso da força e violência. Freire explica que:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma

“ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p.15).

Freire também aborda neste capítulo acerca da consciência do oprimido que se encontra restrita no mundo devido às práticas dominantes do opressor. Desse modo, ocorre um estágio de dualidade que envolve a consciência do oprimido, sendo formado um confronto de ideias: de um lado estão todos os aspectos que levam à aderência do opressor (à passagem e permanência da consciência do dominador, a qual é constituída por seus interesses, valores e ideologias); de outro lado, sobrepõe-se o intenso desejo de conquistar a liberdade. Para isso, é necessário descobrir em si mesmo a vontade de libertar-se, que, por sua vez, realiza-se na materialização de outros anseios existentes dentro do ser humano. Diante disso, o autor ensina que:

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não ao opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo (FREIRE, 1987, p.19).

No segundo capítulo, intitulado “A concepção bancária da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica”, Paulo Freire expõe sobre a relação do educador-educando na escola, onde a educação é vista como ato de depositar. Isso implica considerar que a única margem de ação que se oferece é a de receber os depósitos, para que, posteriormente, sejam guardados e arquivados. Na educação bancária, o saber é considerado uma doação baseada na absolutização da ignorância, manifestação da ideologia da opressão que busca transformar o pensamento do oprimido sobre o que ocorre com ele, num processo contínuo, visando concretizar os propósitos da classe dominante. Assim, podemos verificar que:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da

ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1987, p. 33).

Devido à alienação e ao ajustamento, ocorre a “domesticação” do educando na sua própria realidade. Freire afirma que os próprios “depósitos” podem despertar no indivíduo, até então passivo aos acontecimentos, reação às imposições proferidas pelo opressor. Nesse percurso, pode-se assim dizer que ocorre a contradição problematizadora e libertadora da educação. Em um dado momento de sua vida, a humanização do educando vai acontecer a partir dessa contradição, o que potencializará o desejo de lutar por sua liberdade. Para isso, o educador exerce um papel fundamental nesse processo de engajamento do educando, almejando estimular a criação de um saber autêntico e libertador. Paulo Freire enfatiza que:

É que, se os homens são estes seres de busca e sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação (FREIRE, 1987, p.35).

No terceiro capítulo, Freire explora a questão da dialogicidade enquanto essência da educação como prática da liberdade. Para ele, o diálogo, por ser algo próprio do ser humano no estabelecimento de suas relações, possui um elemento constitutivo que é a palavra. Nela, existem duas dimensões: a ação e a reflexão, que interagem entre si e que produzem verdades. Esse encontro consiste na práxis, que, para isso o ser humano precisa dizer palavras verdadeiras para que consiga transformar sua realidade. Essa práxis deve ser desenvolvida na educação, pois dentro desse campo há possibilidade de criar práticas libertadoras. Sobre a palavra, Freire enfatiza que:

Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões; ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo (FREIRE, 1987, p.44).

Ainda nesse capítulo, Paulo Freire expõe seus argumentos filosóficos sobre a Educação Dialógica e Diálogo. Conforme o autor, além da palavra verdadeira, o diálogo só pode existir se o ser humano criar amor ao mundo e ao próximo, estando sensível aos sentimentos mais nobres e reais, capazes de criar e recriar como ato de liberdade. Na relação entre dominante e dominado há sadismo, sem espaço para

se pronunciar o amor. Já na educação dialógica, o amor se compromete com os homens, encorajando-os a sair de qualquer situação opressora, em busca de liberdade. Nas palavras do autor:

Sendo fundamento do diálogo, o amor é também diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Neste, o que há é patologia do amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não porque é uma de coração, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, por que é amoroso, é dialógico (FREIRE, 1987, p.45).

O quarto capítulo está centrado nas teorias da ação antidialógica. Para Freire, os homens são seres oriundos da práxis e que emergem do mundo, podendo conhecê-lo verdadeiramente e transformá-lo com o seu trabalho. Construir um diálogo com os oprimidos é se comprometer em realizar ações que possam garantir a sua libertação, o que implica agir e ter coragem para mudar a realidade, pois os homens, enquanto sujeitos que narram sua própria história, constituem uma análise crítico-reflexiva sobre a realidade. Sobre isso, Freire explica que:

Mas, se os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o que fazer é práxis, todo fazer do que fazer tem uma teoria que necessariamente o ilumina. O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação (FREIRE, 1987, p.70).

Outro aspecto levantado por Freire nesta obra é a dura crítica sobre a ação antidialógica, a qual tem como propósito manter assegurado o poder das práticas opressoras, empresariais e governamentais. Os detentores do poder fazem uso de suas ideologias dominantes como forma de superioridade para monopolizar a cultura de um povo e introduzir a cultura do invasor. Ao tornar as massas populares manipuladas, o opressor busca manejar suas ações, revestindo-as, muitas vezes, de ajuda que sugerem melhorias a fim de concretizar suas verdadeiras intenções. Segundo Freire:

O interesse ao poder opressor é enfraquecer aos oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam (FREIRE, 1987, p.80).

Deste modo, a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, convida-nos para uma reflexão sobre nossa existência no mundo e sobre o que queremos para o presente e o futuro. É uma conscientização, principalmente para o educador, visto como uma das figuras centrais no processo educacional, o qual tem a capacidade de ser agente libertador e emancipatório para a formação do educando crítico, reflexivo e engajado para transformar sua realidade.

O neoliberalismo é o atual sistema econômico e político, o passa a ser representado pelo capitalismo. Nas suas esferas públicas e governamentais, a educação busca moldar o indivíduo, discipliná-lo e ajustá-lo aos princípios neoliberais. A escola, pais, professores e alunos são peças de uma complexa engrenagem, vistas como fundamentais para o desenvolvimento social e econômico das nações.

Ao relacionarmos com o pensamento de Paulo Freire, podemos conceber que existe, na escola, uma relação de classes (dominante e dominado) na qual ocorre o depósito de conhecimentos, regidos por normas, visando estabelecer padrões na formação de indivíduos qualificados para o mundo trabalho. Por outro lado, essa mecanização e alienação das massas impedem que o ser transponha para estágios que possam levá-lo para a humanização.

Para isso, é importante desenvolver uma educação libertadora, com a finalidade de que o ser humano consiga instigar, dentro de si, a vontade de construir uma consciência livre e autêntica, unindo forças com o outro para propagar os sentimentos mais belos que são o amor e a solidariedade, na intenção de sair da imersão produzida pelo opressor.

Para estabelecermos novas reflexões sobre a existência de sentido nos pensamentos de Paulo Freire na atualidade, trazemos para esta discussão outra obra de sua autoria intitulada *Pedagogia da Autonomia*, sendo dividida em três partes: não há docência sem discência; ensinar não é transferir conhecimento; e ensinar é uma especificidade humana.

No primeiro capítulo, Paulo Freire nos mostra a necessidade de refletirmos sobre a formação docente e sua prática educativa no sentido de possibilitar ao educando sua autonomia, aliando teoria e prática para finalmente construir uma análise crítico-reflexiva sobre a realidade e todos os aspectos que norteiam a educação.

Enfatiza que seus argumentos filosóficos buscam instigar no leitor sobre o saber tratado na obra, podendo, conforme suas interpretações, ser direcionadas à prática docente de educadores e educadoras críticos, progressistas e conservadores, independente da sua opção política ou ideológica.

Freire desmistifica a concepção de que o educador é sujeito e o educando é objeto, uma vez que ambos são elementos essenciais no processo ensino-aprendizagem. Embora diferentes entre si, eles se complementam numa troca mútua e recíproca de conhecimento. Desta forma, o autor evidencia que:

[...] Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém (FREIRE, 1996, p.13).

Freire também torna explícito que ensinar exige pesquisa. Com isso, o educador precisa ser um pesquisador para aprofundar sua criticidade e seu interesse pela descoberta, criando um arranjo de indagações para produzir saberes. Mostrar o novo para o aluno é desenvolver um ensino de práticas educativas democráticas, estimulando sua capacidade criadora, disposta a estar sempre na busca pelo conhecimento. Isso implica considerar a necessidade de uma formação permanente, em que o indagar conduza sempre para o ato de pesquisar. Desse modo, considera-se que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 16).

No segundo capítulo da obra, Freire reforça o pensamento de que ensinar não é transferir conhecimento. Para uma estabelecer uma formação docente, numa perspectiva progressista, é preciso ter em mente a importância de criar possibilidades para produzir e construir novos saberes. Isso deve ser uma prática constante no espaço escolar, visto como ideal para indagar, criticar, inquirir, refletir e transformar. O educador deve encontrar-se aberto às indagações e curiosidades do

aluno, levando em consideração as experiências adquiridas por estes no decorrer de situações cotidianas, respeitando sua bagagem de conhecimento. Para o autor:

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido (FREIRE, 1996, p. 25).

Outro aspecto levantado por Freire é o “pensar certo”, que para o autor consiste em uma postura exigente e difícil, a qual devemos assumir diante dos outros, do mundo e ante nós mesmos. É uma tarefa árdua que envolve vigilância no ato de exercer sobre nós mesmos para evitar certas incoerências entre o pensar e agir.

Em vista disso, o docente precisa “pensar certo” tanto dentro quanto fora da escola, ultrapassando os limites físicos e abstratos, partindo para uma reflexão sobre a necessidade de atuar coletivamente e não agindo de forma excludente, priorizando apenas uma minoria.

Para Freire, o ato de ensinar também exige consciência do inacabado. O ser humano passa por experimentos, pois não está alheio aos acontecimentos históricos, sociais e culturais. Ele se encontra num processo de formação e transformação e por isso é um ser inacabado e consciente do inacabamento. A prática docente deve contribuir para uma educação que promova a criação de saberes diversos, pois o indivíduo passa por constantes transformações. Para o autor:

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento (FREIRE, 1996, p.27).

Na visão de Freire, ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando, algo que deve ser inserido na prática educativa docente na formação do educando inacabado (criança, jovem e adulto). O respeito que o indivíduo deve ter por ele mesmo também é válido para o próximo. Isso significa ser ético, pois o respeito e a dignidade são valorizados e é algo que deve ser enfatizado na educação libertadora e progressista. Ensinar é fazer com que o ser humano conquiste sua liberdade,

tornando-o capaz de lutar contra a transgressão e o radicalismo do opressor. Conforme Freire:

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir afirmação várias vezes neste texto – o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada uma é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros [...] (FREIRE, 1996, p. 31).

No terceiro capítulo, Freire centraliza seus argumentos afirmando que o ensinar é uma especificidade humana. O docente democrático, para atuar de forma efetiva, precisa estar seguro de sua autoridade, sem a necessidade de ser autoritário, agindo com bom senso e respeito. Contribuir para um clima respeitoso e harmônico entre ambos, baseado na liberdade, fornecendo condições para autonomia discente, assim como a competência profissional e científica docente. Assim, estabelece-se uma autoridade democrática, baseada na segurança e coerência. Paulo Freire enfatiza que:

[...] A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silenciar dos silenciados, mas no alvoreço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta (FREIRE, 1996, p.48).

Freire também expõe neste capítulo a necessidade de indagar e refletir sobre o ensino a partir de uma prática educativo-crítica. Segundo o autor, ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Mais do que intervir na vida discente, a escola e o ensino intervêm na ideologia que predomina na sociedade. Seja para reafirmá-la ou contradizê-la, a educação tem em si o papel ativo de promover mudança ou contribuir na manutenção da sociedade. No seu entendimento,

Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinado e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p.51).

Após a leitura e reflexão das obras de Paulo Freire, é possível compreender que o neoliberalismo por meio do capitalismo está somente interessado na

economia do mercado e obtenção do lucro. Considera que é fundamental conhecer e reconhecer a força da ideologia na prática educativa docente para, em seguida, contradizê-la, primando pelo compromisso, ética, respeito, solidariedade e liberdade em prol de unificar a luta do povo contra a opressão neoliberal. A ideologia tem o poder e conseqüentemente usa seus mecanismos disciplinares e de controle para manipular a sociedade, colocando como vantagens a qualidade profissional e o desempenho em benefício da economia globalizada.

No contexto neoliberal, a escola serve para uniformizar o aluno de acordo com os interesses do mercado, tornando-o homem-máquina devido às potencialidades de seu capital humano. Nesse processo são definidos os métodos e os conteúdos que irão compor o currículo e a prática pedagógica do professor com a finalidade de adequação e ajustamento ao sistema capitalista.

Em vista disso, cabe ao indivíduo não aceitar as imposições dos determinantes históricos e sociais, deixando de ser um agente passivo do modelo neoliberal em busca de novas possibilidades que possam transformar a sua realidade, num ato de luta e resistência.

Para ampliar esta discussão por um viés dialético, apresentamos as contribuições de Felício (2015), que, baseada nas teorias foucaultianas, explora a temática da biopolítica no campo da educação. Conforme a autora, a sociedade moderna instituiu mecanismos disciplinares e de controle, os quais permanecem na realidade contemporânea, só que de forma multifacetada, revestida de interesses econômicos, atuando estrategicamente dentro da rede do poder.

Para pensar no devir-educação e suas relações com a biopolítica, é necessário refletir sobre os investimentos feitos pelo capitalismo nos corpos com a finalidade de torná-los objetos de controle político, manipulação cultural e instrumentalização econômica. Como ato de resistência, o indivíduo passou a se opor a essas práticas que constituem meios de reprodução dos mecanismos de dominação e exclusão, e que por conseqüentemente abre margem para estabelecer uma relação com o outro de indiferença (FELÍCIO, 2015).

Diante disso, podemos apreender que ocorre um desequilíbrio nas relações entre os indivíduos, nas quais se constroem as desigualdades, o radicalismo e as situações opressoras, que de certo modo buscam por meio das ideologias dominantes difundir para as massas a ideia de normalidade.

Felício (2015) também explica que as práticas educativas buscam (ou deveriam buscar) libertar a vida do indivíduo daquilo que o aprisiona, tanto no seu modo de agir, como no pensar. Isso implica considerar que o biopoder se debruça sobre a vida e não somente sobre os sujeitos, cabendo à própria vida resistir. Essa ação pode denominar-se biopolítica. Assim, uma educação para resistência tem como objetivo intensificar a relação entre pensamento, corpo e vida.

A partir de Paulo Freire e sua filosofia no campo educacional, podemos trazer para uma atuação docente dentro desse cenário neoliberal a criação de espaços de humanização por meio de práticas educativas, tornando os alunos capazes de desenvolver em si mesmos o desejo de ser livre e autônomo. É preciso ampliar as possibilidades de transformação, estimuladas pela inquietude de não ser apenas ouvinte, mas narrador de sua história.

A necessidade de uma educação libertadora, acompanhada por uma visão crítica e reflexiva precisa cobrir toda a sociedade, o que exige ações que possam verificar as condições sociais, econômicas e históricas que causam o modo de viver e relacionar ao qual os indivíduos estão submetidos. Por isso, Freire buscou difundir a perspectiva de uma educação política, capaz de constituir uma formação conscientizadora das contradições sociais, destacando os limites da própria sociedade marcada pela racionalização, técnica e produtividade (SILVA; SANTOS, 2021),

O pensamento de Paulo Freire ainda faz sentido na atualidade, pois a educação carrega consigo as possibilidades de tornar o aluno um sujeito com pensamentos autênticos. Para isso, a atuação educativa docente precisa ser libertadora, democrática e humanizada. Somos seres inacabados e a educação é um processo permanente de produzir conhecimentos, levando-nos a construir uma nova mentalidade sobre confrontar e resistir a tudo aquilo que é considerado injusto, violento e desigual. Desta maneira,

Isso significa que, mesmo inseridos nos processos históricos de dominação capitalista do nosso tempo, podemos buscar um arcabouço substancial de resistência, possibilitando a capacidade de abertura para o pensamento freiriano para a problemática da formação humana à luz das relações de dominação em forma de resistência (SILVA; SANTOS, 2021, p.97).

Ao nos encontrarmos inseridos no contexto neoliberal, podemos observar os desdobramentos da biopolítica na sociedade na qual a educação passa a ser

entendida como um espaço de contradições e forças antagônicas, podendo ser usada para a produção e reprodução de ideologias, para oprimir ou dar autonomia ao ser humano.

Portanto, são águas distintas que se encontram e confrontam suas forças, de forma cíclica e corrente, conduzindo os caminhos a serem navegados pelo indivíduo. Conforme a ideologia predominante ou pela sua consciência e verdadeira autonomia, leva-o a construir seu próprio destino, na esperança de uma sociedade justa, livre e igualitária.

4.2 As possibilidades de avanços no campo educacional a partir de pressupostos emancipatórios de Paulo Freire

Paulo Freire, ao nos apresentar a obra *Educação e mudança* de 1979, traz profundas reflexões sobre conscientização e o processo de mudança. A partir dos pensamentos e ações do trabalhador social (visto como um potencial instrumento de transformação) e de uma educação fundada no diálogo (que prima pelas vivências e experiências dos alunos) visa à orientá-los para lutar contra as forças dominantes, não sendo mais submissos às suas imposições, mas como sujeitos construtores de sua própria história.

Na concepção freireana, a Pedagogia por si não tem condições suficientes para gerar uma mudança social e política, mas, por outro lado, discorda no negativismo de que a educação só serve para reproduzir de forma mecânica e estrutural a sociedade e o modo como ela se apresenta. Para o autor, existe um caminho de mão dupla, no qual a educação pode ser instrumento de dominação ou libertação. Em seus argumentos, faz um resgate sobre a importância do papel do profissional de educação, o qual deve perceber e atuar com autonomia, engajando-se política e socialmente, contrapondo-se às engrenagens opressivas da sociedade classista, tornando-se um verdadeiro agente de mudança.

No primeiro capítulo, intitulado *O Compromisso do Profissional com a Sociedade*, chama-nos a atenção sobre essa expressão, explicando que essas palavras devem ser analisadas de forma conjunta e não postas de forma arbitrária. Existe uma estrutura de relações entre esses termos, que num processo de indagação e reflexão chegaremos à essência da consciência. Freire destaca

minuciosamente sobre “comprometer”, “ato comprometido” e “compromisso”. Quem pode comprometer-se? O que recai sobre isso? Isso envolve a capacidade do homem refletir sobre suas ações na realidade na qual está inserido e suas condições de existir no mundo. Nas palavras do autor:

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão fora da relação homem – realidade. Esta relação homem – realidade, homem – mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência que o homem desenvolve sua ação reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir (FREIRE, 1979, p.8).

O pensamento de Freire nos orienta a analisar o compromisso do profissional com a sociedade, na qual seus atos comprometidos são oriundos de suas relações com o outro e sobre sua própria existência. Com isso, entende-se que o homem deve ser comprometido consigo mesmo, para posteriormente estabelecer seus posicionamentos diante da realidade.

Isso se reflete na educação, um campo complexo cheio de contradição e necessidade de posicionamento sobre diversos temas. Em vista disso, deve-se integrar o compromisso profissional e compromisso como homem, pois este e sua humanização não se separam. Ter compromisso como profissional implica assumir suas responsabilidades com o coletivo.

Sobre o compromisso, Freire se aprofunda mais em seus pensamentos ao dizer que ser comprometido com o mundo, consiste em ser humanizado para em seguida humanizar os homens, sendo responsáveis com este e com sua história. Implica não fugir da realidade, num ato de coragem, consciente de seu papel na sociedade. O verdadeiro compromisso não está alheio aos seus gestos e às suas intenções. Deve-se pensar e agir de forma solidária, numa ação conjunta que favoreça a todos. Deste modo, evidencia-se que:

Esta é a razão pela qual o verdadeiro compromisso, que é sempre solidário, não pode reduzir-se jamais a gestos de falsa generosidade, nem tampouco ser um ato unilateral, no qual quem se compromete é o sujeito ativo do trabalho comprometido e aquele com que se compromete a incidência de seu compromisso. Isto seria anular a essência do compromisso, que, sendo encontro dinâmico de homens solidários, ao alcançar aqueles com os quais alguém se compromete, volta destes para ele, abraçando a todos num único gesto amoroso (FREIRE, 1979, p.9).

Ter compromisso consiste em ser responsável. Logo, o compromisso de um profissional na sua totalidade envolve atributos e valores, levando-se em consideração suas experiências de vida e sua cultura para posteriormente expandir-se para as compreensões sobre os homens. Não é uma ação passiva, mas práxis – ação e reflexão sobre e para a realidade. Refletir sobre o mundo dos homens é ter uma visão crítica e humanista, sem dar margem para estreitamentos, ideias imutáveis e consciência ingênua. Freire considera que:

[...] Se o compromisso só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundado cientificamente. Envolve, portanto, no compromisso do profissional, seja ele quem for, está a exigência de seu constante aperfeiçoamento, de superação do especialismo, que não é o mesmo que especialidade. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos (FREIRE, 1979, p.10).

Freire torna explícito que, no momento em que a sociedade constitui um exame sobre si mesma e inscreve-se na busca pela sua autenticidade, sobretudo aquilo que é verdadeiro, surgem nesse percurso sinais preocupantes a respeito de seu projeto histórico. Ocorrendo isso, torna-se cada vez mais desfavorável o clima para o profissional e seu compromisso. O autor nos contextualiza da seguinte forma:

Estamos convencidos de que o momento histórico da América Latina exige de seus profissionais uma séria reflexão sobre sua realidade, que se transforma rapidamente, e da qual resulte sua inserção nela. Inserção esta, que sendo crítica, é compromisso verdadeiro. Compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem (FREIRE, 1979, p.13).

O mundo e suas transformações revelam contextos de acordo com seus processos históricos. Em muitos aspectos a sociedade encontra-se alienada devido às forças dominantes e ideológicas, apresentando uma estrutura hierárquica sistematizada. O profissional deve, porém, ser comprometido consigo mesmo, com suas convicções, mediante a sua criticidade e reflexão da realidade. Fugir disso é negar a si próprio e ao projeto nacional, voltado para a humanização e a coletividade.

Após realizar sua abordagem sobre o compromisso do profissional, o autor nos prepara para fazer outras reflexões. No segundo capítulo, chamado *A educação*

e o processo de mudança social, Freire (1979, p.14) argumenta que “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem.”

O autor ensina que é necessário primeiramente fazer um estudo filosófico-antropológico, para podermos pensar sobre nós mesmos para, em seguida, buscar na natureza humana algo onde possamos constituir o núcleo central em que se sustente o processo de educação.

Freire afirma que, para pensarmos a educação, exige-se nos voltarmos para nossa própria, numa autorreflexão, indicando que o homem é um ser inacabado. E é isso, quem o homem educa, por estarmos sempre num movimento contínuo de mudança. Desta forma, elucida que:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser sujeito de sua educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1979, p.14).

Mas como podemos trazer esse pensamento de Freire para os dias atuais, na conjuntura educacional que se apresenta em nossa realidade? Como podemos ser mudança por meio da educação em um contexto neoliberal?

Não podemos esquecer que a educação é o caminho da mudança. Para isso, é necessário refletir sobre nossa realidade, entendendo que o conhecimento nos liberta da ignorância, e que temos a capacidade de construir um mundo mais humanizado, mais liberto e unido.

Neste capítulo, Paulo Freire buscou trabalhar a dicotomia de palavras para constituir essa relação: Saber-Ignorância. Nela, compreende-se que a educação é detentora de um caráter permanente, onde não há seres educados e não educados. Todos os indivíduos estão se educando, não importa o grau ou realidade. Somos seres inacabados e, por isso, passamos pela educação para termos a possibilidade de sair da ignorância. Nas suas palavras:

O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber nem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância (FREIRE, 1979, p.15).

Em *Amor-Desamor*, Freire enfatiza que o amor deve ser compreendido como uma tarefa do sujeito. O ato de amar sem esperar uma retribuição do outro, mas não se trata de apropriar-se. Para o pensador, “o amor é uma intercomunicação íntima de suas consciências que se respeitam” (FREIRE, 1979, p.15).

O desamor é uma distorção e culmina no egoísmo. Vivemos em uma sociedade permeada de ações que impõe uma espécie de chantagem de amor. Amar consiste em relacionar-se verdadeiramente, estabelecendo uma comunicação com os demais. Assim, entende-se que a educação é sinônimo de amor, pois quem “[...] não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar [...]” (FREIRE, 1979, p.15).

Se educar é amar, logo a sabedoria advém dessa comunicação entre professor e aluno. Deve ser uma relação na qual se amam os defeitos de um ser em constante transformação. Um indivíduo inacabado se depara com novos aprendizados. Não existe medo nem receio, mas total liberdade e respeito.

Em *Esperança-deseesperança*, o autor nos leva ao entendimento de que na medida que o ser humano busca algo, já se insere nesse caminho a esperança. Uma educação sem esperança não pode ser considerada educação na sua plenitude. E, por fim, em *O homem – um ser de relações*, Freire afirma que o indivíduo está no mundo e com o mundo, o que o torna um ser capaz de se relacionar. Para isso, precisa comunicar-se e projetar-se no outro. Nessa transcendência, ele sai e volta para si mesmo.

Na sequência de sua obra, Paulo Freire aborda o conceito de sociedade em transição, na qual afirma que uma determinada época histórica é constituída por valores, pela forma de ser ou comportar-se com o anseio de chegar à plenitude. Para isso, existe um ponto de partida e de chegada e que as ações dos homens são oriundas de suas vivências e de seus processos de mudança. Com isso, quebra-se determinado equilíbrio constituído na sociedade, indicando uma transição para o novo, o diferente e para uma nova plenitude. Conforme Freire:

Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, que procura a plenitude, a sociedade está em constante mudança. Se os fatores rompem o equilíbrio, os valores começam a decair; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas como esta não morre, os novos valores começam a buscar a plenitude. A este período, chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa (atualmente estamos numa época de transição) (FREIRE, 1979, p.18).

Nesse processo de mudança também podem constituir-se diversas formas de sociedade, dentre elas a alienada. Na concepção freireana, a alienação é algo prejudicial dentro das relações humanas. Quando um indivíduo imita o outro, logo já não é ele mesmo. Isso ocorre por meio da imitação de outras culturas, o que conseqüentemente produz uma sociedade-objeto.

Freire explica que a sociedade alienada é um coletivo sem consciência do seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser sem autenticidade. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, o que lhe leva a seguir a visão do outro. Com isso, cria-se uma realidade paralela e imaginária. Acerca dessa questão, o autor evidencia que:

O ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha da sua realidade. Vive em outro país e trata de imitá-la e se crê culto quanto menos nativo é. Diante de um estrangeiro tratará de esconder as populações marginais e mostrará bairros residenciais, porque pensa que as cidades mais cultas são as que têm edifícios mais altos. Com o pensar alienado não é autêntico, também não se traduz numa ação concreta (FREIRE, 1979, p.19).

A sociedade em estado de alienação não conhece a si mesma, devido a sua superficialidade e de não se envolver com sua realidade nativa. Busca-se sempre imitar o outro, outros valores e nações. Isso reforça a sua inautenticidade, sem compromisso e sem responsabilidade.

Em *A "consciência bancária" da educação*, Paulo Freire traz para discussão as sociedades latino-americanas diante de uma educação vertical. Nessa hierarquia, o professor é um considerado um ser superior que ensina o ignorante. Ao construir uma consciência bancária por meio do ensino, considera-se que "quanto mais se dá mais se sabe". As experiências no âmbito educacional, porém, revelam que esse sistema só forma indivíduos medíocres, porque não há estímulo para criação, crítica e reflexão. Sobre isso, Freire expõe que:

[...] Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação (FREIRE, 1979, p.20).

Diante disso, podemos afirmar que a educação bancária ainda é bastante adotada pelas instituições de ensino devido ao que o neoliberalismo impõe para a manutenção da sociedade e seus interesses sociais e políticos. O homem perde sua autonomia de criar, tornando-se peça de uma engrenagem que perpetua os mecanismos de poder e modos de dominação e assujeitamento.

O quarto capítulo, intitulado *Alfabetização de adultos e consciência*, Freire busca fazer uma reflexão dos argumentos citados nos capítulos anteriores, reportando-nos para uma etapa muito importante no campo do ensino. Explica que a educação como instrumento de libertação, não deve, de forma alguma, ser pensada isoladamente da sociedade, sem refletir sobre seu papel cultural e no espaço-tempo. Para o pensador,

Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação das sociedades humanas e não há homens isolados. O homem é um ser de raízes espaço-temporais. De forma que ele é, na expressão de Marcel, um ser “situado e temporalizado”. A instrumentação da educação – algo mais que a simples preparação de quadros técnicos para responder às necessidades de desenvolvimento de uma área – depende da harmonia que se consiga entre a vocação ontológica desde “ser situado e temporalizado” e as condições especiais desde temporalidade e desta situacionalidade (FREIRE, 1979, p.35).

Devido a essa situacionalidade, o homem é um ser e não um objeto. As condições espaço-temporais o levam a constituir criticidade e reflexão, emergindo, de forma consciente, o seu compromisso com a realidade. Assim, compreende-se que educação não está somente no mundo, mas ela tem função, a qual estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade à qual se destina. Ela abre caminhos a serem seguidos, mas depende do modo como é instrumentalizada pelo homem. Serve tanto para criar, libertar e transformar, quanto para alienar, tornando-se, dessa forma, inoperante, colocando o indivíduo como sujeito e espectador da sua própria realidade.

O autor apresenta o poder que a educação tem de mudar a realidade e ter a plena consciência de seus efeitos no constructo da sociedade. Fornece também ao indivíduo criticismo, discernimento e humanização, assim como o prepara para os desafios, indagações e aspirações que norteiam sua vida e sua própria história. Nesse contexto, podemos vislumbrar que, quanto Paulo Freire aponta diversos

caminhos a serem navegados por meio da educação, águas cristalinas são evidenciadas.

Dando continuidade ao seu pensamento de educação libertadora e da importância da conscientização para a formação do homem, sua existência e suas relações estabelecidas, Paulo Freire inicia sua obra *O homem e sua experiência*, relatando os principais acontecimentos que marcaram sua vida.

Na segunda parte da obra intitulada *Alfabetização e Conscientização*, Paulo Freire coloca sua reflexão no âmbito educacional, abordando a filosofia e a problemática de visão de mundo. Nessa dimensão epistemológica, o autor afirma que somente o homem tem a capacidade de tomar distância frente ao mundo, assim como do objeto para poder admirá-lo. Para ele, “somente os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetiva” (FREIRE, 1979, p.15).

Essa capacidade envolve a tomada de consciência que consiste no seu ato espontâneo de aproximar-se da realidade. Nesse processo de busca, o homem constitui a sua conscientização, que ultrapassa a espontaneidade, para chegar à dimensão crítica, na qual ele conclui etapas do conhecimento, compreendendo o sujeito e o objeto.

Desse modo, Freire ensina que, quanto mais o homem desenvolve sua conscientização, mais desvela a realidade, adentrando-se na essência do objeto, para ser colocado em análise. Além disso, enfatiza que a conscientização não pode existir fora da práxis, ou seja, sem ato ação-reflexão. Essa unidade dialética exerce um papel fundamental ao ajudar de forma permanente o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Justamente por ser do mundo, atribui-se ao homem um compromisso histórico, pois ele é capaz de fazer descobertas, de explorar a realidade, assumindo um papel de sujeito imbuído de consciência e crítica. Isso implica evidenciar as possibilidades que ele tem de se aproximar do mundo a partir de sua ação reflexiva diante do objeto. Segundo Freire:

Tomando esta relação como objeto de sua reflexão crítica, os homens esclarecerão as dimensões obscuras que resultam de sua aproximação com o mundo. A criação da nova realidade, tal como está indicada na crítica precedente, não pode esgotar o processo da conscientização. A nova realidade deve tomar-se como objeto de uma nova reflexão crítica. Considerar a nova realidade como algo que não possa ser tocado, representa uma atitude tão ingênua e reacionária como afirmar que a antiga realidade é intocável (FREIRE, 1979, p.16).

Assim, o autor considera que o processo de alfabetização política pode ser visto como uma forma de adestrar o homem, servindo também como uma prática para sua liberdade. Fornecer subsídios para sua conscientização abre caminhos pelos quais se apresentam divergentes. De um lado desumanizante e de outro de humanização. Com isso, o pensar, atribuindo-se para uma visão crítica e reflexiva da realidade, leva-nos em direção à conscientização, porém depende do modo como é apresentado, considerando quais sentido e objetividade que permeiam tais ações.

Diante disso, Freire nos coloca um aspecto muito necessário para ampliar nosso entendimento sobre filosofia e educação que é o fator utópico. Para o autor, a conscientização nos reporta ao fato de assumirmos uma posição utópica frente ao mundo e à própria realidade. Considera que a utopia não advém do idealismo, mas compreende em uma forma de dialetização do ato de anunciar uma estrutura que desconstrói para anunciar seu oposto.

Freire reforça suas reflexões dizendo que a utopia exige conhecimento crítico, pois é um ato de conhecimento. Não podemos denunciar a estrutura desumanizante se não nos propormos a conhecê-la. É preciso conhecer o processo histórico para poder promover mudanças. Acerca dessas questões, o autor cita que “quem foi Marx se não utópico? Quem foi Guevara senão um utópico? – podem ser proféticos e portadores de esperança” (FREIRE, 1979, p.16).

Assim, só podem ser proféticos os homens que anunciam e denunciam, comprometidos com o processo histórico e as transformações do mundo, para emergir, atingindo a amplitude do ser humano, como um agente atuante e reflexivo diante da realidade. Isso implica mencionar que os homens reacionários e opressores não podem ser utópicos e nem proféticos, porque suas ações visam restringir as massas, condenando a liberdade e a esperança. Com isso, considera-se que a conscientização está ligada à utopia, que eleva e potencializa o indivíduo a ter a capacidade de se transformar, num projeto que exprima renovação e revolução.

Como uma ação contrária, deparamo-nos com uma realidade na qual se apresentam os opressores, na qual seu interesse é manter o oprimido no obscuro, e que, por isso, jamais irão trabalhar a conscientização, pois provocaria a liberdade, tanto no pensar quanto no ser. A estrutura dominante busca impedir esse efeito para

mantê-los no controle das coisas. Com isso, promover ações que envolvam conscientização e utopia constitui um exame de consciência que leva o homem a desmitologizar a realidade. Nas palavras de Freire:

A conscientização é isto, tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à capacitação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 1979, p.16-17).

Dando sequência aos seus argumentos, Freire apresenta em sua obra o fator “ideias-força”, amplificando suas reflexões sobre a validação da educação. Considera que toda a ação educativa deve estar precedida de uma reflexão sobre o homem, sobre a concretude de sua vida diante de quem queremos ajudar a educar-se.

Devido a isso, passamos a correr o risco de adorar ou dar exclusividade aos métodos educativos e maneiras de atuar, o que, por sua vez, contribui para reduzir o homem à condição de objeto. É necessário enfatizar que a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Ao nos levarmos em consideração o meio cultural e social, estamos propensos a realizar uma educação pré-fabricada e inoperante. Segundo Freire:

Mais exatamente, para ser instrumento válido, a educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui sua vida, a chegar a ser sujeito. É isto o que expressam frases como: “a Educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade a qual o homem está radicado”. (FREIRE, 1979, p.19).

Sobre tais elucidaciones, podemos chegar ao entendimento de que a educação, a qual se apresenta nos dias de hoje, possui uma sistematização que integra os interesses governamentais que visam ao controle, produtividade e resultados satisfatórios na economia e na política. A educação passa a ser instrumentalizada por métodos, por mecanismos e ideologias impostas pela estrutura dominante e opressora. Com isso, constitui-se uma educação pré-

fabricada e vazia, na qual não há dialetização, conscientização sobre suas ações que dinamizam o processo histórico e a configuração atual da realidade. Por consequência, o indivíduo, ao invés de ser sujeito, torna-se objeto devido à falta de liberdade e consciência.

Por outro lado, a educação também pode possibilitar ao homem a capacidade de transformação, penetrando na realidade para obter conhecimento, estando atento aos acontecimentos históricos e culturais, anunciando o novo, na esperança de construir projetos que marcam sua existência na sociedade. Como um ser ativo, norteado de criticismo e da própria práxis, o indivíduo sai do conformismo, do domínio e opressão para galgar novos ares de liberdade e humanização. Assim, destaca-se que:

Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com frequência a educação em vigor num grande número de países no mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha (FREIRE, 1979, p.20).

Na terceira parte da obra, Freire coloca para discussão e reflexão a Práxis da Libertação, fundamentada em três palavras-chave: a opressão, a dependência e a marginalidade. Contextualiza com as sociedades latino-americanas, dando ênfase ao cenário brasileiro nos governos de Jânio Quadros (1961) e Goulart (1964), no sentido de estabelecer compreensões sobre os níveis de consciência e sobre a realidade histórico-cultural.

A primeira palavra-chave é a opressão. Paulo Freire argumenta sobre a necessidade de libertação do oprimido, o que envolve luta e resistência contra a violência dos opressores. O indivíduo encontra-se nessa condição de oprimido devido à própria estrutura de seu pensamento que se viu condicionada pelas contradições da situação existencial que o manipulou e lhe deixou subordinado ao opressor. Conforme o autor:

Isto não quer dizer necessariamente que os oprimidos não tenham consciência de que são pisados. Mas o estar imersos na realidade opressiva impede-lhes uma percepção clara de si mesmos enquanto oprimidos. A este nível, sua percepção de si mesmo como contrários ao opressor não significa ainda que se comprometam numa luta para superar a contradição: um pólo não aspira à sua libertação, mas à sua identificação como o pólo oposto (FREIRE, 1979, p.31).

Freire evidencia que os oprimidos não veem ao “homem novo” como aquele que deve emergir da contradição, uma vez resolvida quando a opressão passa a dar lugar à libertação. Para eles, o homem novo são eles mesmos, convertidos em opressores. Isso se dá devido a sua visão individualista, por causa de sua identificação com o opressor, que, por sua vez, é um sujeito que não tem consciência de si mesmo enquanto pessoa e membro de uma classe oprimida.

Diante disso, podemos considerar que a consciência do oprimido é subordinada ao opressor, que gera proximidades com sua identificação, por não pensarem no coletivo, mas de forma individual. Assim, ações são reproduzidas, sendo mantidas de forma cíclica essa relação entre o opressor e o oprimido. A liberdade, porém, só pode acontecer se formos além da mudança de polos, ambos precisam se libertar para chegar à plenitude humana. Nas palavras de Freire:

Somente os oprimidos podem libertar os seus opressores, libertando-se a si mesmos. Eles, enquanto classe opressora, não podem nem libertar-se, nem libertar os outros. É pois essencial que os oprimidos levem a termo um combate que resolva a contradição em que estão presos, e a contradição não será resolvida senão pela aparição de um “homem novo”: nem o opressor, nem o oprimido, mas um homem em fase de libertação [...] (FREIRE, 1979, p.32).

A próxima palavra-chave é a dependência. Segundo Paulo Freire, os efeitos da modernização e do desenvolvimento representam os polos de mudança dentro da sociedade e fora dela. Assim, o conceito de desenvolvimento está vinculado ao processo de libertação das sociedades dependentes, enquanto a ação modernizante caracteriza a situação concreta de dependência.

Essa dependência também está relacionada à cultura do silêncio imposta pelo opressor. Isso ocorre principalmente nos países subdesenvolvidos que enaltecem o compromisso histórico de seus povos para superar essa “situação-limite” das sociedades dependentes. Alcançar esse estágio de “ser-para-si-mesmos” é ter uma palavra atuante dentro de suas vivências, não aceitando de forma passiva as imposições daqueles que o dominam. Freire expressa que:

Desta maneira, a tarefa fundamental dos países sub-desenvolvidos – o compromisso histórico de seus povos – é superar sua “situação-limite” de sociedades dependentes, para converterem-se em seres-para-si-mesmos”. Sem isto estas sociedades continuarão a experiência da “cultura do

silêncio”, que, havendo resultado das estruturas de dependência, reforça estas mesmas estruturas. Há, portanto, uma relação necessária entre dependência e “cultura do silêncio”. Ser silenciosa não é uma voz autêntica, mas seguir as prescrições daqueles que falam e impõe sua voz (FREIRE, 1979, p.33).

Outro aspecto elucidado por Freire consiste nas relações entre o dominador e o dominado, em que suas ações refletem um contexto social amplo, levando à assimilação de mitos culturais, assim como à absorção de valores e estilos de vida. Essa estruturação e condicionantes permitem que as sociedades dependentes sejam manipuladas. Assim, “a sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é uma voz autêntica, mas um simples eco da voz da metrópole” (FREIRE, 1979, p.34).

A terceira palavra-chave é a marginalidade. Freire enfatiza sobre esse aspecto que a percepção do analfabetismo tem revelado uma visão totalmente errônea desses indivíduos, os quais são vistos pela sociedade como homens marginalizados. Essa condição envolve espaços físicos, realidades históricas, sociais, culturais e econômicas, ou seja, abrange toda a dimensão estrutural da realidade. O autor expõe que:

Desta maneira, deve-se considerar os analfabetos como seres “fora de”, “à margem de”, algo já é impossível estarem marginalizados sem relação a uma coisa. Mas, estar “fora de”, “à margem de” implica necessariamente num movimento daquele que se diz marginalizado em direção ao que é o centro e em relação à periferia [...] (FREIRE, 1979, p.38).

Diante disso, Paulo Freire apresenta algumas hipóteses sobre a marginalidade ser ou não uma opção do indivíduo na sociedade dependente e seu sistema social. A primeira concepção, menos rigorosa, aceita que o analfabeto é uma pessoa que existe à margem da sociedade, o qual é definido como uma espécie de “homem doente”, para o qual a alfabetização seria o remédio de “cura”, que permitiria voltar à estrutura sadia da qual havia se separado. Desse modo, os educadores seriam meros conselheiros que percorriam as comunidades periféricas à procura desses homens marginalizados, para oferecer-lhes a felicidade.

Outra hipótese compreende tornar o indivíduo marginalizado em homem que se liberta, porque ele não está à margem da estrutura social, mas sim oprimido no interior dessa mesma estrutura. Por se encontrar alienado, não há possibilidade de superar sua dependência, incorporando-se à estrutura que é responsável pela

manutenção dessa dependência. Assim, afirma-se que “não há outro caminho para a humanização – a sua própria e a dos outros -, a não ser uma autêntica transformação da estrutura desumanizante” (FREIRE, 1979, p.39).

Sob essa perspectiva, Freire nos ensina que o analfabeto não é então pessoa que se encontra à margem da sociedade, visto como homem marginal, mas apenas um representante dos extratos sociais dominados, em oposição consciente ou inconsciente àqueles que no, interior da estrutura, veem-no e tratam-no como uma coisa. Quando se busca ensinar os homens a ler e a escrever, consiste em ir além da memorização de uma palavra alienada, mas de promover uma árdua aprendizagem para “nomear o mundo”.

Ao nos deleitarmos nas fontes de Paulo Freire sobre seus pressupostos emancipatórios, fica evidente as possibilidades de confrontar as estruturas dominantes a partir de criação de movimentos de luta e resistência, visando libertar o opressor e oprimido, tornando-se verdadeiramente novos homens capazes de gerar mudanças na sociedade por meio de uma educação libertadora e democrática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões levantadas com a pesquisa foram conduzidas à luz das teses foucaultianas, tendo na pesquisa bibliográfica possibilidades para navegarmos nas discussões que foram costuradas com outros autores, e que puderam nos levar a um caminho possível de descobertas, buscando responder ao problema da pesquisa. Esse caminho nos mostrou que Foucault não se interessava apenas em compreender o poder a partir dos processos históricos, mas também acompanhar seus desdobramentos que se chegavam ao tempo presente.

Ao historicizar o tema, foi possível perceber que é por meio da genealogia e arqueologia de Foucault que se construíram compreensões sobre o poder, seu funcionamento e seus efeitos sobre o tecido social e sobre os corpos dos indivíduos. Isso implicou diretamente no contexto da educação, tendo na escola um local para desenvolver seus mecanismos de controle do homem.

É importante dizer que Foucault não dedicou seus estudos ao campo educacional, mesmo assim, forneceu-nos elementos epistemológicos possíveis de compreensão da realidade à luz de suas análises. Tais pressupostos evidenciam a

atualidade teórica foucaultiana para o contexto de educação vigente, em que ainda se usam as escolas para vigiar e punir os alunos como forma de disciplinarização dos corpos, sendo possível relacionar a tese com a educação.

Outro conceito relevante discutido na pesquisa remeteu-se à atuação da biopolítica na educação, enquanto fonte geradora de conhecimento, também se apresentando como meio de domínio do saber-poder. Por isso, ao acompanhar todas as transformações históricas da sociedade, evidencia-se que ela sempre esteve permeada de diversas práticas e discursos, que colocam em movimento e confronto diferentes perspectivas, projetos políticos e seus interesses.

As bases que norteiam as reflexões nesta pesquisa se apresentam metaforicamente em três correntezas do rio. A primeira correnteza compreende os argumentos introdutórios considerados essenciais para se entender a biopolítica. Assim, uma das abordagens centrais de Foucault é o poder, no qual se buscou constituir formulações capazes de compreender a ocorrência deste fenômeno dentro e fora do Estado.

Para isso, foi posta em análise a microfísica do poder e suas relações de força e domínio do sujeito de forma individual e coletiva. Foi possível verificar que as sociedades europeias apresentavam mecanismos de punição e controle, atribuindo a disciplina sobre os corpos dos indivíduos. Assim, colocou-se em evidência o exercício do poder e a disciplina como ramificações de análise de Foucault.

Ao analisar esse percurso sobre como ocorre o poder dentro do tecido social, Foucault inaugura outro termo: a biopolítica. Atribuindo-se de termos biológicos, a visão foucaultiana buscou estabelecer novos entendimentos sobre as práticas de governar, explicando a funcionalidade do liberalismo, seus interesses e a lógica de mercado. Ao se reportar aos diversos períodos históricos, é colocado em evidência o *homo economicus*, como capital humano, elemento que passa a integrar o sistema do neoliberalismo.

A soberania é abordada numa perspectiva mais ampla e moderna, com seus mecanismos e instrumentos regulatórios, culminando na governamentabilidade. Assim, a biopolítica abrange as dimensões políticas e biológicas, tornando-se uma tecnologia de poder, que tem a pretensão de regular e gerenciar, em nível global, as populações, o que afeta diretamente as escolas, já que tem como função social a formação dos sujeitos.

Devido às possibilidades de interpretação da sociedade a partir das teses de Foucault, outros pensadores como Agamben e Arendt se debruçaram em pensar o homem moderno, dando dinamicidade ao conceito de biopolítica. Pontos divergentes e convergentes surgiram, indicando a complexidade do termo, o que, por sua vez, gerou discussões diante dos fenômenos sociais da atualidade. Assim, podemos afirmar que a biopolítica se apresenta na sociedade de diversas formas e suas tecnologias são vistas como mecanismos que mantêm a manutenção do seu sistema, manifestando-se na dimensão biológica, política e econômica.

A segunda correnteza traz consigo discussões sobre o neoliberalismo, biopolítica e educação. O neoliberalismo corresponde a um sistema que articula os interesses do Estado com o modelo econômico, alterando as relações sociais e o papel das instituições, estabelecendo um discurso hegemônico, o que influenciou a maneira de viver em sociedade.

Uma dessas instituições é a escola, a qual é instrumentalizada para difundir ideias neoliberais, fazendo uso da governamentalidade para tornar o aluno um sujeito produtivo e moldado para o mercado de trabalho. Com isso, evidencia-se o empresariamento da educação através do currículo, dos métodos de ensino, das práticas educacionais que fazem da aprendizagem escolar um investimento do capital humano, almejando atingir os níveis de consumo e da lógica de mercado, o que contribui para o funcionamento dos dispositivos de controle da biopolítica.

Assim, a atuação docente no contexto da biopolítica apresenta-se mesclada de intenções que se incorporam aos discursos pedagógicos produzidos na escola de forma mais flexível, participativa e mais ágil, reforçando os interesses do Estado em disciplinar e moldar os sujeitos para a subordinação, produtividade e mercado de trabalho.

A terceira correnteza desse rio voltou-se ao campo crítico e reflexivo em que o encontro dessas águas divergem e resultam numa dialetização do pensamento, emergindo daí a construção de um mundo mais belo e humano a partir dos referenciais de Paulo Freire. Assim, ousamos em trazer para essa discussão que, a priori, baseia-se em Michel Foucault, mas que, ao aprofundarmos as reflexões, julgamos necessário transpor, transgredir, voltando-nos a outra perspectiva, que beira a utopia, que é aquela que vê o homem na sua totalidade, agente consciente, livre e autônomo.

Com isso, apresentam-se, como novos caminhos de mudança, as concepções progressistas que orientam a atuação docente para construir uma sociedade democrática e igualitária, que incentiva o pensar para criticidade de reflexão e estimula ações coletivas em prol de um bem maior e comum para todos. Paulo Freire critica a educação bancária enraizada e disseminada no Brasil e no mundo, condena a alienação e inúmeras formas de opressão exercidas sobre o oprimido, que se encontra alienado pelos mecanismos de exploração e controles neoliberais.

Sob este prisma, a atuação docente se depara diante de um leque de possibilidades a partir de uma educação libertadora e emancipatória. Para isso, é preciso se munir de práticas educativas que tornem o aluno autônomo e apto para construir sua própria história na sociedade. Nesse percurso, o professor precisa ter uma postura política sobre a realidade, almejando mudanças por meio de ações conjuntas, atribuindo-se ao seu compromisso profissional o legado de ensinar e compartilhar saberes.

Freire nos ensina sobre a possibilidade de transformação da realidade e a formação docente é um caminho para ações emancipatórias, ou seja, processos formativos contínuos que visam à construção de novos saberes. Mesmo sabendo que é uma tarefa árdua e que exige compromisso consigo mesmo e com o outro (o aluno), ser um docente democrático exige uma postura voltada para conscientização e humanização, compreendendo que, ao tornar o indivíduo livre e autônomo, a sociedade terá forças para se contrapor aos condicionantes sociais e históricos que compõem o sistema neoliberal e capitalista.

Diante desses pressupostos, a analítica de Foucault em torno do poder e da atuação de seus mecanismos serviram de base para construir essa dissertação, apresentando argumentos que elucidam os caminhos percorridos pelo neoliberalismo e seus ideais na sociedade. Também foi alvo de nossas reflexões a constituição do biopoder e o que ele representa na atualidade até chegarmos a uma dialetização sobre o campo educacional, evidenciando as (im)possibilidades de uma educação emancipadora diante de uma sociedade (de)formadora de sujeitos.

Após realizar diversas interlocuções com teóricos que se baseiam na analítica de Foucault, debruçamo-nos em examinar as produções científicas em caráter revisional, em que se observou a existência de aproximações entre a biopolítica e a educação. Diversos contextos históricos foram postos em análise, visando

estabelecer uma postura crítica e reflexiva dos fenômenos que norteiam esta relação, no qual o biopoder impera de forma hegemônica e normatizadora.

Fundamentando-nos no pensamento foucaultiano sobre sistematização e estruturação dessa complexa engrenagem, que utiliza a instituição escolar para disciplinar o aluno, vigiando-o e punindo-o quando julga necessário, diante desses elementos construímos a indagação. Seria possível adotar ou estabelecer uma nova forma de educação com perfil mais flexível, humano e que busque desenvolver o ser na sua integralidade, norteada por princípios democráticos e emancipatórios?

Nessa relação, compreendemos as (im)possibilidades de educar para a emancipação, a partir da identificação e compreensão do funcionamento dos dispositivos biopolíticos que impõem seu ideário às instituições escolares, no sentido de formar o *homo economicus*, os quais são mecanismos reguladores do projeto neoliberal de sociedade. Nela, verifica-se que ninguém consegue escapar do alcance desse sistema, que regula e aperfeiçoa os corpos dos indivíduos e das populações.

Assim como a biopolítica, a educação enquanto fenômeno também se faz presente na vida do homem amazônida. Nessa grande diversidade territorial e cultural, a instituição escolar veio, mesmo de forma mascarada, com o objetivo de integrar esse sujeito ao propósito neoliberal. Nesse sentido, a instituição escolar é um dispositivo biopolítico, compreendido como um lugar cheio de tensões e relações de poder.

Ao inserir-se no contexto biopolítico, muda-se a forma de pensar e agir, almejando a transformação da realidade para além da essência de se viver em harmonia com a natureza. Disso emerge o anseio de mudança por meio da educação, visto como único caminho de um futuro promissor para as próximas gerações.

Ao desnudarmos a biopolítica dentro do cenário amazônico, evidenciamos que o projeto neoliberal se perpetua através da instrumentalização da escola. Nesse espaço, a disciplina, as carteiras enfileiradas, o currículo, os recursos didáticos e a prática docente são orientadas pela ideologia dominante da repressão e das investidas estatais de controle e regulação. Mesmo carregando diariamente a perspectiva de mudança e o desejo de mundo mais belo e igualitário, os mecanismos do biopoder se sobressaem e se reproduzem.

Após as análises e estudos realizados nesta pesquisa, constatou-se que a atuação docente emancipada pode ser refletida dentro de um contexto do neoliberalismo e da biopolítica na contemporaneidade, por meio de práticas educativas emancipatórias e democráticas que busquem incentivar no aluno sua conscientização sobre seu papel na sociedade. Assim, o estudante seria levado a questionar as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais, tornando-os indivíduos críticos e reflexivos.

Ao atribuir-se dessa práxis, passam a ser homens livres e inconformados com a realidade que, por sua vez, é regida pela classe dominante e opressora. O professor, ao despertar no aluno essa criticidade, vislumbra uma nova possibilidade de mudança e transformação, possibilitando um mundo mais humanizado e igualitário. Isso corrobora com o que aborda Paulo Freire (1987), quando afirma que “educar é um ato político”, que indica caminhos possíveis para libertação.

Para isso, é necessário que o docente progressista carregue dentro si o anseio da resistência e da mudança, usando a educação como um meio de emancipação, utilizando-se da dialética como princípio norteador, na troca de saberes com seus alunos, despertando-os no navegar para autonomia. Objetivo é conduzi-los para uma formação permanente que os estimule à criatividade e a produzir novos conhecimentos, baseados nas suas experiências cotidianas e promovendo ações coletivas, visando à transformação social.

Trazendo minhas experiências enquanto investigador da biopolítica no contexto educacional amazônico, deparei-me durante a navegação desses rios caudalosos e gigantescos, com a diversidade cultural e social e que a escola é permeada de dispositivos que orientam a vida dos sujeitos para além da dimensão das florestas e das riquezas naturais, visando inseri-lo na engrenagem neoliberal, inculcando ideologias dominantes a partir dos discursos disseminados no espaço escolar.

Portanto, as formulações foucaultianas e as concepções de freireanas permitiram elaborar um quadro teórico bastante complexo, nos levando a entender o desafio que se mostrava em fazer esse tipo de abordagem no âmbito epistemológico e filosófico. A partir dos procedimentos metodológicos vistos com um farol do conhecimento, a qual me orientou durante todo esse navegar, tive a oportunidade de constituir novos saberes a respeito da temática abordada neste estudo, o que indica

a necessidade de realizar mais aprofundamentos e reflexões no futuro sobre a relação desse tripé: educação, biopolítica e neoliberalismo.

5 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. O que é dispositivo. In. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ALMEIDA, José Wagner de. **Governamentabilidade neoliberal, empreendedorismo e suas repercussões nos processos educacionais da cidade de Horizonte/Ceará**. Fortaleza, 2010.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019.

ANDREOLLI, Nédio Antônio. **Competências no Ensino Superior no Curso de Administração em tempos de biopolítica**: assujeitamento e fortalecimento do homo economicus. 2019.132 f. il. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

ARENDT, Hannah. **Condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZEVEDO, Mauricio Cristiano de. **Biopolítica e formação**: vida, exceção e profanação na educação. Programa de Pós-Graduação em Educação (dissertação de Mestrado em Educação) pela Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

BARBOZA, Anderson Duarte. **Segurança, Biopolítica e Educação**: o empresariamento da Segurança Pública como dispositivo pedagógico. Fortaleza, 2018.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira. **Uma leitura de políticas de educação a distância no Brasil**: da radiodifusão à televisão educativa. Porto Alegre, 2003.

CAMPOS, Érico Bruno Viana; COELHO JR, Nelson Ernesto. **A incidência da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise**. Estudos de Psicologia, Campinas, 27(2), p.247-257 | abr/jun, 2010.

CONCEIÇÃO, Letícia Carneiro da. **“Me Jogaram aqui porque eu fiz 15 anos”**: biopolítica da juvenilização da educação de jovens e adultos em Belém-PA (2010-2013). Belém, 2014.

CONSTANTINO, Clarenice Klann. **Biopolítica em educação**: ética e norma na sexualidade segundo professores e alunos de escolas públicas. Blumenau, 2015.

COSTA, Leandro da. **A formação do *Homo Oeconomicus* neoliberal na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise foucaultiana do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** (Tese de Doutorado). Florianópolis, 2021.

DUTRA, Rita de Cassia Gontijo. Panoptismo e a docilização dos corpos na educação – uma análise das escolas públicas no conceito foucaultiano. **Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur.**, Luziânia, v. x2 n.2, p. 100-109, 2021.

FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. **A educação sob o signo da biopolítica: da resistência às formas de controle a autoconstituição de nós mesmos.** Inter-Ação, Goiânia, v. 40, n. 1, p. 77-92, jan./abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação e Mudança.** 12ªed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª Edição – Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Leticia dos Santos; CARMO, Eraldo Souza do. Para uma pedagogia cultural: o currículo e sua relação com a educação ribeirinha na Amazônia. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.18, n.4, p.1712-1732, out./dez., 2020.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

GALLO, Sílvio; ASPIS, Renata Lima. **Biopolítica-vírus e educação-governamentabilidade e escapar e...** REU, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, p. 167-179, dez. 2011.

GHEDIN, Evandro. **Hermenêutica e pesquisa em educação:** caminhos da investigação interpretativa. 2003.

GONÇALVES, Adalgisa Aparecida de Oliveira. **A violência escolar no contexto da relação entre biopolítica e educação**. Florianópolis, 2013.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais e neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar** [livro eletrônico] / Organizadores José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas. – 1ª ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

_____ Políticas educacionais e neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar** [livro eletrônico] / Organizadores José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas. – 1ª ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LIMA, Janayna Silva Cavalcante. **A educação no horizonte provável: dispositivos biopolíticos na escolarização de pessoas jovens e adultos**. Recife, 2015.

MARRACH, Sônia. Alem. Neoliberalismo e Educação. In: Guiraldelli Junior, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** Ed. Senac: São Paulo, 2001.

MORGANSTERN, Juliane Marschall. **Dispositivo curricular de controle: gerenciamento do risco e governamento da surdez no cenário educacional**. Santa Maria, 2009.

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque. **Resistência à biopolítica: arte ativista na exceção brasileira**. Fortaleza, 2013.

NÓVOA, Antonio. **Carta a um jovem investigador em Educação**. Investigar em Educação - IIª Série, Número 3, 2015.

ROCHA, Francisca Helena. **Biopolíticas e práticas institucionais: percursos de jovens com experiência de institucionalização prolongada**. Fortaleza, 2012.

RODRIGUES, José Raimundo. **As seções de surdos e de ouvintes no Congresso de Paris (1900): problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na educação de surdos**. Vitória, 2018.

SANTOS, João de Deus dos. **Formação Continuada: cartas de alforria & controles reguladores.** (Tese de doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SANTOS, Sérgio de Oliveira. **Uma educação para além do bem e do mal: o limiar da experiência educativa de um móbile solto no furação.** (Dissertação). Rio Claro, 2010.

SARDAGNA, Helena Venites. **Práticas normalizadoras na educação especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino do Novo Hamburgo – RS (1950 a 2007).** (Tese de doutorado). 2008.

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.4, p. 1942-1954, out./dez. 2017.

SILVA, Alex Sander da; SANTOS, Karoline Cipriano dos. Educação em resistência contra a ignorância e a barbárie: notas do pensamento crítico de Paulo Freire e Theodor Adorno. In. **Biopolítica, barbárie e formação humana** [recurso eletrônico] / Amarildo Luiz Trevisan, Elisete Medianeira Tomazetti, Noeli Dutra Rossatto (orgs.). – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021.

SOLER, Rodrigo de Vivar *et al.* **Michel Foucault, a educação e neoliberalismo.** Blumenau, SC, 2021.

WASZKIEWICZ, Clóvis Lasta. **Biopolítica e Educação: possíveis conexões.** Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, p.1-5, 2022.

WELLER, Wivian. **A hermenêutica como método empírico de investigação.** Filosofia da Educação. n.17, 2004.